Always ready for Operation
Now ready for Portugal

O Ministério da Defesa de Portugal encomendou à Steyr-Daimler-Puch Spezialfahrzeug GmbH o fornecimento de 260 blindados de rodas PANDUR, dos quais 20 viaturas são anfíbias. Todas as viaturas são produzidas na versão 8x8 e em 15 variantes diversas a fornecer às Forças Armadas terrestres e à Marinha portuguesas. O armamento inclui variantes com a torre Steyr SP 30 e abrange desde a metralhadora cal. 12,7 mm até ao Morteiro cal. 120 mm.

GENERATION STEYR

STEYR-DAIMLER-PUCH
SPEZIALFAHRZEUG GMBH
A GENERAL DYNAMICS COMPANY

P.O.B. 100, A -1111 Vienna, Austria, Phone: +43-1-760 64
Fax: +43-1-769 81 49, Homepage: www.steyr-ssf.com

REVISTA da CAVALARIA

Revista Quadrimestral de Cavalaria | Novembro 2006 | 3ª Série | Ano IV | Nº 10

A Cavalaria na Guerra Centrada em Rede

Sumário

- Palavras do Director Honorário da Arma — 4
  Tenente General Velasco Martins
- Editorial — 5
  TCOR Cav Francisco Amado Rodrigues
- Linha Editorial — 6
- Correio do Leitor — 7
- «Esboço Histórico da Formação dos Oficiais de Cavalaria – De Abril de 1974 aos dias de hoje (3.ª Parte)» — 10
  Tenente General Velasco Martins
- «Heyl Shirion - O Corpo de Blindados das Forças de Defesa Israelitas – Os anos de formação: 1948-67 (2.ª Parte - 1956-1966)» — 16
  Doutor Humberto Oliveira
- «Operações Centradas em Rede: A transformação das capacidades militares ou um novo paradigma da arte operacional?» — 30
  TCOR Tm Paulo Fernando Viegas Nunes
- «Network Centric Warfare. Implicações para a Cavalaria Portuguesa» — 40
  COR Cav Francisco Xavier de Sousa
- «Sistema de Informação e Comunicações Tácticas (SIC-T) – O facilitador do Comando e Controlo do SFN» — 48
  TCOR Tm Carlos Jorge de Oliveira Ribeiro
- «Autometralhadoras, Carros de Combate e outros blindados: 60 anos ao serviço da Escola Prática de Cavalaria (1943-2003)» — 56
  Sr Luís Costa
- Livros / Artigos / Revistas / Sites — 68
- Crónica — 72
  CAP Cav Pedro Ferreira
- Resenha de Actividades das Unidades — 74
- Promoções/Nomeações/Óbitos — 82

FICHA TÉCNICA

Propriedade
Associação Revista da Cavalaria

Director
TCOR Francisco Amado Rodrigues

Chefe de redacção
MAJ José Miguel Freire

Redacção
CAP Pedro Ferreira

Revisão
TCOR Francisco Amado Rodrigues
MAJ José Miguel Freire

Contactos
Associação Revista da Cavalaria
Regimento de Lanceiros N.º 2
Calçada da Ajuda
1349-054 LIsboa
E-m@il: jmfreire@netcabo.pt
rodrigues.faa@mail.exercito.pt
Telemóvel: 919 462 240

Execução gráfica
SOARTES - artes gráficas, lda.

Depósito Legal
203499/03

Palavras do Director Honorário da Arma

Velasco Martins
Tenente-general

Passado meio século sobre a transferência da "nossa Escola" de Torres Novas para Santarém, nova alteração da sua localização está em curso desde Agosto passado, estando prevista a conclusão desta sempre complexa operação ainda no corrente ano.

Tudo se tem processado com a naturalidade, a simplicidade e o recato que os Militares sabem incutir às suas acções, conscientes que estão de que as decisões tomadas foram suficientemente estudadas e que as transformações que se processam visam conseguir adequar em cada momento o Exército à missão que lhe está confiada, aos meios disponíveis e aos objectivos que pretende atingir na procura de uma relação custo/eficácia que melhor responda ao que o País de si espera.

Criada no seu modelo actual, depois de uma efémera existência conjunta com a Escola Prática de Infantaria, por Decreto de 17 de Abril de 1890, "provisoriamente" em Vila Viçosa, como referia talvez premonitoriamente o Artigo 6º do referido Decreto, esteve durante um curto período nesta localidade, instalada onde hoje existe um Seminário, dispondo dos enormes e excelentes terrenos anexos da então Tapada Real. Em 1902 passa a estar aquartelada em Torres Novas e em 1955 em Santarém.

Na última Revista da Cavalaria recordei a extinção da Regiões Militares, hoje assinalo a transferência da Escola Prática. Estes factos marcantes da nossa História Militar apenas nos mostram que o Exército está vivo e procura com constância, em cada momento adequar-se às novas realidades, com pragmatismo e lucidez, no entendimento que temos que ter de que a sua transformação, reorganização, reforma ou como pretendam chamar, tem que ser permanente e nunca está concluída, porque também as circunstâncias de cada época são constantemente alteradas.

Das sete mil Lanças de Cavalo que tínhamos prontas no tempo de D João II aos vinte Regimentos de Cavalaria que existiam no início do século XIII, dos Troços da Gente de Cavalo previstos no Regulamento da Guerra de 1570 ao Grupo de Carros de Combate da actual estrutura de forças, muitas organizações conheceu a Cavalaria e a todas respondeu com o espírito de missão que nos é peculiar e que com orgulho ouço salientar como traço identificativo da "nossa" Arma.

Vamos seguramente criar laços de fraterno convívio e salutar comprometimento com a população da região de Abrantes, como aconteceu e nalguns casos se continua a verificar em Santarém, em Torres Novas ou em Vila Viçosa, mas também em Santa Margarida, em Braga, no Porto, em Estremoz, em Castelo Branco, na Calçada da Ajuda, em Aveiro, em Chaves, em Évora, em Elvas, e em tantos outros locais do "nosso" Portugal que vivem ou recordam com alegria, ou já saudade, a presença amiga das Unidades da Cavalaria Portuguesa, sempre bem aceite.

Julgando não estar longe da realidade, são estes de qualquer forma os desejos, também já não do Coudel-mór a que se referiam as Ordenações Fernandinas, mas do Director Honorário da Arma de Cavalaria.

Bem hajam!

TGEN VELASCO MARTINS
Director Honorário da Arma de Cavalaria.

Editorial

1. BALANÇO DE TRÊS ANOS (Nov03 – Nov06)

Numa situação normal, neste momento deveria fazer o balanço de 2005. Mas de facto não é! Com a publicação deste número encerra-se um ciclo de três anos e começará um outro pelo período de 2007 a 2009. Desejo, desde já, aos vindouros um trabalho de sucesso e que o seu produto seja tão ou mais profícuo quanto foi o correspondente ao primeiro triénio da Revista da Cavalaria neste novo figurino – escorada por uma Associação, esta tem por principal actividade editar quadrimestralmente a Revista da Cavalaria/3ª Série.

Relativamente ao balanço de três anos (Nov03 – Nov06), saliento o seguinte:

a. Da produção da revista totalmente a quatro cores (o que aconteceu só no nº1 – Nov03) passou-se o interior apenas a duas cores . Esta opção, que se mantém na actualidade, possibilitou diminuir para metade o custo de produção. Relembro os leitores que, nessa fase inicial da actividade da Associação, a situação financeira era débil.

b. De forma inequívoca, pela actual Direcção foram estabelecidas as seguintes orientações gerais: editar quadrimestralmente a Revista da Cavalaria; atingir o número mínimo de 300 associados; e garantir a sustentabilidade financeira por mais de um ano.

c. Decorrendo dessas orientações gerais foram estabelecidos três objectivos principais:

– Produzir três números por ano (2004, 2005 e 2006). Também se verificou a ampliação da capacidade produtiva em 2004, aquando da comemoração do centenário da Revista da Cavalaria, em parceria com a Escola Prática de Cavalaria, através da reedição do Nº1 – Iª Série da Revista da Cavalaria (1904). Ainda foram realizadas em 2006 duas jornadas técnicas da Arma de Cavalaria: a primeira, em parceria com o Centro Militar de Educação Física e Desportos, versou sobre a "Equitação Militar – Um salto para o futuro", e a segunda, em parceria com a Escola Prática de Cavalaria, foi debatido o tema "As Unidades de Reconhecimento e a Transformação do Exército Português". Aguarda-se para breve a publicação das respectivas Actas.

– Alcançar 300 sócios durante 2005. A sua concretização, apesar de tudo não dispensa alguma reflexão, pois há desequilíbrios significativos quanto à caracterização dos sócios: a esmagadora maioria reside na categoria de oficiais, cerca de 12% na categoria de sargentos e próximo de 5% são civis. Há a necessidade e urgência de promover e estreitar o contacto com os sargentos, em particular junto dos vários Cursos de Formação de Sargentos que sucessivamente vão passando pela Escola Prática de Cavalaria.

– Apresentar um saldo anual de valor positivo e superior aos custos totais de produção da revista por ano. Este terceiro objectivo foi concretizado igualmente em 2005, através de um saldo de 5.371,92 Euros em 31 de Dezembro desse ano, e consolidado em 2006 – o valor actual (18Dec06) é de 12.425, 57 Euros.

d. Estes objectivos só foram possíveis de realizar graças, de uma forma geral, ao envolvimento dos sócios e dos vários colaboradores e, de forma muito particular, do Exmo Tenente-general Sousa Pinto, a quem a actual Direcção muito reconhecidamente manifesta a sentida gratidão pelo estímulo, apoio e disponibilidade permanentes, evidenciados ao longo do triénio que agora termina, e ainda do Exmo Tenente-general Jesus da Silva pelo seu exemplo de servir a Revista da Cavalaria, constituindo uma referência a ser seguida. A todos, um enorme bem hajam e ... até breve!

TCOR Cav FRANCISCO AMADO RODRIGUES
Academia Militar.

2. O TEMA NUCLEAR DESTE NÚMERO...

... é sobre "A Cavalaria na Guerra Centrada em Rede". Para além de três artigos directamente relacionados com o tema, cujos autores são o Coronel de Cavalaria Francisco Xavier de Sousa ("*Network Centric Warfare* – Implicações para a Cavalaria Portuguesa"), o Tenente-coronel de Transmissões Carlos de Oliveira Ribeiro ("Sistema de Informação e Comunicações Tácticas – O Facilitador do Comando e Controlo do SFN") e o Tenente-coronel de Transmissões Paulo Viegas Nunes ("Operações Centradas em Rede: A Transformação das Capacidades Militares ou um Novo Paradigma da Arte Operacional?"), também se publicam:

– A terceira e última parte do excelente artigo do Exmo Tenente-general Velasco Martins, acerca do "Esboço Histórico da Formação de Oficiais de Cavalaria", balizada desde Abril de 1974 até a actualidade.

– A segunda parte do excelente artigo do Exmo Doutor Humberto Oliveira, sobre "Heyl Shirion – O Corpo de Blindados das Forças de Defesa Israelitas – Os anos de formação 1948-1967 (2ª parte - de 1956 a 1966)".

– A primeira e segunda partes do extraordinário artigo do Exmo Sr Luís Costa, com o título "Autometralhadoras, Carros de Combate e Outros Blindados: Sessenta Anos ao Serviço da Escola Prática de Cavalaria (1943-2003)".

O rigor, a dedicação e a perseverança do seu autor são atributos que prefiguram o carácter de unicidade e de raridade num universo de personalidades que é afim a esta temática. Através deste trabalho de investigação reforça-se

a importância e necessidade de conservar e valorizar o correspondente património material, reunido sob a forma de colecção de viaturas blindadas da Escola Prática de Cavalaria. Os cavaleiros portugueses ficam-lhe muito agradecidos. Parabéns!

Relativamente ao tema "A Cavalaria na Guerra Centrada em Rede", o leitor pode e deve começar por ler o artigo do TCOR Tm Paulo Viegas Nunes. Por sua via é dado a conhecer o respectivo conceito e evolução. Também são desenvolvidas as implicações no processo de tomada de decisão militar, o impacto da arquitectura em rede, como por exemplo o ritmo e natureza das operações, a doutrina subjacente e os meios tecnológicos que viabilizam a prática de tal conceito e se constituem nas capacidades militares integradas em rede e baseadas em efeitos. As tecnologias de informação e comunicação são a sua pedra angular e a adopção desta nova tipologia de fazer a guerra "só poderá resultar se envolver uma alteração consistente dos processos organizacionais e dos comportamentos individuais".

De seguida sugere-se a leitura do artigo do COR Cav Francisco Xavier de Sousa. A análise aí desenvolvida permite compreender abreviadamente a amplitude que o conceito "Guerra Centrada em Rede" tem gerado, de uma forma geral nos diferentes países da NATO e particularmente em Portugal. "Na hipótese do conceito ser assumido pelo nosso país, quais são as implicações que daí resultam para as nossas Forças Armadas, para o Exército e para a Cavalaria?", é a questão mais interessante colocada pelo autor e potencialmente geradora de debate. Aguardemos pelo conteúdo do "Correio do Leitor" do próximo número.

Por fim, o artigo do TCOR Tm Carlos Ribeiro. Trata-se essencialmente da apresentação de algumas capacidades a implementar ao nível do comando e controlo do Sistema de Forças Nacional. Este inclui naturalmente as Unidades de Cavalaria, nomeadamente as de Reconhecimento e de Carros de Combate. Apesar do autor ter feito um enorme esforço para obter e partilhar o máximo de informação sobre algumas dessas capacidades, contudo, por razões compreensíveis e associadas à confidencialidade que normalmente revestem os projectos desta natureza, só foi possível ilustrar o subsistema de comunicações móveis a introduzir nos meios orgânicos principais daquelas duas Unidades. Fazemos votos para que a sua integração e interoperabilidade resultem, quer no emprego dessas Unidades no plano nacional quer no plano internacional, em operações conjuntas e combinadas.

Portanto, "A Cavalaria na Guerra Centrada em Rede" permite ao leitor retirar várias ilações, das quais destaco três:
– É uma transformação significativa na "ciência e arte da guerra".
– O novo paradigma induz alterações nos recursos humanos – especialmente ao nível das mentalidades e da formação; nos processos – dos quais destaco a doutrina de emprego, o processo de decisão militar e a agilidade dos processos em geral; na organização – saliento o esbatimento de alguns patamares hierárquicos, sem, contudo, diminuir ou anular a importância do decisor/líder, e o incremento da flexibilidade organizacional; e na tecnologia – cujo reflexo é materializado pelos meios tecnológicos de informação e comunicação e respectivas potencialidades.
– Este paradigma é incompatível com mentalidades, organização e processos retrógrados.
"Transformemo-nos", mas conscientes que esse processo exigirá substancial desgaste dos recursos humanos, consumirá elevados recursos financeiros e prolongar-se-á por várias décadas.

Linha editorial

Para os próximos números os temas serão:

Nº	Mês da Publicação	Data limite de entrega	Tema
11	Março 2007	28 Fevereiro 2007	Doutrina de Cavalaria, passado presente e futuro.
12	Julho 2007	30 Junho 2007	As infra-estruturas na Cavalaria.
13	Novembro 2007	31 Outubro 2007	As Unidades de Cavalaria do Ar.

Os artigos não deverão ultrapassar as 3500 palavras e, sempre que possível, acompanhados de fotografias, mapas ou outras imagens que o autor entenda convenientes.

RECTIFICAÇÃO:
A Redacção da *Revista da Cavalaria* vem por este meio divulgar a bibliografia referente ao artigo "Contra-subversão – O quadro conceptual", editado no número anterior (nº 9, Julho de 2006), da autoria do Exmo Tenente-coronel de Artilharia Carlos Mendes Dias.
Pela omissão cometida, endereçamos o nosso pedido de desculpas ao Exmo Tenente-coronel Carlos Mendes Dias e aos leitores.

BIBLIOGRAFIA:

ALVES, José Lopes (1999). *Estratégia*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.
COUTO, Abel Cabral (1988a), *Elementos de Estratégia*, Volume I, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa.
COUTO, Abel Cabral (1988b), *Elementos de Estratégia*, Volume II, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa.
LEANDRO, José Eduardo Garcia (1997), *Estratégias de Acção: Tipos e Prospectiva*, Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Lisboa.
SANTOS, José Alberto Loureiro dos (1983), *Incursões no Domínio da Estratégia*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
SILVA, José Luís Moreira da (2003), *Direito dos Conflitos Internacionais*, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, Lisboa.

Correio do leitor

CARTA DO COR Cav NETTO DE ALMEIDA – "EQUITAÇÃO MILITAR"

Em Março de 2006 fui convidado para tomar parte no CMEFD numas Jornadas sob o título "Equitação Militar - Um salto para o futuro".

Na última sessão, em dada altura, foi posta a questão: mas afinal o que é a equitação militar? A resposta foi dada pelo Exmo TGEN Sousa Pinto, nas suas palavras no encerramento dos trabalhos, esclarecendo que "a equitação militar era a que contribuía para o desenvolvimento das qualidades indispensáveis aos chefes militares, especialmente aos de Cavalaria, para o melhor desempenho das suas atribuições como condutores de homens nas missões que têm que ser desempenhadas por tropas de Cavalaria".

Em tudo o que tenho lido sobre o assunto, e vivido como Oficial da Arma, sempre verifiquei que o que mais interessava, para se obterem os resultados desejados, era pôr os mili-

REVISTA CAVALARIA

ATENÇÃO
Envie este impresso directamente para a Associação e não para o seu Banco. O total preenchimento dos dados e a assinatura autorizada são indispensáveis

ASSOCIAÇÃO REVISTA DA CAVALARIA

SEDE: Regimento de Lanceiros N.º 2 – Calçada da Ajuda – 1349-054 LISBOA

MILITAR: Posto, Arma, Situação (Activo, Reserva, Reforma)

CIVIL: Título

NOME

MORADA

LOCALIDADE

CÓDIGO POSTAL

OUTROS CONTACTOS

MODALIDADES PARA SER SÓCIO DA ASSOCIAÇÃO:

- ☐ 1.ª MOD. – Quota anual individual no valor de 15 Euros.
- ☐ 2.ª MOD. – Quota institucional anual no valor de 75 Euros (destinada a Associações U/E/O, Empresas).
- ☐ 3.ª MOD. – Quota anual para sócio benemérito no valor de _____ Euros (valor nunca inferior à quota individual).
- ☐ 4.ª MOD. – Quota anual para instituições beneméritas no valor de _____ Euros (valor nunca inferior à quota da 2.ª Modalidade, destinada a Associações U/E/O, Empresas).

tares a galopar e saltar através do campo. E daí a prática do antigo Campeonato do Cavalo de Guerra, depois transformado, por exigências desportivas e outras, em Concurso Completo de Equitação. Por isso sempre vi com agrado que as Unidades de Cavalaria caprichavam em manter esta prova anual, para que os benefícios da sua prática não se perdessem. E, para mim, isto era o mínimo que se podia admitir, para justificar o dinheiro que o Exército gasta em cavalos, em pessoal e na manutenção de outras estruturas.

Um destes dias recebi o amável convite anual para assistir ao "combinado" do (ex-)RC4, unidade que comandei, e estranhei verificar que se compunha apenas de prova de "ensino" e de "obstáculos". Então onde estava a imprescindível prova de *cross*? E a minha surpresa aumentou ao ler a última Revista da Cavalaria onde verifiquei que o mesmo se passava em todos os restantes Regimentos, pelo que concluí que se tratava de uma opção concertada, se não de determinação superior. É claro que hoje em dia não é apenas o *cross* que pode trazer os benefícios de que falei acima. Temos outros desportos como o Pólo, ou o *Horse Ball* que o podem substituir. Mas para efectuar qualquer actividade é preciso que existam cavalos. E eu sei que não existem. E sem isso nada feito. E sem eles, não é possível saltar para lado nenhum!

Sei que a Federação Equestre Portuguesa ao criar a Escola Nacional de Equitação pretendeu que o seu núcleo duro fosse baseado no CMEFD. Mas que as entidades militares nunca quiseram arcar com essa responsabilidade (despesa?). Foi pena!

Nos últimos anos não tenho assistido à Semana Equestre Militar porque me faz pena ver o nível a que a equitação militar chegou. O único vestígio do seu antigo nível ainda é a *Reprise* da Escola de Mafra, apesar de estar muito condicionado, entre outras coisas, pela idade a que chegaram os seus cavalos. Mas a *Reprise* não é Equitação Militar. É apenas uma consequência do nível de uma Escola. Não podemos confundir *Reprise* com Equitação Militar.

Enfim! Para acabar este texto, que é com um coração dorido que escrevo, faço minhas as palavras que o Exmo COR Cav Esteves Pereira teve coragem de pronunciar no final da sua intervenção, no último dia das Jornadas acima referidas: "ou então acabe-se com isto!"

A finalidade destas palavras é lançar uma pedra no charco para levar as entidades competentes a decidirem "salvar" a equitação militar. Caso isto não seja possível, que se pense na forma de a extinguir "com dignidade", homenageando-a pela contribuição que deu, durante tantos séculos, para a formação dos quadros da Arma. Pois, se continuarmos por este caminho, só nos resta vê-la cair de podre sem que ninguém esteja presente para lhe rezar por alma!

REVISTA CAVALARIA

ASSOCIAÇÃO REVISTA DA CAVALARIA

Exmos. Senhores

Venho por este meio autorizar a efectivação de transferência bancária regular para o pagamento das quotas da Associação Revista da Cavalaria no valor de _____€ por ano, a debitar em _____.

DADOS DA CONTA A DEBITAR

BANCO _____

DEPENDÊNCIA _____
LOCALIDADE _____
NI DA CONTA _____
NIB _____
EM NOME DE _____

DADOS DA CONTA A CREDITAR

NOME DO NOSSO BANCO
TOTTA
CONTA: **53148140020**
NIB: **001800005314814002012**
EM NOME DE: **ASSOCIAÇÃO REVISTA DA CAVALARIA**

Com os melhores cumprimentos

_____
(assinatura igual à existente no Banco)

Data, _____ de _____ de _____

■ Carta do Exmo Tenente Miliciano de Cavalaria João Bravo da Matta – "Operação Mar Azul" – 46º Aniversário de Fim do Curso de Oficiais Milicianos de Cavalaria (EPC – 1959/1960)

"No passado dia 2 de Outubro do corrente ano, teve lugar no Hotel Vila Galé, na Ericeira, um almoço de confraternização em que participaram oficiais que, em 1960, terminaram a sua "licenciatura" na mui nobre Arma de Cavalaria, curso realizado na Escola Prática de Cavalaria em Santarém!

O "rancho" ... que foi considerado bom, abundante e bem confeccionado, foi seguido de uma "palestra" evocativa dos anos passados nos postos de cadetes, Aspirantes, Alferes, Tenentes e Capitães Milicianos de Cavalaria, a que se atribuiu o nome de código de "Operação Mar Azul"!...

Foi posto em evidência o espírito de corpo e camaradagem alcançados na formação e prestação do nosso serviço militar, espírito esse inexistente em nenhum curso superior, de nenhuma Faculdade e de nenhuma Universidade!

Foi recordada, com emoção, a forma como fomos "instruídos", com base em "conceitos" como o Valor, a Lealdade, o Mérito, o Dever, a Honra e a Defesa da Pátria!

Foi também relembrado que, na "bagagem" que levámos para as Unidades de Cavalaria onde fomos colocados, como jovens Aspirantes, ia a mensagem do nosso Patrono que nos advertia para a realidade de que "Se não tivéssemos a vista da águia ... a coragem do leão ... e a rapidez do relâmpago ... não podíamos comandar a tempestade da Cavalaria"!

Foram evocados os valores da Galantearia, da Educação, do Respeito e do Cavalheirismo!

Foi ainda evidenciado que o "nosso Curso" foi considerado, pelos nossos antigos instrutores, como um dos mais conceituados que frequentaram a Escola Prática de Cavalaria em Santarém!

Foi prestada uma sentida homenagem a todos os oficiais que estiveram presentes, em corpo ou em espírito, e que, há 46 anos, se tinham especializado em Reconhecimento de Cavalaria, Carros de Combate M47, Carros de Combate M4A1 e M5A1, e Polícia Militar, num total de 41 Oficiais Milicianos de Cavalaria!

Foram recordados com respeito, camaradagem e saudade, os instrutores que nos ministraram o curso, e que, hoje em dia, constituem um grupo de distintos e brilhantes oficiais generais e coronéis, cujos nomes foram citados individualmente com a maior amizade e emoção!

Foram evocadas as "mobilizações" para a guerra desencadeada nos teatros de operações das ex-Províncias Ultramarinas de Angola, Moçambique e Guiné, a partir do longínquo ano de 1961, guerra que não desejamos, mas que soubemos honrar com a mesma coragem e patriotismo que herdámos de Mouzinho de Albuquerque, q que fizeram de todos nós "Veteranos de Guerra"!

Foram evidenciados os valores, ao longo dos anos, demos à Pátria ... sem nada dela receber ... e dos quais destacamos:

- A Juventude ...
- A Inteligência ...
- A Obediência ...
- A Disciplina ...
- O Interesse ...
- A Dedicação ...
- A Competência ...
- A Coragem ...
- O Patriotismo ...
- O Sacrifício ...
- A Lealdade ...

E, até quando foi preciso ... a Própria Vida! ...

E a "Operação Mar Azul" não podia terminar sem um brinde à saúde e longevidade dos oficiais e das suas mulheres, que, na sua maioria, estiveram presentes, com a habitual saudação da Cavalaria!

A Galope! ... A Galope! ...
A Galope! ... À Carga!!!

O Oficial de Dia ao Evento
João Bravo da Matta
TEN Mil Cav (Res)

■ ACORDO COM A *PREFÁCIO*

A Direcção da *Associação Revista da Cavalaria* vem por este meio informar os seus associados do seguinte:

– A Direcção da *Associação Revista da Cavalaria* e a Editora *Prefácio* estabeleceram um acordo que permite aos sócios desta Associação beneficiar de um desconto de 20% na compra de quaisquer livros editados ou a editar pela Prefácio, mediante a apresentação do cartão de sócio com a quota actualizada.

Este procedimento deverá ser feito nas instalações da Prefácio:
Rua Pinheiro Chagas, Nº19 – 1º,
1050-174 Lisboa
Tel.: 213143378/213530376
Fax: 213143380
E-mail: editora.prefacio@mail.telepac.pt
Ou em alternativa por envio à cobrança e, neste caso, é acrescido o porte dos correios.

Esboço Histórico da Formação dos Oficiais de Cavalaria

– De Abril de 1974 aos dias de hoje (3ª Parte)

1976 - Reorganização do Curso que passa a designar-se Licenciatura em Ciências Militares/Cavalaria com uma duração de cinco anos lectivos.

1988 - Publicação do Estatuto da Academia Militar.

1989 - Novo curriculum do Curso com base no sistema de Unidades de Crédito.

1997 - Revisão do curriculum do Curso.

2004 - Nova revisão do curriculum do Curso.

2006 - Adequação do Curso à "Declaração de Bolonha".

1. A REORGANIZAÇÃO DOS CURSOS DA AM EM 1976

Uma vez terminada a Guerra do Ultramar e tendo-se verificado alterações profundas no País a partir de Abril de 74, tornava-se imperioso efectuar uma transformação dos Cursos adequando-os às novas realidades. É assim que em 1 de Setembro de 1976, antecipando-se mesmo às disposições legais fundamentais conducentes a uma necessária Reestruturação das Forças Armadas, a Academia Militar efectua uma profunda Reforma dos Cursos, regulada pelo Decreto-lei 678/76.

De acordo com o mesmo, o Curso de Cavalaria passa a ser de 5 anos, sendo o último, como já acontecia do antecedente, o Tirocínio para Oficial a frequentar na Escola Prática de Cavalaria, mas na dependência da Academia Militar. Mantêm-se o ensino das Línguas Estrangeiras, a Instrução Militar Geral e o Treino Físico, ainda que neste a Equitação passe a ter apenas uma hora semanal, recorrendo os seus Mestres às horas disponíveis para actividades circum-escolares para consolidar, essencialmente nos Cadetes de Cavalaria, o ensino e treino nesta área.

Em conformidade com as regras então em vigor nas Universidades civis, as Cadeiras passam a ser na sua maioria semestrais, associando-se em diversos Grupos de Cadeiras.

A Táctica de Cavalaria passa a ser ministrada em dois anos lectivos, no 3º Ano a Táctica de Cavalaria I, identificada pela sigla 20H e a Táctica de Cavalaria II é incluída no 4º Ano do Curso, correspondendo-lhe a sigla 20 I. Além das duas Cadeiras atrás referidas, "herdeiras" por assim dizer da 30ª Cadeira, foram ainda criadas, exclusivamente para o Curso de Cavalaria, as Cadeiras de Material e Tiro de Cavalaria.

A Táctica como um todo voltou a dar especial atenção à Guerra Convencional em detrimento da Guerra Subversiva que tinha predominado nas décadas anteriores e viu a sua carga horária muito reforçada. A Organização Militar e a Logística foram entretanto individualizadas da Táctica e passam a constituir Cadeiras semestrais autónomas.

O Curso abre-se à nova realidade da Informática e continua a ter um peso significativo das Ciências Exactas, com os dois primeiros anos quase totalmente preenchidos por matérias desta área, incluindo nomeadamente Matemática I e II, Álgebra Linear e Geometria Analítica, Probabilidades e Métodos Estatísticos, Introdução aos Computadores e Programação, Computadores, Investigação Operacional, Mecânica Física, Electricidade e Magnetismo, Acústica Óptica e Calor, Elementos de Electrónica e Comunicações, Química e Desenho e Métodos Gráficos I e II.

Mantêm-se nas suas linhas gerais as Cadeiras de cariz essencialmente militar que vinham do modelo anterior, como eram o Armamento, a Topografia, a História e a Geografia Militares e começam a estar representadas no curriculum as Ciências Sociais e Humanas, ainda que com pouco peso.

O Curso confere o grau de Licenciado em Ciências Militares/Cavalaria.

TGEN EDUARDO VELASCO MARTINS
Estado Maior do Exército.

2. PUBLICAÇÃO DO ESTATUTO DA ACADEMIA MILITAR

Em 1988 pelo Decreto-Lei 302, de 2 de Setembro, é aprovado o Estatuto da Academia Militar, na sequência do estabelecido no Decreto-Lei 48/86 "que institucionaliza o relacionamento entre as Escolas Militares e o Ensino Superior e os Estabelecimentos de Ensino que integram o Sistema Universitário Português". Aquela Norma Legal passa a constituir o documento base da Reestruturação que então se processa.

3. NOVO CURRICULUM DO CURSO POR UNIDADES DE CRÉDITO

Na sequência do expresso no Decreto-lei 302/88, a partir de 1989/90 o Curso de Cavalaria é organizado por Unidades de Crédito (UC) e já não por horas de aulas. Para uma adequada compreensão da organização do Curso de Cavalaria a partir desta data, é indispensável referir que conforme o estabelecido pelo Decreto-Lei 173/80, de 29 de Maio, aplicável a todos os Estabelecimentos de Ensino Superior, cada UC equivale a:

- Quinze horas de aulas teóricas; ou
- Quarenta horas de aulas práticas; ou
- Vinte e duas horas de aulas teórico-práticas; ou
- Trinta horas de aulas de estágios ou seminários.

De acordo com este novo critério, que condicionava a atribuição do grau académico à obtenção pelo aluno de um total de UC que se considerasse científica e pedagogicamente exigível como garantia de adequada preparação, sucessivamente em 1989, 1997 e em 2004, por Portaria, são definidos os curricula do Curso de Cavalaria que previam, como para cada uma se indica, a seguinte distribuição:

	PORTARIA 804/89	PORTARIA 20/97	PORTARIA 501/04
Matemática, Informática e Representação Gráfica	39,5 UC	31,5 UC	11,5 UC
Física e Química	12,5 UC	12 UC	7 UC
Ciências da Terra e do Espaço	6 UC	6 UC	3 UC
Organização Táctica e Logística	31 UC	28,5 UC	28,5 UC
Material e Tiro	19 UC	14,5 UC	11,5 UC
Comando e Estratégia	12 UC	16 UC	
Comando História e Estratégia	-	-	18 UC
Engenharia Electrotécnica	3 UC	-	-
Economia Gestão e Administração	2 UC	5 UC	14,5 UC
Ciências Sócio-Politicas e Direito	12 UC	24 UC	
Ciências Sócio-Comportamentais	-	-	17 UC
Ciências Jurídicas	-	-	26 UC
Motricidade Humana	-	45 UC	1,5 UC
Trabalho Final de Curso	-	-	13 UC
Línguas Estrangeiras	240 H	360 H	15 UC
Preparação e Treino Militar	510 H	570 H	450 H
Treino Físico	510 H	600 H	795 H
Tirocínio para Oficial	35 UC	35 UC	25 UC

4. A ADEQUAÇÃO À DECLARAÇÃO DE BOLONHA

É entretanto decidido a nível Nacional na sequência dos compromissos assumidos internacionalmente, que em 2006 se proceda à adequação de todo o Ensino Superior Universitário ao designado "Processo de Bolonha" que define as regras porque se deve balizar este Ensino na Europa, e neste contexto necessariamente se têm que incluir as Licenciaturas em Ciências Militares da Academia Militar. Nesse sentido está ainda a decorrer nova Reorganização dos Cursos que vise atingir aquele objectivo, sem esquecer todo o prestigiado passado histórico que a "Casa Mãe" dos Oficiais do Exército Português, com as suas diferentes designações veio percorrendo desde 1837, formando Homens e Mulheres com "uma sólida cultura geral de nível superior, sob um quadro de valores construído e consolidado através de gerações a que se adiciona uma apurada formação militar", como é referido no Preâmbulo do Estudo da Reestruturação dos Cursos da Academia Militar, entretanto elaborado.

Para melhor nos identificarmos com a profunda transformação que isto implica, não apenas para a formação dos Oficiais de Cavalaria mas também para os das outras di-

ferentes Armas e Serviços, elaborou a Academia Militar um ponto da situação dos trabalhos de adequação à Declaração de Bolonha (DB), que conforme atrás se referiu ainda não estão terminados, que nos faculta um mais actualizado conhecimento do futuro do Ensino Superior no Exército como um todo, e particularmente no que à Arma de Cavalaria diz respeito, que a seguir se transcreve na íntegra:

"Os desafios que hoje se apresentam aos Oficiais do QP revelam uma crescente complexidade, sustentada num cenário permanente de mudança e diversidade. Porque comandam pessoas, interagem socialmente em situações de potencial ou efectivo conflito, operam armas e máquinas, confrontam-se não só com um esforço de engenharia, como também com um exercício de humanidade. Assim, na sua formação inicial, compete à Academia Militar construir, sobre as competências adquiridas no ensino secundário, todo um edifício de saberes de nível superior apropriado ao início da actividade profissional.

É uma tarefa complexa, esta que a Academia Militar vem cumprindo há mais de um século a formar Oficiais do Exército, através de uma sólida cultura geral de nível superior, sob um quadro de valores construído e consolidado ao longo de gerações.

No âmbito do Ensino Superior Universitário, a Academia Militar tem sabido manter actualizada, reconhecida e acreditada a vertente académica dos seus cursos através de oportunas e ponderadas transformações e reformas, na estrita observância das disposições que regulam o sistema nacional em que se integra.

Neste momento é a implementação do Processo de Bolonha, a nível nacional e europeu, que nos impele a uma nova fase de mudança.

Iniciou-se esta complexa tarefa com um estudo das competências do Oficial do Exército, que permitiram definir as âncoras estruturais referentes à implementação da DB, nomeadamente:

- Os cursos de Infantaria, Artilharia, **Cavalaria** e Administração Militar devem ser estruturados em 5 anos lectivos, com um equilíbrio das componentes ligadas às Ciências Exactas e às Ciências Sociais, bem como a valorização das tecnologias e os sistemas de informação;
- Os curricula dos cursos de Engenharia devem acompanhar os correspondentes civis, bem como os requisitos de acreditação definidos pela Ordem dos Engenheiros, acrescentados da indispensável formação militar;
- A componente académica dos cursos de Saúde continua a ser ministrada nas faculdades civis;
- O ensino deve ser reconhecido e enquadrado nos normativos do ensino superior nacional relevando contudo, que a formação dos alunos da AM deve estar objectivada nos requisitos definidos pelo Exército;
- Todos os cursos devem proporcionar o grau de Mestre.

Como vimos, três realidades imperam nos cursos da Academia Militar. Por um lado, os cursos da área da Saúde que mantêm o seu total vínculo académico às Faculdades civis, por outro os cursos de Engenharia que requerem um constante acompanhamento dos curricula do Instituto Superior Técnico aonde continuam a ser ministradas algumas unidades curriculares dos cursos, e por último os cursos ministrados de acordo com os requisitos definidos pelo Exército, e denominados de Ciências Militares. Neste caso específico os cursos configuraram modelos de carácter especializante em que é nítida a separação entre o 1º ciclo – 3 anos (de banda larga – generalista, aculturante e fidelizador) e o 2º ciclo – 2 anos, incluindo o TPO (de banda estreita – profissionalizante).

A adopção da DB ditou, então, um projecto de reformulação dos vários cursos ministrados na Academia Militar. Adaptaram-se os curricula dos cursos de acordo com as competências e os novos conceitos pedagógicos, assentes nos instrumentos requeridos pela DB, nomeadamente a implementação do novo sistema de créditos curriculares (ECTS). Neste âmbito refira-se que o regime de atribuição de créditos contemplou apenas as áreas científicas de índole estritamente académica, pois procurou-se uma desejável "independência" da formação comportamental, militar e física dos alunos, separando esta componente formativa do CADETE do panorama universitário, situando-a claramente no domínio de uma escola de formação de Oficiais.

Definidos os projectos dos curricula dos cursos dentro dos princípios enumerados, importa agora continuar o processo de adaptação dos cursos de acordo com os conteúdos formais da DB, nomeadamente a implementação da escala europeia da comparabilidade de classificações, o boletim de registo académico, o guia informativo e a construção do suplemento ao diploma.

Mas independente de tudo, a questão central e fundamental é entender que a essência do Processo de Bolonha assenta os seus alicerces na mudança do paradigma de ensino de um modelo passivo, baseado na aquisição de conhecimentos, para um modelo baseado no desenvolvimento de competências, onde se incluem quer as de natureza genérica - instrumentais, interpessoais e sistémicas - quer as de natureza específica associadas a área de formação, e onde a componente experimental e de projecto desempenham um papel importante. É esta atitude formativa que deve orientar todos os agentes formativos.

Decorrente de todo este processo de mudança é necessário ainda rever e adaptar o regime jurídico da AM - Estatuto e Regulamento - de modo a responder à nova realidade, nomeadamente no que se refere à atribuição dos novos graus e diplomas académicos.

Por último refira-se que todo este edifício se encontra condicionado à publicação do regime jurídico referente ao Ensino Superior Militar, conforme o referido no Artº 2 do DL 74/2006".

5.A FORMAÇÃO DOS OFICIAIS VOLUNTÁRIOS E CONTRATADOS

O número de Oficiais não profissionais diminuiu significativamente, nomeadamente a partir do fim do Serviço Militar Obrigatório, que teve lugar em Setembro de 2004, ainda que efectivamente desde há vários anos não houvesse necessidade de incorporar compulsivamente elementos com destino ao Curso de Oficiais Milicianos, dado que os que se ofereciam voluntariamente para aquele Curso eram suficientes para suprir as necessidades existentes.

A formação destes Oficiais de complemento, que até àquela data se processava em moldes similares aos do período anterior ao 25 de Abril, apenas com alterações de detalhe nas matérias e na duração dos cursos, sofreu uma modificação mais significativa a partir do momento em que apenas passámos a formar Oficiais para o Regime de Voluntariado ou Contrato, que pela permanência que garantem viram a sua preparação melhorada e necessariamente aumentada no tempo. A preparação destes compreende uma primeira parte com nove semanas, comum às diferentes Armas e Serviços, ministrada na Escola Prática de Artilharia, e uma segunda parte de preparação complementar, específica da Arma, com três meses, que decorre na Escola Prática de Cavalaria.

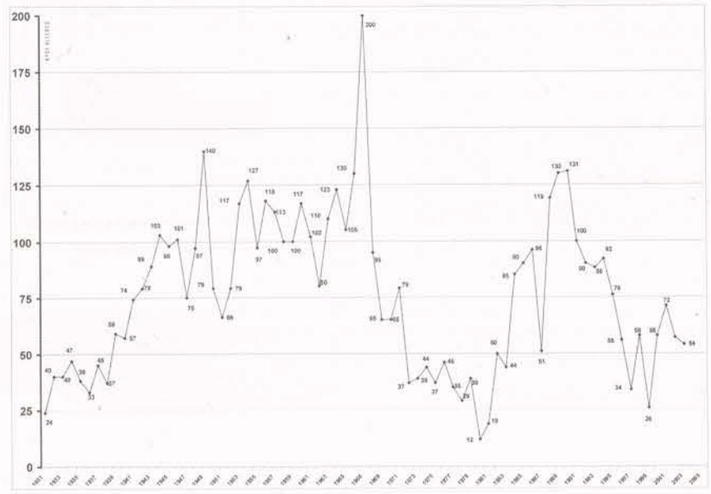
6. NOTAS FINAIS

Termino com esta III parte estes breves apontamentos sobre a Formação dos Oficiais de Cavalaria nos últimos 200 anos, especialmente focada no que foi a formação dos Oficiais do Quadro Permanente da Arma, sem a presunção de ter abordado com suficiente detalhe e rigor tão interessante tema, antes deixando o desafio para que no futuro complementem e aprofundem o que aqui refiro, em especial no que respeita à formação de Sargentos e Praças, que eu próprio procurarei fazê-lo para os Oficiais.

Bem hajam os que tiveram a curiosidade de ler este descomprometido texto.

ANEXOS

Anexo I – No gráfico abaixo, podemos analisar o efectivo de Oficiais formados na Academia Militar e suas antecessoras desde 1931 aos tempos actuais. Os números apresentados representam os Alferes que nos sucessivos anos entraram para o Quadro permanente oriundos daquela Escola. Nos mesmos estão incluídos os Cursos ditos "especiais", organizados com uma estrutura específica e apenas destinados a Capitães e Subalternos



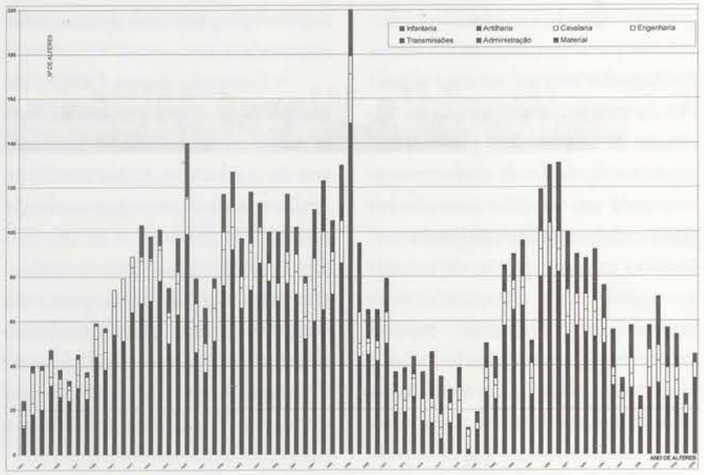
milicianos, que foram integrados naquele Quadro com a antiguidade dos Alferes do Curso que no mesmo ano concluiu a frequência da Academia Militar. O primeiro Curso Especial tem a antiguidade de Alferes de 1965 e o último de 1977.

Anexo 2 – O gráfico pretende dar uma imagem de conjunto dos Oficiais formados na Academia Militar desde 1931 e da sua distribuição por Armas e Serviços. Nos Cursos de Alferes de 2004 e 2005 ainda não se incluem os futuros Oficiais de Engenharia, Transmissões e Material que na data em que coligi estes dados ainda não terminaram os seus Cursos. Também não se incluem os Oficiais já formados na área da Saúde, tendo em consideração que o facto da integração destes Cursos na Academia Militar ser muito recente, por enquanto lhes retira significado na análise de conjunto que se pretende facultar.

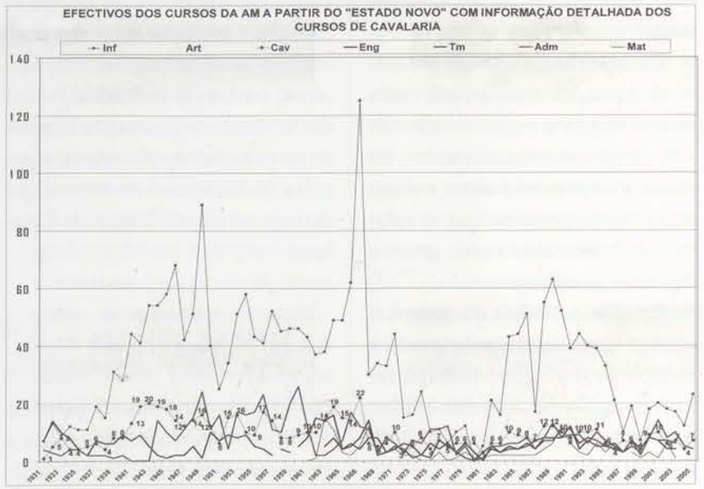
Anexo 3 – Através do presente gráfico pode-se analisar com maior clareza a distribuição nos diferentes anos a partir de 1931 dos Oficiais formados na Academia Militar por Armas e Serviços, detalhando-se com referência numérica dos seus efectivos os diferentes Cursos de Cavalaria.

Anexo 4 – Distribuição dos Oficiais formados na Academia Militar por Armas e Serviços.

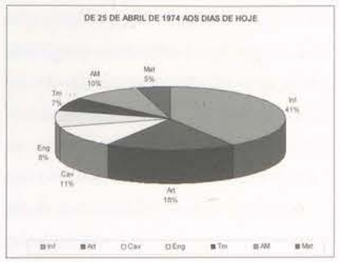
Anexo 2



Anexo 3

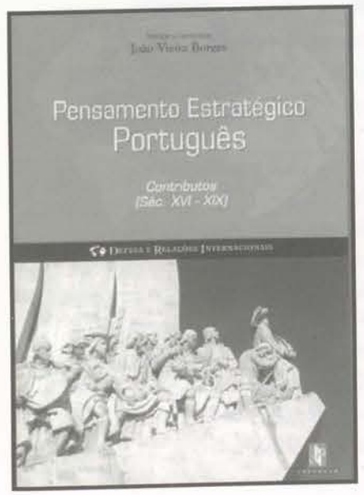


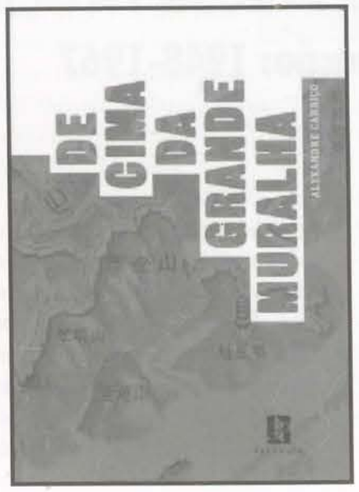
Anexo 4

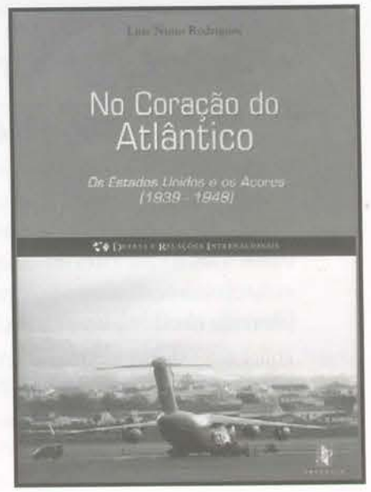


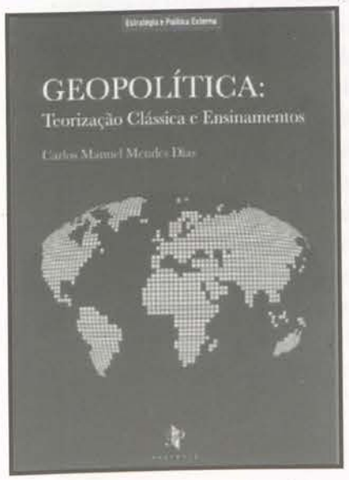
PREFÁCIO

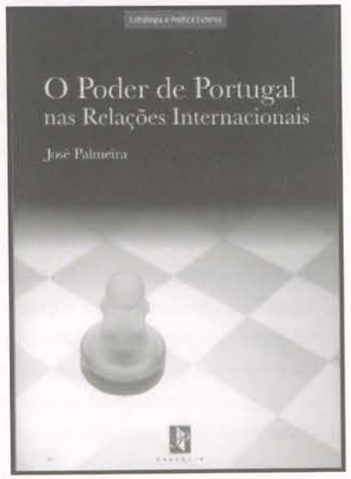
ÚLTIMAS EDIÇÕES

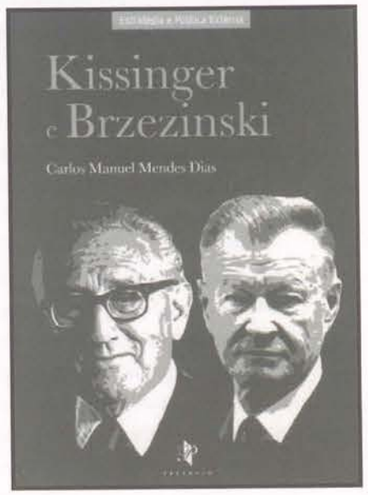












Rua Pinheiro Chagas nº 19 – 1º 1050-174 Lisboa
Tel: 21 314 3378 / 21 353 0376
editora.prefacio@mail.telepac.pt

Heyl Shirion - O Corpo de Blindados das Forças de Defesa Israelitas

– Os Anos de Formação: 1948-1967

(2ª PARTE – 1956-1966)

Insígnia da boina.

"O Corpo de Blindados é uma Unidade ofensiva que soluciona todos os seus problemas tácticos ao atacar."

General (GEN) Haim Laskov (Consideração na elaboração da doutrina do Tzahal em 1950)

A 24 de Junho de 1956 o GEN Haim Laskov[1] é nomeado Comandante do Corpo de Blindados. A sua reputação de seriedade profissional, forjada no exercício das anteriores funções de Director de Operações e como adjunto do Chefe do Estado-maior (CEM) dá credibilidade e prestígio às forças blindadas.

Conceptualista e metódico, traça as directrizes tácticas que considera fundamentais para o sucesso em campanha: atacar o inimigo com tiro longo e manobrar para efectuar a aproximação ao objectivo. Laskov, conhecedor da capacidade ofensiva dos carros de combate, defende que devem preceder as forças terrestres e actuar como unidades independentes, não apenas como suporte da Infantaria.

Doutor HUMBERTO OLIVEIRA
Investigador.

O debate retorna no planeamento da Operação Kadesh. De um lado, o CEM Moshe Dayan e os seus oficiais imbuídos do espírito "pára-quedista" nascido nas operações de retaliação. Defensores da mobilidade da Infantaria Mecanizada como ferro de lança do Tzahal, consideram que os carros de combate não devem complicar a rapidez da sua progressão e ser apenas empregues como artilharia autopropulsionada.

Do outro, Haim Laskov e o GEN Asaf Simhoni, comandante do Comando Territorial Sul, advogam que "...os carros de combate são a arma decisiva das forças terrestres e têm de operar em conjunto." [2]

Os argumentos apresentados por Laskov e Simhoni não persuadiram Dayan a acreditar no potencial operacional dos carros para a campanha. Esquadrões e companhias são fraccionados para apoiar as unidades de Infantaria Mecanizada, constituindo unidades de reserva a ser empregues consoante a necessidade táctica o exigisse.

M51 ISherman em exercícios no Negev.

1. Operação Kadesh – 29 de Outubro de 1956

"Lembro-me que quando ontem à noite informei Ben-Gurion que Sharm el Sheikh foi capturada e a campanha tinha terminado, ele retorquiu meio a brincar: E suponho que não consegues habituar-te à ideia, não é verdade? Nada respondi, ele bem sabe que não é o fim da guerra a perturbar-me, mas sim a minha apreensão acerca da nossa capacidade de resistirmos sozinhos na campanha política que agora começa."

CEM Moshe Dayan, 6 de Novembro de 1956

As vicissitudes da geopolítica no Médio Oriente motivam três países com objectivos e interesses diferentes na região a colaborarem militarmente.

Grã-Bretanha e França, a pretexto de uma ameaça à navegação no Canal do Suez pela presença do Exército Israelita no Sinai, fundamentavam a intervenção de uma força expedicionária conjunta (Operação Musketeer), na zona de Port Said. O objectivo político da operação franco-britânica é o derrube do regime de Nasser. Pretendem assim resolver a crise surgida com a nacionalização do Canal em Julho de 1956.[3]

A compra de armamento pesado pelos Egípcios à Checoslováquia em 1955 (carros de combate T34 e SU100, BTR-152, artilharia autopropulsionada, caças MIG-15 e IL-28, entre outro material), o bloqueio marítimo e aéreo ao Estreito de Tiran impedindo a navegação aos navios Israelitas e os constantes ataques de *"fedayeen"* [4] com bases na Faixa de Gaza, motivavam que Israel procurasse uma solução militar para o insustentável dilema estratégico.

A ajuda militar da França e o suporte diplomático por parte da Grã-Bretanha justificam que Israel inicie a acção militar. À época, Ben-Gurion acumula a pasta da Defesa com a Chefia do Governo, reticente perante o plano militar proposto por M. Dayan e Shimon Peres[5], dúvida da intervenção franco-britânica e receia que não executem o acordado, debilitando assim a posição de Israel no plano político internacional.

Operação Kadesh (Outubro de 1956).

A operação por fim aprovada por Ben-Gurion permite que, numa primeira fase por um período de 48 horas, caso franco-britânicos não materializem a colaboração militar, a incursão Israelita no Sinai seja considerada como mais uma acção de represália efectuada pela 202ª Brigada de Pára-quedistas, comandada pelo Coronel (COR) Ariel "Arik" Sharon.

Carro de combate M48 Patton com peça de 105 mm.

O salto operacional do 890º batalhão[6] a Este da passagem de Mitla Pass, a cerca de 65km do Canal do Suez deve facultar o pretexto necessário à intervenção de Franceses e Britânicos. Os restantes elementos da 202ª Brigada, numa manobra de decepção estão concentrados em Ein Khussub, na fronteira com a Jordânia. Têm de percorrer os cerca de 100km que distam de Kuntilla, na zona fronteiriça com o Egipto e progredir em direcção a Mitla Pass, ultrapassando as posições defensivas Egípcias de El Thamed e Nakhl. Após a junção de forças, a Brigada deve dirigir-se para Sul através da estrada costeira rumo a Sharm el Sheikh.

É um dos objectivos da operação Kadesh. A sua ocupação permite romper o bloqueio do Estreito de Tiran e restabelecer a ligação marítima. A destruição das bases *"fedayeen"* na Faixa de Gaza e a derrota do Exército Egípcio no Sinai, eliminando a ameaça que representa, são os dois outros objectivos propostos no plano de campanha de Moshe Dayan.

A 7ª Brigada, única brigada blindada regular, encontrava-se posicionada no eixo central da frente de combate, apenas devendo intervir decorridas 48 horas na ofensiva do Tzahal. A Infantaria tinha a iniciativa e criava a brecha por onde passaria a Brigada no eixo Kusseima – Umm Katef / Abu Agheila.

Comandada pelo COR Uri Ben Ari, a 7ª Brigada dispunha de aproximadamente 100 carros de combate:

- 82º Batalhão, dois esquadrões equipados com Shermans M4A3 e um esquadrão com o SuperSherman M1; é comandante o Tenente-coronel (TCOR) Avraham "Bren" Adan;
- 9º Batalhão, três esquadrões equipados com AMX-13;
- 52º Batalhão, três companhias de Infantaria Mecanizada com viaturas M3
- a Brigada é complementada com um Batalhão de Infantaria Motorizada, um esquadrão de Jeep's de reconhecimento e unidades de apoio;

A disposição do plano operacional aprovado não permite o seu avanço antes de Franceses e Britânicos iniciarem a Operação Musketeer.

O GEN Simhoni pretende uma progressão rápida das forças Israelitas de forma a surpreender os Egípcios. Receia que as duas Brigadas de Infantaria Mecanizada (a 4ª e a 10ª) não consigam ultrapassar as fortificações inimigas com a rapidez necessária. Desconhecedor do

acordo entre Israel e os seus aliados, bem como dos receios de Ben-Gurion, dá ordem de marcha[7] ao Coronel Ben Ari ao início da noite de 29, dia D da Operação, com o objectivo de reforçar a ofensiva da 4ª Brigada a Kusseima na madrugada de 30 (D+1).

Kusseima já está na posse da 4ª Brigada quando as unidades avançadas de Ben Ari chegam. Reagrupada, a 7ª Brigada progride para oeste na direcção de Umm Katef / Abu Agheila. No plano inicial a 10ª Brigada deveria atacar o perímetro fortificado de Umm Katef a 31 (D+2), o avanço rápido da 7ª permite antecipar o ataque para a noite de 30.

Nesse dia 30, manobrando através de um desfiladeiro considerado intransponível, o Daika Defile, unidades da 7ª Brigada cortam as vias de reabastecimento na retaguarda de Abu Agheila. Os Sherman do 82º demoram cerca de 10 horas para atravessar o Daika Defile e às 05.00 de 31 posicionam-se para cobrir o assalto da Infantaria da Brigada. A resistência na posição Egípcia dura uma hora.

Próximo objectivo: a fortificação de Ruefa Dam. Manobrando sob fogo intenso, o esquadrão A do 82º Batalhão envolve a posição inimiga por Norte e sucede em capturá-la ao entardecer. Todos os carros são atingidos durante o combate, há escassez de munições para as peças e metralhadoras e algumas das guarnições prosseguem o combate como infantes. Pelo seu desempenho na batalha de Ruefa Dam cabe ao esquadrão A a honra de ser a primeira unidade do Tzahal a receber uma citação por distinção em combate.

A meio da tarde do dia 02 de Novembro (D+5), o COR Ben Ari e a sua Brigada estão a meio do

General Israel Tal.

percurso entre Bir Gafgafa e Ismailya. Imparável na sua progressão encontra unidades da retaguarda da 1ª Brigada Blindada Egípcia que retira em direcção à margem Oeste do Canal. Dois pelotões de carros T34 e SU100 confrontam os Sherman. Seis carros da Brigada Egípcia são rapidamente destruídos sem perdas para a 7ª Brigada naquele que é o maior embate de carros de combate da campanha.

Ao entardecer, Ben Ari alcança o seu objectivo - a linha a 16km do Canal do Suez. David Eshel escreveu: "...em menos de 100 horas, num percurso com mais de 250km e participando em intensas batalhas...a Brigada desempenhou uma *Blitzkrieg* perfeita, lançando as fundações para uma brilhante tradição que dura até aos dias de hoje."[8]

2. Operação Kadesh – Consequências

"Nós [Israelitas] não resolveremos o nosso problema de segurança nacional com soluções elementares extraídas do nosso passado ou adoptadas de outros povos. Tudo o que foi adequado no passado e para outros não o é para nós, visto que o nosso problema de segurança é único... Não resistiremos às dificuldades a menos que compreendamos a nossa situação no seu contexto histórico/geográfico singular e formulemos a doutrina adequada para essa imparidade."

Ben-Gurion, discurso no Knesset a 5 de Setembro 1949

A Campanha do Sinai foi o primeiro exemplo da implementação dos princípios da doutrina de segurança nacional (Torat Ha Bitachon), apresentada por Ben-Gurion em 1953 no estudo "A Doutrina de Defesa e as Forças Armadas do Estado".

Fundamentada sobre os factores constringentes permanentes, a doutrina visa encontrar soluções estratégicas face à vulnerabilidade geopolítica de Israel no contexto regional.

Por um lado a falta de profundidade estratégica (territorial), por outro a assimetria de recursos demográficos e económicos perante os países Árabes abertamente hostis, para além da herança histórica e cultural, determinam a dissuasão como o conceito central na formulação da doutrina de defesa Israelita.

Requisito dominante, dotar o Tzahal da capacidade militar em

Carro de combate Centurion.

antecipar e impedir[9] os países inimigos de iniciarem uma guerra contra o Estado de Israel. Caso o confronto não possa ser evitado, deve ocorrer dentro do território Árabe e obter-se uma vitória rápida e decisiva, infligindo pesadas baixas ao inimigo de forma a evitar o renovar das hostilidades por um período de tempo prolongado.

Assim, a Operação Kadesh é igualmente uma lição prática do potencial de manobra e velocidade dos carros de combate bem como da guerra de movimento ofensiva e da capacidade operacional do Tzahal em praticá-la, possibilitando a transferência do conflito para o território inimigo no mais curto espaço de tempo.

O desfecho do conflito satisfaz os principais objectivos de Israel: a desmilitarização do Sinai com a interposição de uma força das N.U. entre os beligerantes, o fim dos ataques "fedayeen" provenientes da Faixa de Gaza, bem como a reabertura do Estreito de Tiran à navegação de navios Israelitas.

E, na análise de Van Creveld [10]: "...talvez a vantagem mais importante de todas, uma merecida reputação de ferocidade militar que Dayan considera essencial, assim como o engrandecimento do poder de dissuasão que causou."

Terminada a campanha, o Estado Maior do Tzahal não perde tempo em formar um grupo de estudo para analisar e avaliar criticamente os procedimentos e desempenho da sua força terrestre e aérea. Com o intuito de detectar e corrigir as insuficiências ao nível táctico (C^3), operacional, logístico e mobilização das reservas, examina exaustivamente cada erro cometido.

A incorporação e implementação das conclusões determinam a segunda reorganização do exército israelita. De uma disposição orientada para as suas unidades de Infantaria Mecanizada é convertido numa força onde as formações blindadas são o seu centro de gravidade.

3. Reorganização do Corpo Blindado 1957 – 1963

"...será difícil, senão impossível, encontrar, nas forças armadas de qualquer País neste século, um só oficial que tenha exercido a impressionante influência na doutrina, equipamento, treino e organização que o General Tal teve no Exército Israelita e no admirável sucesso desse Exército em batalha."

GEN (Ret) Donn Starry, US Army (Armor, Jan/Fev 1997)

Até à nomeação de Haim Laskov,[11] seu sucessor como CEM a 29 de Janeiro de 1958, Moshe Dayan, sem reservas, transfere oficiais superiores de Infantaria para o Corpo de Blindados.

O primeiro desses oficiais é o COR Israel "Talik" Tal, comandante da Escola de Oficiais Cadetes do Tzahal. Sem perder tempo, Dayan convoca Tal e pergunta quando lhe é possível transferir-se para assumir a função de adjunto do COR Ben-Ari, recém promovido a Comandante:

Talik: "Em duas ou três semanas?"

Dayan: "Não, não. Quero dizer a que horas hoje?"[12]

Impaciente, Dayan compreendeu durante a campanha do Sinai a predominância e influência que as formações blindadas possuirão no desfecho do combate terrestre. Assim toma a iniciativa de dotar a Arma com os oficiais que considera indispensáveis para influenciar o seu futuro. Expoente da selecção de Dayan, Talik irá ser nos próximos 35 anos o patriarca do Corpo Blindado e "pai" do carro de combate israelita, o Merkava.

O próximo a ser transferido é o COR David "Dado" Elazar, juntamente com o GEN Haim Bar-Lev[13] e Israel Tal. São estes os três oficiais responsáveis pela transformação do Heyl Shirion numa força de combate efectiva e pelo desenvolvimento dos fundamentos tácticos e operacionais legados pelo COR Uri Ben-Ari que passa à reserva em Julho de 1957.

Carro de combate M1 Sherman.

A par da reorganização, a aquisição de carros de combate modernos e o aperfeiçoamento dos existentes são as prioridades a continuar por Bar-Lev, novo comandante e o seu adjunto Israel Tal. A credibilidade agora concedida pelo Estado-maior do Tzahal ao Corpo de Blindados é acentuada pela nomeação de um General para a Direcção da Arma.

Responsável pelos testes e definição das especificações próprias para o Sinai como teatro de operações dos carros de combate a adquirir, o COR Tal tem 32 anos à sua nomeação e, além da sua aptidão para mecânica, tem um total desconhecimento da Arma Blindada. Natural de Israel (sabra), de estatura pequena, tem uma energia fulgurante e já uma crescente reputação de *meshuga* (louco).

Como o COR "Dado" Elazar fará mais tarde, vai incorporar o curso básico de instrução para oficiais da Arma[14]. Cada um dos instruendos vai adquirindo a proficiência necessária em cada uma das posições da guarnição, de condutor a chefe de carro. Paralelamente tira um curso de mecânica de viaturas.

Carros de combate Centurion e respectivas guarnições.

Após estudar exaustivamente as operações efectuadas pelos esquadrões Israelitas no Sinai e entrevistar os seus oficiais, Tal concluiu que o reduzido número de forças Egípcias na Península e sua disposição dispersa não lhes permitiram uma defesa efectiva, o que possibilitou o seu flanquear e envolvimento pela retaguarda e consequente colapso.

Agora, equipado e treinado pelos Soviéticos, o dispositivo Egípcio é de acordo com a doutrina soviética de defesa em profundidade.[15] O sistema de fortificações é colocado entre os obstáculos naturais, de forma a evitar a possibilidade de manobra das forças adversárias, e na retaguarda das linhas de defesa são concentradas formações blindadas de reserva prontas a contra-atacar ou a colmatar uma ruptura no sistema defensivo.

Na perspectiva de Talik é necessária a evolução da doutrina no emprego das unidades blindadas Israelitas, que por sua vez deve ser a variável principal a influenciar a compra do novo equipamento.

O conceito dominante, assente na capacidade de manobra dos carros de combate ligeiros destinados a operações autónomas na retaguarda inimiga, deve ser reconsiderado para fazer face às transformações qualitativas operadas nos exércitos Árabes.

Em detrimento da mobilidade, Talik privilegia a protecção blindada e o poder de fogo como as características que irão determinar o tipo de carro ajustado ao novo dogma doutrinal: *"helem hashiryon"* (cunho blindado). A invulnerabilidade assegura a sobrevivência que prevalece sobre a velocidade e a mobilidade.

Não se coíbe de contrariar o consenso prevalecente[16] que a Infantaria, com a futura introdução de armas anti-carro portáteis, possa saturar o TO e tornar os carros de combate pesados e obsoletos. Pelo contrário, advoga que, por um lado, diferentemente do teatro Europeu onde a topografia favorece o Infante, no Sinai, plano e com visibilidade até à linha do horizonte os blindados têm vantagem na detecção e destruição das equipas anti-carro. Por outro, face aos perímetros fortificados e com reforçada concentração de armas é necessário um carro pesado para absorver os múltiplos impactos, sobreviver, continuar a progressão e manter a capacidade de ruptura necessária em presença das posições inimigas.

O Centurion (ver quadro) satisfaz os critérios exigidos. Em 1959 Israel compra ao governo Britânico cerca de 250 carros. Os primeiros, modelo MkIII, são recepcionados em 1960 e vão equipar o esquadrão A do 82º Bat da 7ª Brigada. O então comandante, Major (MAJ) "Gorodish" Gonen, recusa ser promovido com a consequente transferência para manter o ambicionado comando dos novos carros.

Igualmente em 1959, os Coronéis Tal e Elazar trocam de comando. Tal é nomeado comandante da 7ª Brigada e Elazar assume a posição de adjunto do GEN Haim Bar-Lev.

A direcção da Brigada permite a Talik rectificar aspectos de planeamento até então descurados. Disciplina, treino, manutenção (mecânica) e logística revelam insuficiências que reduzem o grau de operacionalidade da unidade.

Impõe a sua autoridade[17] e elimina o laxismo que se verifica na reparação do equipamento. Determina que as revisões aos carros e viaturas, anteriormente negligenciadas, são para cumprir de acordo com a periodicidade indicada. Não pactua com ignorância técnica por parte de oficiais e chefes de carro, exige o conhecimento dos manuais e o correcto diagnosticar dos problemas mecânicos ocorridos.

Consciente do elevado número de carros inoperacionais,[18] devido a falhas e quebras de material provocadas pelo atrito em combate, sugere a criação de oficinas móveis para acompanharem a progressão das colunas blindadas em campanha, possibilitando assim o concerto e recuperação de todo o tipo de equipamento numa unidade no TO.

Neste período, o Tzahal formula o planeamento logístico para apoiar a rapidez de progressão das suas Brigadas nas futuras operações. Na estrutura logística implementada os abastecimentos são enviados para a frente de combate num fluxo contínuo, dispensando a sua requisição aos depósitos na retaguarda e permitindo o avanço ininterrupto das unidades. Todos os agrupamentos blindados têm de dotação orgânica 72 horas de autonomia em combustível e munições.

Em 1961 Bar-Lev e Israel Tal vão prosseguir os seus estudos académicos. Talik ingressa em Ciências Políticas na Universidade Hebraica e Bar-Lev estuda gestão e economia nos Estados Unidos. "Dado" Elazar, promovido a General, é o novo Comandante do Corpo Blindado.

De 1961 a 1964 vai desenvolver a doutrina operacional e táctica do Heyl Shirion. Bar-Lev deu prioridade ao crescimento orgânico do Corpo, sua estrutura e composição. Para "Dado" é tempo agora de adaptar e treinar as vertentes operacionais e tácticas em exercícios práticos e teóricos.

A dinâmica do conflito regional prossegue. Os exércitos Egípcio e Sírio recebem os novos armamentos soviéticos e integram os aspectos doutrinários. "Dado" institui um forum de Comandantes (oficiais superiores), com o intuito de debater e ajustar os conceitos de acção ofensiva à nova realidade operacional.[19] As questões formuladas, respectivas discussões e avaliação são editadas por um grupo de trabalho dirigido pelo Col. Avraham "Bren" Adan com o intuito de divulgar as suas conclusões por todo o corpo de oficiais do Tzahal.

Em manobras, as tácticas empregues incidem no rompimento das linhas fortificadas inimigas e exploração da respectiva brecha. A ênfase nas iniciativas individuais, na improvisação face à fluidez da batalha e na velocidade do movimento ofensivo para obter superioridade táctica são uma constante. O Tzahal acredita que para estudar a guerra é preciso prepará-la e praticá-la. Nas palavras de "Arik" Sharon:

"Se tivesse de indicar-lhe uma razão da nossa vitória (Guerra dos Seis Dias) dir-lhe-ia que ela se baseou no estudo profundo e crítico que fazemos, em todos os escalões, de cada combate que acabamos de travar, de cada confronto e de cada golpe de mão dos comandos. É tudo estudado no mínimo pormenor…por esta forma… chegamos colectivamente à definição de uma nova táctica…Foi a experiência que fez a nossa ciência militar e ela é cara porque a pagamos sempre com sangue."[20]

Carros de combate Centurion e respectivas guarnições.

4. Os confrontos do Rio Jordão – Novembro de 1964-1965

"As pessoas têm o dia 5 de Junho de 1967 como data do começo da Guerra dos Seis Dias. Essa é a data oficial. Mas na realidade a Guerra dos Seis Dias começou dois anos e meio antes, no dia em que Israel decidiu agir contra a derivação do Jordão."

Ariel Sharon (Warrior, an autobiography).

A 01 de Novembro de 1964 Israel Tal está de volta ao serviço activo. Com o posto de General

(promoção efectiva em 1965), regressa ao Comando da Arma para ocupar o lugar de "Dado" Elazar nomeado Comandante da Região Norte. No ano anterior o Major-general (MGEN) Yitzhak Rabin substitui o MGEN Zvi Zur (1960-1963) como CEM do Tzahal. Bar-Lev, igualmente de retorno, assume a direcção do Comando Operacional.

A 03 de Novembro, "Talik" sofre um choque inesperado. Perto de Tel Dan, junto à fronteira, um pelotão da 7ª Brigada riposta aos tiros das forças Sírias posicionadas em Nuheilleh no cume dos Montes Golan e envolve-se numa troca de tiros que dura cerca de 90 minutos.

A "Talik" apenas interessa o desempenho dos "seus" blindados. Apressa-se a questionar o Ten.Cor. Binyamin "Benny" Oshri, comandante de batalhão do pelotão de Centurion, qual o número de carros inimigos destruídos. *"Nenhum"* é a resposta. *"E quantos disparos foram efectuados?"*, quer clarificar Tal. *"Oitenta e nove"*, replica Oshri. Furioso, Tal faz meia volta e exclama: *"Haverá uma comissão de inquérito a esta batalha"*.(21)

O GEN Elazar concentrou a sua atenção, enquanto Comandante do Corpo, no desenvolvimento dos conceitos doutrinários e sua implementação prática. O período de comando foi insuficiente para preparar o treino das guarnições e elevar os níveis de proficiência e profissionalismo. A acção de "Talik" será firme e rápida, como veremos.

Os anos seguintes à Campanha do Sinai são relativamente calmos, a destruição das bases terroristas em Gaza proporciona, como recorda Shimon Peres: *"...do ponto de vista da segurança diária os melhores dez anos..."*. A par da estabilidade militar nas fronteiras, o crescimento económico permite que as despesas com a Defesa sejam incrementadas para contrabalançar a transferência de armamento soviético para os países Árabes. A cooperação militar e atómica com a França acelera a construção da central nuclear em Dimona, iniciada nos primeiros anos da década de 50(22), e reforça o posicionamento de Israel no balanço estratégico da região.

Em Junho de 1963, Ben-Gurion apresenta a demissão da chefia do governo Israelita. Levi Eshkol substitui-o como Primeiro Ministro. A realidade geopolítica permanecia inalterável. Hostilidade declarada pela Liga Árabe, o não reconhecimento da existência do Estado de Israel e retórica de "destruição da entidade sionista" são mensagens presentes nos discursos dos dirigentes políticos dos países limítrofes.

A primeira Cimeira Árabe tem lugar no Cairo em Janeiro de 1964. Duas das resoluções acordadas influenciam o equilíbrio estratégico da região. A decisão de reconhecer os Palestinianos, como parte integrante no confronto contra Israel, dá origem em Maio à criação da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), inicialmente dirigida por Ahmad al Shuqayri, tem a patronagem de Gamal Nasser e do governo Sírio.(23)

O outro dado e por oposição ao projecto Israelita de transporte de águas do rio Jordão (*National Water Carrier*), terminado no primeiro semestre de 1964, é a decisão de desviar os cursos de água de dois dos afluentes na nascente do rio Jordão, o Banias em território Sírio e o Hazbani no Líbano.(24)

Da confluência destes rios, juntamente com o Dan em Israel, nasce o Jordão que abastece o lago Kinneret, reservatório natural de águas. Dez quilómetros a Sul do lago, o caudal do Jordão é reforçado pelo seu principal afluente, o Yarmouk, que nasce na Síria. O confronto de Tel Dan marca o início de um ciclo de conflito com a Síria que gradualmente irá intensificar-se.

Elazar, ainda como Comandante da Arma, manifesta a Rabin a intenção de integrar carros de combate nas missões de segurança e defesa na Região Norte com o intuito de aperfeiçoar a capacidade operacional das unidades envolvidas. Periodicamente, das suas posições no topo dos Montes Golan, o Exército Sírio ataca os trabalhadores agrícolas Israelitas na planície e as patrulhas militares que os acompanham. "Dado" propõe utilizar as novas peças de 105mm dos Centurion com o seu tiro tenso para destruir as baterias inimigas.

Carro de combate M48 Patton.

O CORPO DE BLINDADOS DAS FORÇAS DE DEFESA ISRAELITAS. HEYL SHIRION - O CORPO DE BLINDADOS DAS FORÇAS DE DEFESA ISRAELITAS. HEYL SHIRION - O CORPO DE BLINDADOS DAS FORÇAS DE DEFESA ISRAELITAS. HEYL SHIRION - O CORPO DE BLINDAD

A operação foi cuidadosamente planeada para ocultar a presença dos carros na zona de Tel Dan. Posicionados em princípios de Outubro, as respectivas guarnições efectuam o reconhecimento da área e observam cuidadosamente as fortificações em face. A resposta ao ataque Sírio a 3 de Novembro é a oportunidade esperada.

Emboscados a cerca de 800m das posições inimigas abrem fogo e perante um embaraçado "Dado Elazar" não obtêm os resultados tácticos antecipados.

Yitzhak Rabin, que observou a acção, comenta ser impossível empregar os carros de combate com o seu tiro tenso para silenciar as posições inimigas. "Talik" sabe que apenas o factor humano é culpável e esclarece Rabin que o provado em Tel Dan foi apenas a insuficiência do Tzahal em destruir as fortificações, não a das peças de 105mm dos Centurion da 7ª Brigada.

As conclusões do rápido inquérito comprovam a avaliação prévia de "Talik". Com um número superior de carros em posições previamente preparadas, a força Israelita obteve resultados "limitados" na sua acção por deficiente liderança e treino das guarnições.

Dias após, no primeiro contacto com todos os oficiais superiores da Arma, "Talik" expõe as lições de Tel Dan. A abordagem crítica permite-lhe definitivamente influenciar as normas permanentes de treino e disciplina no Corpo de Blindados.

Nos erros apontados, figuram:
- a escolha da posição de fogo, que concentrou os carros num espaço reduzido, permitindo que fumos e poeiras diminuíssem a visibilidade para os alvos;
- não cessar o fogo após se verificar a ineficácia dos primeiros tiros;
- a escolha das munições não foi a adequada para o objectivo pretendido;
- falta de precisão no tiro efectuado por culpa da má calibragem das peças e incapacidade do apontador.

Carro de combate M48 Patton.

Tal ordena que cópias do relatório sejam distribuídos por todos os chefes de carro e os procedimentos incorrectos analisados. Em reunião com Rabin, onde estão presentes Elazar e Bar-Lev, determina que a especialização na precisão de tiro longo das guarnições é a acção prioritária a desenvolver pelo Corpo Blindado.

Assim, no período que medeia até à Guerra dos Seis Dias, opera uma profunda transformação na formação das guarnições e institucionaliza uma nova doutrina de tiro. Onde anteriormente os alvos distavam entre os 800m e os 1.200m, "Talik" impôs os 1.500m como distância mínima. Cursos e testes de proficiência no tiro de longo alcance, correcção do tiro e calibragem da peça são uma constante, resultando a promoção dos oficiais da aptidão demonstrada.

Na instrução, o treino é intenso para assegurar a correcta utilização do armamento e dá-se especial incidência na importância de impacto ao primeiro tiro, evitando assim um tempo maior de exposição ao fogo inimigo ou a sua retirada.

Com a formação de um grupo de instrutores especializado na calibragem da peça de 105mm, conforme especificações do manual britânico, "Talik" visa a padronização dos métodos por oposição ao hábito existente em que cada chefe de carro calibrava a peça de acordo com as suas "descobertas e invenções".

Na altura declara a um jornal: "As forças de carros de combate modernas requerem um elevado grau de conhecimento profissional. O Tzahal é composto por soldados a cumprir o Serviço Militar Obrigatório (SMO) e reservistas que servem por um curto período.(25) Na maioria dos outros Exércitos, as guarnições são soldados profissionais. Este facto obriga a simplificar o treino e a concentrar na especialização."(26)

Em Tel Dan, "Talik" não quer mais falhas e confia o reforço do dispositivo a um pelotão de SuperSherman. Aos Centurion cabe a missão de apoio. O oficial responsável pela força conjunta é o capitão Shimon, comandante dos Sherman. A 13 de Novembro os Sírios atacam novamente uma pa-

Carro de combate M51 ISherman.

trulha Israelita no vale. Shimon dá ordem de posicionamento e indica o alvo individual a cada carro, dando prioridade à destruição de dois Panzers IV que os Sírios utilizam como peças de artilharia estática, em alvéolos fortificados.

Um dos Super Sherman resvala na íngreme encosta, em reserva, e o Centurion do Tenente Avigdor Lieberman avança para a posição de fogo desocupada. Posicionado, recebe instrução de fogo para o Panzer a Este. Ao primeiro disparo (o apontador é o Sargento Shalom Cohen) o objectivo é destruído. Rapidamente, Shimon direcciona-o para o alvo a Oeste. Outro disparo e igual resultado. Lieberman obtém assim o primeiro sucesso operacional do desconsiderado Centurion.

A escalada na batalha é agora impossível de travar. A artilharia Síria de longo alcance, posicionada na retaguarda de Nuheilleh, bombardeia povoados Israelitas na área (os kibbutzim de Dan, Dafna e o

Oficiais generais e carros de combate M48 Patton do Exército Israelita.

moshav She'ar Yishuv). A Força Aérea Israelita intervém. É a sua primeira missão de combate desde 1956 para neutralizar o fogo inimigo. Caças Mig 21 Sírios surgem e são perseguidos por Mirage III. Finalmente, duas horas após o início dos confrontos as Nações Unidas negoceiam um cessar-fogo.

Uma vez mais, "Talik" interroga sobre o estado dos carros de combate sírios. É informado que foram destruídos, assim como parte das posições fortificadas. Ele exclama: "Então é uma vitória"!

Igualmente em Novembro, outro Tenente Avigdor da 7ª Brigada, Kahalani de apelido, juntamente com um grupo de oficiais e sargentos comandados pelo TCOR Shmuel "Gorodish" e o MAJ Jackie Even, recebe guia de marcha para o *Muensterlager Armor Camp* (Escola Prática das Divisões Blindadas da Alemanha Ocidental), na República Federal da Alemanha.

A ausência de relações diplomáticas institucionais entre os dois países força a que a missão, com uma duração de dois meses, seja efectuada com discrição absoluta.(27)

Ben-Gurion, consciente da circunscrição de Israel na gestão dos seus requerimentos estratégicos e face à crescente pressão política exercida pelos países Árabes nas relações internacionais, procura diversificar a aquisição de material militar. A instabilidade governamental da 4ª República em França não garante que um novo governo mantenha o seu apoio.(28) A opção Grã-Bretanha resulta de complexas ligações, evitando os Britânicos comprometer os seus interesses no mundo Árabe.(29)

O Tzahal quer o M48A2 Patton (ver quadro), com blindagem frontal comparável à do Centurion, mas a sua autonomia e mobilidade são largamente superiores. Os Estados Unidos da América (EUA) não aceitam fornecer directamente armas ofensivas a Israel. Entre a administração Kennedy e o governo de Ben-Gurion o reactor nuclear em Dimona é factor de tensão.(30)

Durante o ano de 1964 as negociações prosseguem. A 15 de Maio, o Presidente Johnson, no memorando enviado a Myer Feldman, *Deputy Special Council*, refere: "...reconhecemos a necessidade de gradualmente Israel modernizar a sua força de carros de combate para evitar que perigosamente se desenvolva um desequilíbrio..." (31). Todavia, evita "...expor os EUA a inaceitáveis riscos políticos...", (32) com o fornecimento directo, propondo, em alternativa, financiar a aquisição de carros Patton ao serviço no exército da RFA.

Após negociações tripartidas é acordada a entrega de um total de 150 carros M48. O grupo de Avigdor Kahalani durante a sua estadia em Muensterlager recebe formação prática e teórica para assegurar o integral conhecimento operativo do novo carro. No retorno a Israel constituem na 7ª Brigada o núcleo de formação do 79º batalhão, totalmente equipado com os novos Patton e comandado pelo TCOR Jackie Even.

A relação militar tem curta duração. A imprensa alemã denúncia o acordo secreto e torna insustentável o seu prosseguimento. O Chanceler Ludwig Erhard é obrigado a interromper a transferência dos Patton em Fevereiro de 1965. À data, Israel apenas recebeu 40 carros dos 150 propostos.

A aproximação dos EUA é agora inevitável. A 10 de Março de 1965 o Governo de Levi Eshkol assina com a Administração Johnson o primeiro de sucessivos acordos, possibilitando a venda directa de armamento ofensivo a Israel.(33) A compra de 210 M48 fixada em Julho permite ao Tzahal aumentar para sete o número de Brigadas Blindadas na reserva.

No rio Jordão, o enquadramento dos carros de combate no planeamento operacional vai influenciar decisivamente a situação estratégica criada. A Síria inicia os trabalhos de derivação em Janeiro de 1965. Para Levi Eshkol o problema reside em como neutralizar a acção Síria sem arriscar uma guerra total que, face às negociações a decorrer com os EUA, Israel não pode espoletar.

O GEN Tal analisa a situação e propõe a Rabin eliminar o equipamento de escavação Sírio através do tiro de precisão dos carros de combate. Os objectivos distam de 2 a 5 quilómetros. Os detalhes da operação são apresentados a Eshkol que quer saber quais as garantias de sucesso da acção. Ao Primeiro-ministro, o GEN Tal apenas pode dar uma garantia: ele mesmo será o apontador.

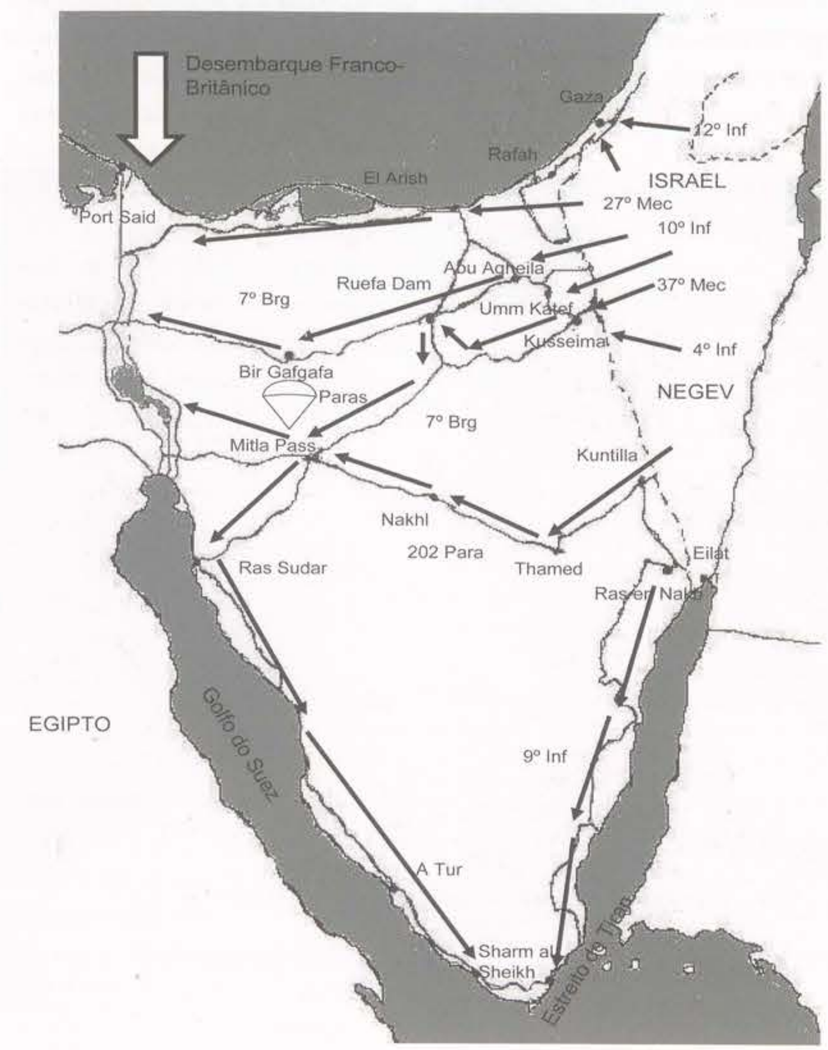
Nas suas memórias,(34) Yitzhak Rabin recorda: "...[Tal] empreendeu um minucioso estudo para verificar quais as munições adequadas para objectivos desta natureza...Eshkol deu-nos luz verde e no dia determinado rumei para a zona de combate. Os carros destacados para destruir o equipamento Sírio eram operados pelos nossos melhores oficiais e apontadores. Num curto espaço de tempo as escavadoras Sírias foram destruídas pelos tiros tensos com munição incendiária. Uma renovada tentativa para trazer novo equipamento e resultado idêntico. Quando os Sírios *entenderam*, recuaram os trabalhos e nós aumentámos o alcance do tiro. A capacidade dos nossos carros em obter impactos nos alvos até 4 quilómetros finalmente convenceu os Sírios que o projecto de derivação de águas estava condenado."

A campanha resumida por Rabin decorreu entre Março e Agosto de 1965. A eficácia táctica dos carros de combate permitiu a destruição dos objectivos e evitou o recurso a uma operação terrestre de larga escala por parte do Tzahal.

O GEN Tal, nos três confrontos ocorridos é um dos apontadores destacados. O planeamento operacional é complexo e a vantagem topográfica dos Sírios é uma dificuldade adicional. "Talik", meticulosamente experimenta soluções no campo de tiro e opta por utilizar um Sherman M1 com a peça de 76mm e munições HEAT nos confrontos de 17 de Março e 13 de Maio.

O último confronto ocorre a 12 de Agosto. As máquinas Sírias trabalham agora a um distância que consideram absolutamente segura. Para "Talik" nada é impraticável. Juntamente com as guarnições escolhidas, treina intensamente no deserto do Negev com munição perfurante. A opção é agora a peça de 105mm do Centurion.

A força Israelita é composta por ISherman M51, com a peça de origem francesa de 105mm (ver quadro) e Centurion. "Benny" Oshri é chefe do carro de "Talik". No confronto, que dura cerca de três horas, o Centurion de ambos sofre um tiro directo.



Operação Kadesh (Outubro de 1956).

A protecção blindada absorve o impacto e garante a segurança da guarnição no interior do carro. "Benny", exposto na cúpula de chefe de carro, é ferido na cabeça com gravidade. Dias mais tarde recuperará a consciência no hospital.

Em Tel Dan o Heyl Shirion ergueu mais um pilar na sua tradição militar: precisão de tiro de longa distância é a norma, não a especialização. Para o GEN Tal[35] "...Nuheilleh foi o ponto de partida...".

ANEXOS:

Anexo 1 – *Centurion*

O carro de combate Centurion foi projectado no final da 2ª G.M. na Grã-Bretanha, entra ao serviço em 1949 e cessa a sua produção em 1962.

Em 1960, ao tempo da recepção pelo Tzahal dos modelos MKIII e MKV, é já um carro veterano, tendo inclusive um número indeterminado, proveniente do Exército Britânico, servido na Guerra da Coreia em 1951.

Não obstante, é um passo em frente na modernização do Heyl Shirion e os primeiros vão equipar a mais prestigiosa unidade da 7ª Brigada, o 82º batalhão, com aquartelamento no Camp Hassa ao sul de Israel. As características da área de treino, deserto do Negev, provocam, desde o início, problemas na fiabilidade mecânica dos Centurion.

O carro exige rigorosas operações de manutenção e revisão para as quais o batalhão não está treinado. Os minuciosos procedimentos antes, durante e após operações são complexos para as inábeis guarnições que preferem "soluções práticas" à leitura dos manuais.

Em manobras, no deserto, a areia entope o sistema de refrigeração e provoca o sobreaquecimento dos motores que gripam. As transmissões quebram e o desgaste prematuro dos travões causa graves acidentes. O Tenente Avigdor Kahalani recorda: " Os nossos velhos Centurion colidiam constantemente entre si por os travões falharem. O meu carro incorreu em onze desses acidentes, pondo em perigo a vida dos membros da guarnição."[1]

A completar, incapazes de regular o sistema de pontaria da peça de origem, as guarnições aferem o sucesso do tiro "por aproximação".

O Coronel Israel Tal está de saída em 1961. Não há tempo para equacionar as causas dos problemas mecânicos e implementar os procedimentos correctos. A aceitação do Centurion é difícil e morosa. Só em 1965 com a elevação da formação das guarnições por parte do regressado GEN Tal é finalmente estabelecida uma relação de confiança. Na Guerra dos Seis Dias o Centurion é a coluna vertebrada das Unidades Blindadas Israelitas.

CENTURION

MODELO	GUARNIÇÃO	ARMAMENTO PRINCIPAL	PESO	BLINDAGEM MÁXIMA	AUTONOMIA	MOTOR E TRANSMISSÃO
MkIII e MKV	4	Peça de* 83,8mm Peça de* HV 105mmL7	50tn.	152mm	190km	Rolls Royce Meteor MkIV B V12 – 650hp gasolina. Manual 5+2.

M48 PATTON

MODELO	GUARNIÇÃO	ARMAMENTO PRINCIPAL	PESO	BLINDAGEM MÁXIMA	AUTONOMIA	MOTOR E TRANSMISSÃO
A2 e A3	4	Peça de 90m Peça de HV 105mmL7	47tn.	120mm	450km	Continental AV1790-58 V12 – 810hp a gasolina. Manual.

Anexo 2 – *M48 Patton*

O M48 é produzido nos EUA entre 1952 e 1959, evolução do M47 que foi um projecto de transição. É o primeiro carro de combate americano com uma guarnição de quatro homens.

O Heyl Shirion recebe os primeiros Patton no início de 1965, de fiabilidade superior ao Centurion e com maior velocidade. Apenas a sua blindagem é menos efectiva. Kahalani considera que na altura: "...de todos os carros de combate no Tzahal, o Patton era o mais acessível de uso."[2]

No final da década, gradualmente são armados com a peça de 105mmL7 Britânica e incorporam um novo motor Continental com 750hp a gasóleo.

Anexo 3 – *Sherman*

A secção de carros do Serviço de Material do Tzahal efectua a última evolução no Sherman em princípio dos anos sessenta. Da reconfiguração resulta praticamente um novo carro de combate que é designado em Israel por ISherman M51.

Das alterações efectuadas salienta-se a substituição da suspensão VVSS[3] pela HVSS[4] Easy-8 com lagartas largas e a montagem de um novo motor a gasóleo, o Cummings com 460hp.

O armamento principal é melhorado com a instalação da nova peça francesa de 105mm CN-105F1, desenvolvida na época para armar os novos AMX-30 do Exército Francês. As dificuldades de adaptação à torre do M4A1 resultam no encurtar da peça em cerca de 1,5m (designação Israelita 105mm CN-105D1), reduzindo a velocidade à boca da peça para 800/s e permitindo um menor espaço para recuo na torre. Paralelamente, é concebido e montado um freio de boca da peça para complementar o amortecimento desta durante o seu recuo que ocorre após um disparo.

De origem a peça tem um só tipo de munição anti-carro disponível, a HEAT de fabriço Francês (em 1980 é desenvolvida uma munição APFSDS). A redução do comprimento da peça não permite o seu uso e Israel tem de conceber e fabricar as munições adequadas, iniciando assim a sua Indústria Militar.

Cerca de 200 Isherman são configurados até à Guerra dos Seis Dias equipando três batalhões em Brigadas das Reservas. O período operacional vai prolongar-se até 1973. Participa ainda em combates durante a Guerra do Yom Kippur, onde enfrenta os T55 e /62 dos Exércitos Árabes.

SHERMAN

MODELO	GUARNIÇÃO	ARMAMENTO PRINCIPAL	PESO	BLINDAGEM MÁXIMA	AUTONOMIA	MOTOR
M51- ISherman	5	Peça de 105mm CN-105D1	39tn.	76mm		Cummings VT8 460hp a gasóleo

NOTAS:

1. No período de 1951 a 1953 desempenha as funções de Comandante da Heyl Ha'Avir (Força Aérea Israelita). Desenvolve os princípios da doutrina táctica aérea após enquadrá-la na estratégia de defesa do Estado. Sucederá a Moshe Dayan como C.E.M. no período de 1958 a 1960.
2. Luttwak, Edward e Horowitz, Dan, The Israeli Army, pág. 149.
3. Para uma perspectiva política da crise do Suez ver *Le Piège de Suez*, por Henri Azeau, Robert Laffont, 1964.
4. De 1954 a 1956 os serviços de informação Egípcios recrutaram e treinaram na Faixa de Gaza grupos de auto denominados fedayeen, *"os que se sacrificam"* em Árabe, com o intuito de efectuarem ataques terroristas no território de Israel. Para um estudo completo das infiltrações Árabes versus a política de retaliação Israelita ver Israel's Border Wars 1949-1956, Benny Morris, Oxford University Press, 1997.
5. Shimon Peres ocupa o cargo de Director Geral no Ministério da Defesa e conduz as negociações com o Governo Francês.
6. Comandado pelo Tenente-coronel Raful Eitan, tinha como objectivo inicial a passagem Oeste de Mitla Pass a cerca de 30km do Canal. No reconhecimento prévio da zona de salto foi detectado movimento não identificado na área, optando-se por efectuar o lançamento da força pára-quedista a Este.
7. A ordem de Simhoni é motivo de controvérsia. Posteriormente M. Dayan acusa-o de violar as suas ordens. Shlomo Gazit, à altura oficial de ligação do E.M. do Tzahal com o E.M. do Exército Francês escreve: "O que aconteceu no Comando Territorial Sul não foi a *violação de uma ordem* mas sim uma terrível falta de compreensão do significado político e estratégico da totalidade da Operação. O resultado podia ter vastas consequências para Israel". Ver artigo *The last battle* por Uri Blau no Haaretz de 24/06/2006 e Letters to the Editor no Haaretz de 06/07/2006.
8. Eshel, David, *Chariots of the Desert*, pág. 45.
9. Pedra basilar na manutenção da segurança nacional, o Tzahal faz evoluir a sua doutrina militar e o seu planeamento operacional de acordo com os objectivos estratégicos de Israel. A vulnerabilidade territorial (pré-1967), é determinante na procura de constituir uma capacidade de meios que suportem e permitam o movimento ofensivo. O estudo do Gen. Haim Laskov (ver nota 5 na 1ª parte do artigo), consolida a orientação para o pensamento ofensivo em todos os escalões do Tzahal e consagra este princípio como o mais importante na instrução, no planeamento e na preparação das suas operações militares. Subjacente, conservar a superioridade qualitativa para suprir a desvantagem quantitativa (criar uma reversão assimétrica onde recursos humanos e tecnologia compensam as insuficiências em recursos naturais e no factor demográfico). Na essência da doutrina ofensiva, a iniciativa da acção por meio de operações de prevenção e preempção contra os países Árabes, é para neutralizar a ameaça que estes constituem. Aliada aos serviços de informação, (A'man, Mossad e Shin Bet com um intrincado sistema de infiltração, espionagem e análise), para permitir detectar antecipadamente as intenções dos países limítrofes, deve a combinação destes factores permitir ao Tzahal assegurar a defesa do Estado de Israel.
10. Van Creveld, Martin, Moshe Dayan, pag.96.
11. Com a morte do GEN Simhoni num desastre de aviação no Sinai em Novembro de 1956, H. Laskov é nomeado comandante do Comando Territorial Sul. Sucede-lhe como Comandante do Corpo de Blindados o COR Uri Ben-Ari.
12. Teveth, Shabtai, *The Tanks of Tammuz*, pág.55.
13. Comandou a 27ª Brigada Blindada (Reservas) na campanha do Sinai, de facto uma brigada de Infantaria Mecanizada dotada com três esquadrões de carros Sherman e um de AMX-13.
14. O Oficial de curso é o MAJ Shmuel "Gorodish" Gonen. Comandou um esquadrão de Sherman da 7ª Brigada na Operação Kadesh.
15. "O Exército Russo é uma parede que, por muito que retire, encontrarás sempre à tua frente". GEN Henri Jomini, 1854.
16. No pós-guerra, excepção feita a Britânicos e Americanos que desenvolvem carros dotados de blindagem reforçada, a concepção do blindado evolui para o fabrico de carros dotados de maior velocidade e mais ágeis. O AMX-30 e o Leopard I pesam cerca de 15tn menos que o Centurion, assim como o T-54/55 de origem soviética e que é fornecido aos exércitos Árabes.
17. O Tzahal reflecte a herança cultural milenária do povo Judeu na sociedade Israelita que menospreza e suspeita de todas as formas de autoridade. A interacção entre oficiais, sargentos e praças é igualitária. A discussão aberta é estimulada, mesmo que se contradiga superiores hierárquicos, como uma das formas de melhorar a eficácia de uma unidade. Não é raro um soldado dirigir-se a um General pelo seu nome próprio. O actual CEM, TGEN Dan Halutz, encoraja os seus subordinados a contactá-lo directamente através de *email*. A imposição de autoridade por Israel Tal provoca o ressentimento na Brigada e não se verificam progressos efectivos na competência das guarnições.
18. A fragilidade dos carros aliada à inexperiência das guarnições na sua manutenção é demonstrada pelo esquadrão de AMX-13 integrado na 202ª Brigada Pára-quedista do COR Ariel "Arik" Sharon na Operação Kadesh. Ao levar a efeito uma manobra de decepção junto da fronteira Jordana, a Brigada tem de percorrer cerca de 100km até ao local de partida. Dos 13 carros 6 são abandonados devido a quebras de motor e Sharon entra em combate com os restantes 7.
19. Paralelamente, a partir de 1963, o Director de Instrução do Tzahal, Gen. Yeshayahu "Shaike" Gavish (futuro Comandante do Comando Sul na Guerra dos Seis Dias), modifica os processos de instrução e treino em conformidade com a evolução doutrinária nos Exércitos Árabes.
20. Lartéguy, Jean, *As Muralhas de Israel*, pág. 232.
21. Adaptado de Hellman, Peter, *Heroes - Tales from the Israeli Wars*.
22. Sobre o desenvolvimento do programa nuclear Israelita ver: *Israel and the Bomb* por Avner Cohen, Columbia U. Press e o estudo *The Third Temple's Holy of Holies: Israel's Nuclear Weapons* por Warner D. Farr, LtC. US Army, The Counterproliferation Papers Setp. 1999, USAF, Air War Colleage.
23. O braço armado da organização, Exército de Libertação da Palestina, consiste em unidades regulares que integram as forças armadas da Síria, Egipto e Iraque. Sobre a evolução política dos Palestinianos ver: *Revolution until Victory: The Politics and History of PLO* por Barry Rubin, Harvard U. Press, 1994 e *Le Proche Orient éclaté 1956-2000* por George Corm, Ed. Gallimard, 2001.
24. A decisão Árabe contraria o reconhecimento internacional acordado a Israel na gestão da distribuição do caudal do rio Jordão. Do projecto hídrico Israelita resulta a irrigação de vastas áreas agrícolas essenciais para o desenvolvimento económico do país bem como a sua distribuição por todo o território nacional. Sobre a importância estratégica do Rio Jordão ver: Le Bassin du Jourdain, La bataille de l'eau por Bernadette d' Armaillé, Revue Strategic nº 70/71 Institut de Stratégie Comparée, Paris 1998.
25. Nota do autor: Os reservistas cumprem um período de serviço (miluim) de 36 dias por ano até à idade de 45 anos.
26. Citado no Bamachane, revista do Tzahal, nº de Dezembro 1989.
27. O primeiro encontro entre líderes dos dois países data de 1960. Em New York, Ben-Gurion e o Chanceler Konrad Adenauer acordam a continuação da ajuda financeira prestada pela Alemanha a Israel para além dos acordos de reparação estabelecidos. Posteriormente, é acordado o fornecimento de material militar que é mantido em segredo. Só em 1965 são estabelecidas relações diplomáticas bilaterais.
28. O GEN Charles de Gaulle decreta o embargo à venda de armas ofensivas para o Médio Oriente durante a Guerra dos Seis Dias, orientação política que apenas afecta Israel. Após a destruição numa operação de retaliação, a 28 de Dezembro de 1968, de 13 aviões de transporte civil no Aeroporto Internacional de Beirute, por forças especiais Israelitas (Sayeret Mat'kal) helitransportadas, decreta em Janeiro de 1969 a extensão do embargo a armas defensivas.
29. O acordo de compra dos Centurion prevê o fornecimento do modelo que o substituirá, o Chieftain. Ver: *Foreign Relations of US 1964-1968*, Vol. XVIII – Arab-Israeli Dispute, 1964-67 (56), 16 Maio 1964. A GB faculta ao Tzahal dois protótipos em 1965 para testes. São sugeridas cerca de 70 alterações na sua concepção que são aceites. Em Novembro de 1969, dias antes da assinatura do memorando de encomenda, o Gabinete de Harold Wilson anula o pré-acordo. Ver: *Files reveal British-Israel tank secrets*, BBC online 02 Janeiro, 2003.
30. Baterias de mísseis terra-ar *Hawk* foram fornecidas em 1962 pelos EUA. É o primeiro fornecimento directo de material militar pesado a Israel. Sobre política externa da administração Kennedy ver: *President Kennedy's Policy towards the Arab States and Israel, Analysis and Documents* por Mordechai Gazit, Tel Aviv University 1983.
31. Fonte: Foreign Relations of US 1964-1968, Vol. XVIII – Arab-Israeli Dispute, 1964-67 (55)
32. Ver: *Armored Breakthrough: The 1965 American Sale of Tanks to Israel* por David Rodman, Meria Journal Vol.8 nº2 June 2004.
33. O início de 1965 assinala igualmente a reivindicação da primeira tentativa de operação terrorista no território de Israel efectuada por uma organização Palestiniana, A al-Fatah de Abu Ammar (Yasir'Arafat), Salah Khalaf e Khalil al-Wazir, através do seu braço armado, al-Asifa na noite de 1 de Janeiro de 1965 na fronteira de Israel com o Líbano.
34. Rabin, Yitzhak, *The Rabin Memoirs*.
35. O GEN Israel Tal vai exercer as funções de Comandante do Corpo Blindado até 1969.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. Kahalani, Avigdor, *A Warriors's Way*, pág. 73
2. Kahalani, Avigdor, *A Warriors's Way*, pág. 74
3. VVSS: *Vertical Volute Spring Suspension*.
4. HVSS: *Horizontal Volute Spring Suspension*.

CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS:

Serviço de imprensa do Governo de Israel.

Tal como o Totta tinha avisado, as taxas de juro do Crédito Habitação já estão a subir, o que fará aumentar as prestações da maioria dos portugueses.

Mas com o novo Crédito Habitação do Totta poderá ficar sempre Super Tranquilo.
Tem a possibilidade de obter uma excelente prestação que não sobe nos primeiros 5 anos, independentemente da evolução das taxas. Mesmo após esse período, continuará a beneficiar de uma prestação muito competitiva que esta oferta especial, a pensar em si, lhe proporciona.

O Crédito Habitação Super Tranquilo tem vantagens exclusivas para si:

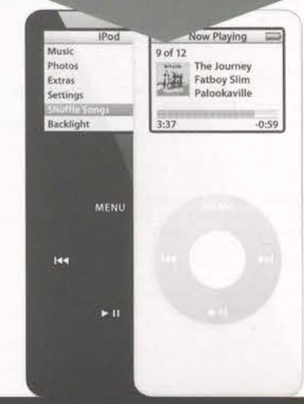
- **Tranquilidade total**
  Se as taxas continuarem a subir, tem a garantia que, durante 5 anos, a prestação não sobe(1).
- **Financiamentos até 100%**
  Para que tenha toda a tranquilidade que necessita, financiamos o seu crédito até 100%. Informe-se no seu Balcão.
- **Prazos até 50 anos**
  Prazo máximo de 50 anos (no final do contrato, nenhum dos mutuários poderá ter mais de 75 anos).
- **Opção de Carência de Capital**
  Durante o período de taxa fixa, poderá ainda beneficiar da opção de carência de capital e usufruir de uma prestação ainda mais baixa.
- **Opção Jovem**
  No Totta, todos os Clientes são importantes, em particular aqueles que estão no início da sua vida. Por isso, criámos condições especiais para Jovens até aos 35 anos (inclusive).
- **Excelentes tarifas de seguros**
  Irá ter acesso a uma gama de seguros, com tarifas muito competitivas.

Também disponível a modalidade oferta, com entrega, sem sorteio, de um cheque até 7.000€* para equipar a sua casa.

Pode optar por receber, sem qualquer sorteio, um cheque até 7.000€* para equipar a sua casa com o que quiser: móveis, electrodomésticos,...
Ao escolher esta modalidade, beneficiará de uma tabela de *spreads* igualmente vantajosa e desta forma terá uma valiosa ajuda para a sua nova casa.

Para mais informações consulte o seu Balcão.
Conheça em detalhe a lista de parceiros seleccionados onde poderá utilizar o seu cheque!

O Crédito Habitação Super Tranquilo oferece-lhe um fantástico iPod



Para além de todas as vantagens e condições especiais que o Totta lhe oferece, há ainda uma oferta especial que vai ser música para os seus ouvidos: um fantástico iPod que lhe permite guardar e ouvir milhares de músicas. Para ganhar o seu, opte pelo Crédito Habitação Super Tranquilo, usufruindo ainda de outras vantagens.

Oferta válida para transferências
Se já tem um Crédito Habitação, pode transferi-lo para o Totta e beneficiar das vantagens que só o Crédito Habitação Super Tranquilo lhe oferece. O Banco suporta os custos de transferência até ao limite global de 3,5%(2) do valor transferido.

* Valor da oferta variável de acordo com as condições do crédito. Exemplo para um crédito de 150.000€ com relação financiamento/garantia inferior a 60% e prazo de 40 anos.
(1) Desde que o Cliente preencha as condições de comercialização em função de outros produtos contratados com o Banco.
(2) Válido para prazos superiores a 30 anos. Incluídos custos gerados e outros encargos inerentes à concessão de crédito.

Operações Centradas em Rede:

A transformação das capacidades militares ou um novo paradigma da arte operacional?

INTRODUÇÃO

Ao longo da última década, a experiência tem vindo a provar que a condução da guerra exige uma coordenação e um planeamento cada vez mais complexos. De forma contínua e cada vez mais sistematizada o pensamento militar tem vindo a acompanhar as envolventes sociais, económicas e políticas que, directa ou indirectamente, influenciam a moderna conflitualidade, nomeadamente, nos aspectos relacionados com a utilização do Poder militar.

A capacidade de intervenção concertada em diversos tipos de missões, por vezes concorrentes e conduzidas num campo de batalha descontínuo e de contornos cada vez mais indefinidos, tem vindo a colocar grandes desafios aos Comandantes militares. No entanto, já existem sistemas de apoio à decisão que filtram e fundem a informação muito rapidamente, desenvolvem extensões e revisões quase automáticas do plano inicial, garantem a troca de informação de forma a seguir tanto a situação de forças amigas como inimigas e até permitem ensaiar e prever as dinâmicas do campo de batalha.

TCOR Tm (Eng) PAULO FERNANDO VIEGAS NUNES
Academia Militar.

A transformação das Forças Armadas e a utilização criteriosa dos seus recursos devem ser equacionadas de forma a incluir os dados recolhidos das melhores práticas seguidas tanto no âmbito nacional como internacional, permitindo assim explorar áreas emergentes que permitam lidar de uma forma mais eficaz e racional com os desafios futuros. Dentro deste contexto, assumem particular acuidade alguns dos princípios das Operações Centradas em Rede e o seu potencial impacto no aumento da percepção e da própria compreensão do que se passa no campo de batalha, onde a gestão e exploração dos recursos de informação assumem uma importância crescente para o sucesso operacional.

O funcionamento de uma Força em rede, fruto não só da conectividade oferecida por uma infra-estrutura de comunicações (integração estrutural) mas também da possibilidade de poder daí extrair o valor da obtenção de uma imagem operacional comum, sustentada na partilha de informação e na capacidade de sincronização das actividades desenvolvidas pelas suas componentes operacionais (integração funcional), constitui o fundamento para a condução de Operações Centradas em Rede.

A obtenção de um efeito militar, passará assim pela integração em rede das capacidades existentes e a desenvolver, segundo a filosofia do que passaremos a designar de forma genérica por uma Capacidade Militar Centrada em Rede (CMCR).

A transformação dos Sistemas de Forças, em curso tanto no plano nacional como no contexto da Aliança Atlântica, tem sido muito influenciada pela emergência de novos conceitos e doutrinas inovadoras que procuram associar uma aproximação baseada em efeitos à condução de Operações Centradas em Rede. A importância destas questões para o futuro das Forças Armadas, obriga a repensar a forma como se projecta o poder e a capacidade militar, justificando a análise do seu impacto e o estudo dos aspectos mais salientes que a condução de Operações Centradas em Rede poderá suscitar.

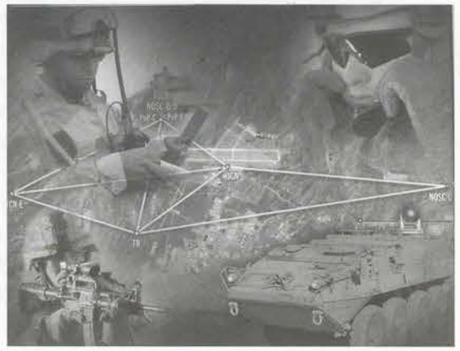
1. OPERAÇÕES CENTRADAS EM REDE

1.1. O Processo de Decisão: Enquadramento e Impacto da Rede

As Forças Armadas dependem, cada vez mais, da livre utilização dos recursos de informação necessários à condução de todo o espectro de operações. Na prática, qualquer decisor necessita de dados de análise que lhe permitam articular uma solução para o problema que tenha de resolver. Isto é, necessita de informações consistentes que o ajudem a tomar decisões lógicas e, se possível, correctas. O Comandante militar terá assim de definir quem observa o quê e quando, de modo a conhecer o ambiente operacional e a obter um enquadramento preciso dos problemas sobre os quais terá de decidir. Reflectindo esta visão integrada, o sistema que suporta o processo de decisão militar assume normalmente a designação de sistema integrado de Comando, Controlo, Comunicações e Informações (C3I).

Também é comum a associação dos sistemas de vigilância e das actividades de reconhecimento do campo de batalha à área das informações, ligando desta forma os sistemas de aquisição com o sistema de produção de informações. Com esta associação e com a adição dos Computadores ao Sistema C3I, passou a ser também utilizada a designação C4ISR (*Command, Control, Communications, Computers, Intelligence, Surveillance and Reconnaissance*).

Independentemente da designação ou do acrónimo que surja associado ao processo de decisão militar, a Era da Informação, coloca novos desafios. Em vez de uma lista de verificação ou de um "livro de receitas", o novo espectro das operações militares necessita de Comandantes que possam ter uma melhor percepção e conhecimento do ambiente operacional, que compreendam as dinâmicas da envolvente externa (os pontos fortes e as fraquezas do oponente) e da organização interna (as suas próprias fraquezas e potencialidades), que consigam descobrir as vulnerabilidades críticas do inimigo numa situação específica, gerando múltiplas soluções operacionais e mantendo o inimigo/adversário na incerteza sobre qual será a modalidade de acção a concretizar. Devem ainda ser capazes de visualizar as suas opções face à situação antes de ser necessário decidir e mudar rapidamente de opções com o desenrolar da situação. Em suma, os Comandantes da Era da Informação têm de demonstrar uma elevada flexibilidade e agilidade no exercício do C2 das suas Forças.



De acordo com esta visão, se uma Força conseguir proteger o seu processo de decisão contra eventuais interferências e completar o "ciclo de decisão"[2] mais depressa que o seu adversário, consegue criar condições favoráveis para a obtenção de uma vantagem/superioridade de decisão. Somente uma Força com um processo de C2 descentralizado poderá conseguir atingir este objectivo, uma vez que, se a informação resultante do processo de observação tiver de passar através da cadeia de comando, a orientação e a decisão vão ser tendencialmente dirigidas a partir dos escalões superiores. Desta forma, a ordem que mobiliza a acção terá também que ser transmitida ao longo do circuito descendente da cadeia de comando, adicionando ainda um maior atraso ao processo de decisão.

A superioridade de decisão pode assim transformar-se numa vantagem operacional, razão pela qual se procuram soluções inovadoras que permitam encurtar o ciclo de decisão e facilitar a actuação operacional da Força. Dentro deste contexto, a adopção de modelos de C2 descentralizados e integrados em rede surge como uma possibilidade e um valor a explorar.

Relativamente às formas tradicionais de decisão, a grande diferença que o funcionamento em rede introduziu foi a possibilidade de encurtar os processos de observação e de orientação, permitindo integrar sensores e decisores numa mesma rede e produzir ciclos de decisão mais rápidos. O Comandante terá agora essencialmente de decidir e agir, com base na informação disponível, pois o tempo associado à percepção da situação (observação e orientação) é cada vez mais curto. Para atingir este objectivo, não chega dispor de informação, pois o funcionamento de uma Força em rede depende da capacidade para produzir informação de qualidade mas também depende da sua difusão e da garantia

de que esta permite criar uma vantagem competitiva.

Conforme se pretende provar, uma Força centrada em rede, terá maior facilidade em conquistar uma situação de superioridade de decisão sobre um adversário que não utilize o mesmo princípio e, desta forma, explorar os benefícios operacionais daí decorrentes. Segundo esta perspectiva, será de esperar que a eficácia de uma Força aumente com a progressiva integração dos seus processos de C2 em rede.

1.2. Partilha de Informação, Colaboração e Sincronização

As redes oferecem a capacidade para disseminar a informação mais rapidamente, tornando-a disponível para mais pessoas, muitas vezes de forma simultânea. Atendendo aos aspectos estruturais associados aos processos envolvidos na partilha de informação, constata-se que o "custo de entrada" é o acesso à rede. No entanto, para além de uma componente técnica que torna possível a existência dos fluxos de informação, o processo de partilha de informação envolve também uma componente organizacional e comportamental. Mais do que garantir a necessária interoperabilidade técnica e funcional importa garantir a colaboração/cooperação entre os diversos elementos da Força de forma a maximizar a sua eficácia operacional. Esta constitui uma mudança de paradigma na forma como lidamos com a Informação, pois a colaboração:

- tem lugar através da rede e é reflectida na própria rede;
- no domínio da informação cria uma vantagem de informação;
- no domínio operacional gera valor através da exploração de uma superioridade de informação que, por sua vez, permitirá gerar uma vantagem operacional.

A capacidade para partilhar a informação permite também criar novas formas de colaboração, favorecendo a sincronização dos diversos elementos da Força. Um exemplo do que aqui se refere é o conceito de "*sensor to shooter*", onde a informação recolhida por uma rede de sensores permite a aquisição de um alvo e a posterior atribuição da missão de tiro a um determinado operador de um sistema de armas.

A sincronização constitui assim uma característica resultante do processo de C2 que, procurando atingir um determinado objectivo, articula e continuamente adapta as relações geradas entre as acções militares (ou civis) no espaço e no tempo. Este conceito funde os três domínios (físico, da informação e cognitivo) e envolve uma componente dinâmica que "orquestra" as relações geradas entre diversos aspectos ligados à condução das operações: tempo (sequência das actividades), espaço (simultaneidade das acções desenvolvidas), finalidade (estratégica, operacional, táctica), dimensões (ar, terra, mar, espaço, ciberespaço) e sincronização organizacional.

Tentando perseguir este objectivo, as Forças militares têm vindo a adaptar as suas estruturas ao longo dos tempos. De uma Força centrada em plataformas, passando pela integração dos seus sistemas, as Forças Armadas têm vindo cada vez mais a actuar segundo os princípios de uma Força Centrada em Rede.

1.3. Evolução e Integração: das plataformas à centralização em Rede

No passado, um pensamento centrado em plataformas permitiu o desenvolvimento de sistemas orientados para o cumprimento de determinadas missões, independentemente de outros sistemas do campo de batalha. Esta aproximação levou à construção de sistemas que incluíam sensores, decisores e sistemas de armas na mesma plataforma. Desta forma, foram desenvolvidas plataformas optimizadas para o cumprimento de uma determinada tarefa ou missão mas que apresentavam algumas dificuldades em trabalhar de forma conjunta.

Uma evolução natural do pensamento e da doutrina militar conduziu à inevitável integração dos sistemas. Os sistemas individuais passaram a ser considerados num contexto conjunto, reflectindo a forma como se juntavam a outros sistemas para o cumprimento de tarefas específicas ao longo de uma operação. Isto conduziu a configurações de sistemas, capazes de realizar uma ou um pequeno conjunto de tarefas de forma optimizada. Esta aproximação funcionava de forma bastante satisfatória durante a Guerra-fria onde a ameaça era bem conhecida. No entanto, num mundo em permanente mutação, como o que caracteriza o século XXI, as Forças Armadas necessitam de desenvolver uma flexibilidade e agilidade muito superiores ao que a mera integração de sistemas pode fornecer.

A visão de uma força cuja actuação pode ser centrada em rede (ver figura 1), conduz à conclusão de que a integração pode ser levada um passo adiante, garantindo a disponibilidade de uma rede fiável e segura que permita, de forma não prescritiva, facilitar a interacção dos diversos sistemas. Isto possibilita, tanto às plataformas como aos Postos de Comando, a exploração das capacidades de cada um, favorecendo o desenvolvimento de uma maior agilidade e de formas inovadoras de aplicação dos meios. Esta situação, revela-se especialmente importante em situações de guerra assimétrica, onde a flexibilidade e a adaptabilidade da Força se assumem como factores determinantes para o cumprimento da missão.

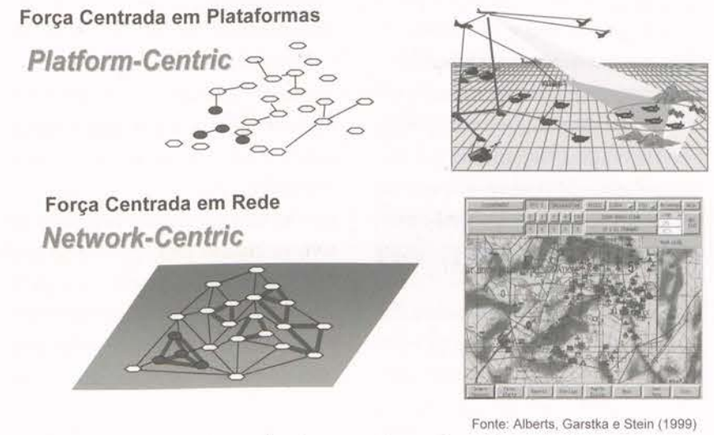
2. GUERRA CENTRADA EM REDE VS OPERAÇÕES CENTRADAS EM REDE

Os conceitos fundamentais da Guerra Centrada em Rede (Network Centric Warfare – NCW[3]) foram inicialmente apresentados em 1998 pelo Vice-Almirante Cebrowski e por John Garstka. Desde essa altura, o conceito tem vindo progressivamente a ser adoptado e também adaptado por diversos países. Associada a esta definição, surge a ideia de que é possível realizar a conversão/transferência da superioridade obtida no domínio da informação para o domínio físico, transformando-a em poder de combate através de uma efectiva ligação/integração em rede de todas as entidades e recursos existentes no campo de batalha.[4]

A implementação dos princípios da NCW procura também optimizar o comportamento individual e organizacional num ambiente operacional "rico em informação" (Alberts e Hayes, 2003). O objectivo desta abordagem é o aumento da capacidade para recolher, processar e gerir a informação. A NCW focaliza-se assim na interacção gerada entre processos, tecnologia e competências das organizações, permitindo obter uma superioridade qualitativa e quantitativa na condução das operações militares. No entanto, ainda hoje, muitos utilizam esta expressão sonante sem compreenderem o seu real significado, acreditando inclusivamente que este conceito se pode reduzir à simples utilização de computadores e de Tecnologias de Informação e Comunicação no moderno campo de batalha.

O conceito de Operações Centradas em Rede (*Network Centric Operations* – NCO), desenvolvido posteriormente também pelos EUA (Alberts, Garstka & Stein, 1999), surge como uma evolução doutrinária do conceito de NCW. As NCO, constituem operações militares, conduzidas com base na integração em rede de uma Força. Quando estas operações têm lugar numa situação de Guerra, o termo *Network Centric Warfare* é também aplicado.

De acordo com a visão dos EUA, as operações de Guerra e não Guerra, com especial incidência para as Operações de Apoio à Paz, têm lugar simultaneamente e através de quatro domínios: o físico, o



Fonte: Alberts, Garstka e Stein (1999)

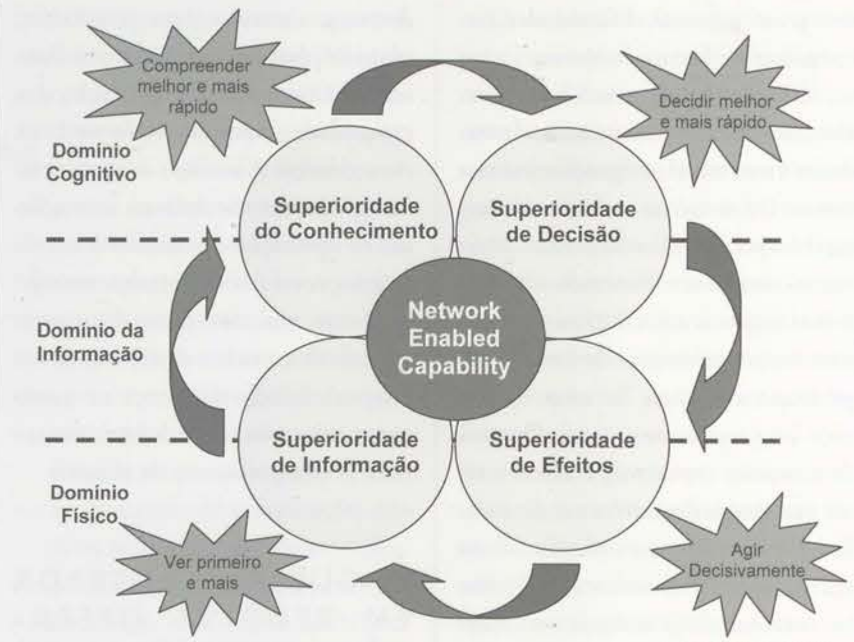
Figura 1 – Força Centrada em Plataformas vs Força Centrada em Rede

da Informação, o cognitivo e também o social[5]. O modelo conceptual utilizado, revela a cadeia de valor associada aos diversos processos das NCO. O que materializa a diferença desta visão relativamente à NCW, pode ser sintetizado em dois pontos principais: a expansão dos domínios envolvidos (inclusão do domínio social) e uma referência explícita a métricas/medidas de valor, associadas aos diferentes aspectos que, directa ou indirectamente, podem influenciar a eficácia da Força.

No entanto, importa referir que os Estados Unidos mantêm os fundamentos doutrinários da sua visão original, perspectivando a NCW como um conceito centrado na partilha de informação em rede pelas organizações que, no caso de uma Força militar lhe permitirá aumentar o seu potencial de combate.

Por seu turno, a doutrina NATO perspectiva a utilização da *NATO Network Enabled Capability (NNEC)* como um elemento estruturante da sua capacidade militar. Incorporando também os princípios da guerra centrada em rede, a NNEC permite interligar os responsáveis pela recolha de informação, pela produção de efeitos e pela tomada de decisão. Neste contexto, a NATO pretende constituir a base conceptual para o desenvolvimento de uma capacidade operacional centrada em rede, orientada para a produção de efeitos. Esta intenção envolverá o levantamento e a sustentação de Forças Conjuntas que sejam capazes de transformar a superioridade de informação em poder de combate e em eficácia no cumprimento da missão.

Esta visão (ver figura 2), defende que a superioridade de decisão conduzirá à rápida, coerente e flexível produção de efeitos operacionais.



Fonte: Buckman (2003)

Figura 2 – Enquadramento Conceptual da *NATO Network Enabled Capability*

Para além da adopção de uma aproximação baseada em efeitos e da defesa contra o terrorismo, a NNEC é considerada como um dos conceitos-chave associados à transformação da NATO. Desempenhando um papel importante neste processo, a NNEC perspectiva essencialmente novas formas de integração de pessoas, organizações e países, tendo em vista a melhoria da sua capacidade de actuação conjunta. Apesar da visão do factor humano se sobrepor à tecnologia, o facto é que é esta última que fornece a base necessária para permitir esta transformação. Assim, a capacidade de mudança e a inovação organizacional e tecnológica, devem acontecer em simultâneo para que a transformação que a NNEC encerra possa vir a ser bem sucedida[6].

Este novo enquadramento das operações militares, requer uma importante alteração da cultura existente no meio militar, uma vez que vem alterar a forma tradicional de conduzir a Guerra. Esta alteração, pode ser tão drástica que poderá implicar a reestruturação das organizações militares, dos procedimentos doutrinários e da forma de condução das próprias operações, para que as Forças possam actuar como uma entidade integrada no moderno campo de batalha.

Ainda que as operações centradas em rede tenham tendencialmente vindo a focalizar-se no nível táctico e no nível operacional da guerra, elas têm impacto em todos os níveis da actividade militar. Não existindo em Portugal a definição clara deste conceito, considera-se que a sua aplicação no âmbito nacional se poderá traduzir na definição de uma Capacidade Militar Centrada em Rede (CMCR), traduzindo o facto de considerarmos que as Forças Armadas, enquanto principal vector da Defesa Nacional, passarão a depender do funcionamento e actuação em rede para a projecção do seu poder militar.

3. DA TEORIA À PRÁTICA: O LEVANTAMENTO DE UMA CAPACIDADE MILITAR CENTRADA EM REDE

3.1. Benefícios e Desafios: A Cadeia de Valor das NCO

O sucesso ou insucesso das NCO não deve nem pode ser decidido com base em argumentos meramente teóricos e não consubstanciados. A sua utilidade tem de ser provada, evidenciando os benefícios inerentes à transformação de uma Força orientada para a utilização de plataformas numa Força Centrada em Rede. Uma análise pragmática exige que para além dos benefícios, sejam também equacionados os desafios que a adopção dos princípios funcionais da NCW encerra.

O principal benefício da condução de Operações Centradas em Rede é a capacidade para gerar melhores acções de forma a produzir melhores efeitos e desta forma conduzir ao sucesso operacional. A cadeia de valor que se encontra associada a esta visão (ver figura 3), depende de um conjunto de pressupostos que importa perspectivar ao longo do tempo e de forma sequencial. No curto prazo, à medida que a capacidade da rede melhora, a partilha da informação passará a ser cada vez mais eficaz. Tarefas de rotina serão automatizadas e os novos procedimentos operacionais e processos de trabalho serão normalizados, permitindo obter um melhor "tempo" operacional. Com a oportunidade de aceder a um maior número de fontes de informação e confirmar o seu conteúdo, o Comandante será capaz de desenvolver uma melhor compreensão da situação operacional e partilhá-la. Isto, permitirá melhorar a qualidade e a rapidez do processo de decisão que, por sua vez, conduzirá a uma maior capacidade de resposta e a acções mais coerentes e concorrentes, resultando na produção dos efeitos pretendidos no momento oportuno. A figura 3, ilustra assim como os benefícios das NCO se relacionam. Cada elemento contribui para o seguinte, resultando, no final, na produção de melhores efeitos no ambiente operacional.

3.2. Processo de Transformação e Estados de Maturidade

Na generalidade dos Países, o custo de substituição ou de *upgrade* da sua capacidade militar, de forma a garantir a conformidade com os princípios funcionais definidos pelas NCO, não é economicamente comportável quando perspectivado de um único salto. O levantamento de uma Força Centrada em Rede terá de envolver o estabelecimento de prioridades atendendo, nomeadamente, a:

- Capacidades que, na sua forma actual, não podem ser objecto de um *upgrade* destinado a assegurar a sua conformidade com os princípios das NCO;
- Capacidades que podem ser objecto de *upgrade* para satis-

Fonte: NEC_MOD (2004, p.9)

Figura 3 – Cadeia de Valor das Operações Centradas em Rede

Ainda que um programa de reequipamento possa permitir a aquisição do *hardware* e do *software* necessário, as vantagens prometidas pela NCW apenas poderão ser concretizadas ao longo do tempo através do treino consistente e da formação de todo o pessoal ligado à condução das operações militares. Nesse sentido, a plena concretização e a incorporação dos benefícios das NCO nas Forças Armadas, só poderá resultar se envolver uma alteração consistente dos processos organizacionais e dos comportamentos individuais.

fazerem algumas das aspirações das NCO;
- Novas capacidades específicas que têm que ser adquiridas para satisfazer as necessidades das NCO.

Assim, num determinado momento, as Forças Armadas poderão ter de actuar com grupos de capacidades situados em estados muito diferentes de maturidade. Com base neste princípio, o Ministério da Defesa do Reino Unido (UKMOD, 2004, p.11), define três estados de maturidade da Força: interligação[7] (inicial), integração[8] (transitório) e sincronização[9] (maduro).

Procurando conciliar os objectivos a atingir com as capacidades a levantar, David Alberts e Richard Hayes (2003, p.109), definem também quatro estados de maturidade. A figura 4, permite-nos visualizar o caminho a seguir por uma Força que, pretendendo iniciar um processo de transformação, procure concretizar na sua plenitude os objectivos das NCO: a percepção partilhada da situação e a auto-sincronização da Força.

O domínio de plena optimização da NCW, constitui um estado que ainda nenhum País conseguiu atingir. Mesmo os EUA, percursores no desenvolvimento destes conceitos, ainda têm um longo caminho a percorrer. Até ao momento, este País apenas dispõe de algumas unidades de escalão Brigada, como as integradas na 4ª Divisão digitalizada que, no âmbito do esforço iniciado após a 1ª Guerra do Golfo, constituem autênticas "ilhas" do processo de transformação.

A definição dos passos a seguir na implementação dos conceitos associados à NCW, constitui um elemento importante deste processo. No entanto, para além dos seus aspectos genéticos, a transformação da Força deverá também ter em conta a funcionalidade associada a cada uma destas etapas. A obtenção de uma Força Centrada em Rede vai assim depender da alteração da forma como os sistemas, em ultima análise as pessoas e a tecnologia, são definidas.

3.3. Desenvolvimento Nacional de uma Capacidade Militar Centrada em Rede

A necessidade de desenvolver uma visão prospectiva no que toca à forma como as Forças Armadas terão de actuar no futuro, leva-nos a equacionar tanto o desenvolvimento de novas competências e formas de actuação do Sistema de Forças Nacional (SFN), como as implicações dessas transformações. As Operações Centradas em Rede envolvem o desenvolvimento e emprego de Módulos de Capacidade de Missão que, pela forma como são definidos, constituem a componente estrutural da aplicação do conceito de NCO às operações militares, situadas ao longo de todo o espectro de missões.

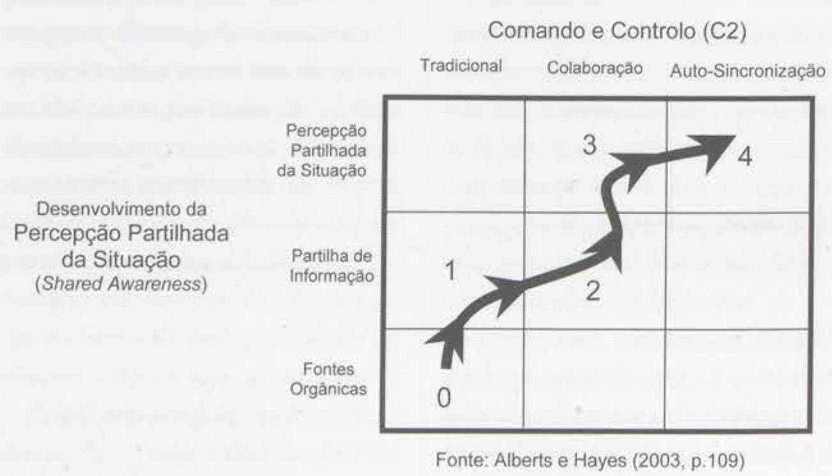


Figura 4 – Percurso e Etapas a seguir por uma Força Centrada em Rede

Para Portugal, a complexidade, a escala do esforço envolvido e o custo associado ao pleno levantamento destas capacidades militares, não é realizável de uma só vez. A componente genética das NCO terá assim de ser desenvolvida ao longo do tempo. Ainda que algumas das capacidades existentes possam ser objecto de *upgrade*, outras não o podem. Novas capacidades, contudo, necessitarão de ser concebidas e desenvolvidas pois ainda não se encontram disponíveis. Num determinado momento, à semelhança do que se passa nos outros países que já iniciaram este processo de transformação, as Forças Armadas poderão ter de operar em comunidades/módulos situados em diferentes níveis de maturidade das NCO.

Nesse sentido, tendo em vista o desenvolvimento sustentado de uma CMCR, procuraremos construir uma primeira abordagem a esta temática abrindo, se possível, caminho a futuros estudos conducentes à implementação dos princípios da Guerra Centrada em Rede nas Forças Armadas Portuguesas.

3.4. Iniciativas em Curso

Ainda que não exista uma intencionalidade que motive o seu desenvolvimento coordenado e concertado, existem alguns projectos em curso que, pela sua natureza e objectivos, poderão suportar o desenvolvimento de uma CMCR.

No âmbito da consolidação dos sistemas de informação dos três Ramos das Forças Armadas, o Ministério da Defesa Nacional (MDN) tem vindo a desenvolver diversas iniciativas, destinadas fundamentalmente a agilizar os processos de acesso e tratamento da informação. O MDN seleccionou o Sistema SAP para implementar uma plataforma aplicacional integrada, pretendendo desta forma vir a funcionar como Fornecedor de Serviços (*Service Provider)* único para toda a Defesa. Com esta solução, o MDN pretende ter a capacidade necessária para optimizar os seus processos, reduzir custos operacionais de administração, definir diversos tipos de serviços e perfis de utilizador e garantir uma gestão global de toda a infra-estrutura de comunicações e segurança.

Este, poderá ser um primeiro passo para a integração das componentes militares com as componentes não militares da Defesa, mas apenas satisfaz, por enquanto, as necessidades de sustentação e gestão do apoio à componente operacional das Forças Armadas. Falta estender esta visão de "Empresa Centrada em Rede" para uma visão de Força Centrada em Rede, integrando as Forças desde a linha da frente do campo de batalha à área da retaguarda, onde se encontra uma parte importante da estrutura logística de apoio às operações.

Ao nível das infra-estruturas de rede e dos sistemas de apoio à decisão, importa também referir o importante contributo do Sistema de Informação e Comunicações - Táctico (SIC-T) e do Sistema de Informação para o Comando e Controlo do Exército (SICCE), no sentido da implementação, no Exército Português, dos alicerces das NCO.

O SICCE pretende afirmar-se como um "Sistema dos Sistemas de Informação", mas para conseguir este objectivo terá que dispor de um moderno sistema de comunicações, dotado de uma arquitectura fiável, flexível e modular que garanta a interoperabilidade e a integração funcional das redes de comunicações de escalão Brigada/Batalhão, com especial ênfase para a sua utilização em ambientes de actuação das Forças Nacionais Destacadas (DST, 2003, p.5). Desta forma, o SIC-T assegura ao SICCE a capacidade de integração operacional dos seus sistemas de bases de dados, através da exploração do actual estado da arte dos sistemas de comunicações e de computação móvel. A integração funcional destes dois sistemas, facilitará o processo de digitalização do SFN permitindo, ao nível táctico e operacional, perspectivar a criação das condições necessárias para dar resposta aos desafios emergentes que as Operações Baseadas em Efeitos e as Operações Centradas em Rede colocam.

Pretende-se, assim, criar uma Força sustentada em capacidades, segundo uma arquitectura orientada para a prestação de serviços, que seja baseada em efeitos, flexível, vocacionada para a aquisição de competências e centrada em rede. Ainda que complexos, estes processos de transformação não devem ser complicados, apostando-se na simplicidade e na qualidade das actividades a desenvolver em detrimento da sua quantidade. A tradição conservadora da Instituição Militar, aconselha um forte investimento no desenvolvimento de uma cultura de inovação, reforçado pelo lançamento de acções concertadas e persistentes, destinadas a favorecer as mudanças e as alterações a operar.

No entanto, a questão central a que cumpre dar resposta, é a de saber se é possível, no contexto nacional, introduzir as alterações que a transformação das Forças Armadas exige. É nossa firme convicção que sim e que, para além disso, tal desiderato se revela decisivo para a eficácia operacional das Forças Ar-

SEDE:
2640 - 492 MAFRA – Terreiro D. João V
Telefs.261811195 – 261911945
Fax 261814832
Email : ccam.mafra@mail.telepac.pt

MOTOR
DO DESENVOLVIMENTO DO
CONCELHO

madas, conferindo-lhes a flexibilidade e a agilidade necessárias para enfrentar a dinâmica das novas ameaças.

CONCLUSÕES

Uma das lições mais importantes que poderemos extrair da Sociedade de Informação em que vivemos pode resumir-se a uma palavra – interdependência. Dependemos dos nossos sistemas e redes de informação, dependemos de organizações e estruturas de apoio mas, como militares, dependemos uns dos outros. Esta é a razão pela qual a partilha de informação constitui a chave para o sucesso de todas as iniciativas desenvolvidas no contexto operacional.

As acções militares, por si só, raramente resolverão os problemas num ambiente de segurança multidimensional e complexo. Pelo contrário, elas necessitarão cada vez mais da integração de todos os instrumentos do poder disponíveis para a obtenção do sucesso operacional. Este, constitui o princípio fundamental de uma aproximação baseada em efeitos, para a condução das operações militares. O levantamento de uma CMCR revela-se um elemento necessário e estruturante desta visão, sem o qual o sucesso operacional poderá ser condicionado ou mesmo limitado.

Face ao espectro alargado de missões, à natureza do ambiente operacional e à dinâmica das ameaças, a maioria dos nossos aliados (NATO e União Europeia) já iniciou o processo de transformação das suas Forças Armadas, no sentido do levantamento de uma capacidade militar integrada em rede. A adopção dos princípios associados às Operações Centradas em Rede, constitui hoje também uma inevitabilidade e um desafio para as Forças Armadas Portuguesas.

A capacidade para responder de forma mais rápida e precisa, utilizando um menor número de recursos, de maior qualidade e interligados, funcionará como um multiplicador de forças, permitindo às nossas Forças Armadas obter mais facilmente o efeito desejado. Reconhecida a importância da utilização destes princípios no exercício e projecção do poder militar, torna-se necessário prosseguir as acções de formação e de informação nesta área, favorecendo a implementação e o desenvolvimento de uma Capacidade Militar Centrada em Rede. Mais do que "fazer as coisas melhor", trata-se de criar as condições necessárias para "fazer melhores coisas".

A formulação de uma visão ou de um objectivo de longo-prazo, revela-se essencial para qualquer esforço de transformação. Com base na visão estratégica para a transformação do Sistema de Forças Nacional, como ao longo deste trabalho se procurou demonstrar, o objectivo a atingir decorre da definição de uma orientação para a criação de conceitos e capacidades mais alargadas, integrada nos estudos de transformação. Ela introduz a visão holística necessária para perspectivar o que é preciso para a obtenção de uma vantagem operacional e descreve como os conceitos serão progressivamente convertidos em capacidades. Esta visão, constitui assim o motor deste esforço de transformação, facilitando a convergência e a integração das iniciativas em curso.

Importa pois as Forças Armadas continuarem a incentivar um processo de modernização tecnológica e o desenvolvimento de novas capacidades, explorando para esse efeito a iniciativa que sempre as caracterizou e intervindo de forma adaptada à sociedade da informação e à dinâmica social da sua envolvente.

É tempo de estimular e acreditar na capacidade dos quadros que integram a Instituição Militar para construir a mudança pois, estes, terão certamente de participar e eventualmente que liderar o processo de transformação que se avizinha. A todos, importa lembrar que o Futuro começa agora ….

NOTAS:

1 Este texto, constitui um resumo de um artigo, com o mesmo nome, submetido para publicação na Revista Militar.

2 Durante a Guerra da Coreia, o Coronel James Boyd da Força Aérea dos EUA, intrigado pelo êxito surpreendente dos F-86 no combate aéreo com os MiG-15 (10 para 1), constatou que o fundamental para a obtenção da vitória era agir mais rápido que o inimigo. O fundamento dessa superioridade operacional, residia na possibilidade de completar o processo de decisão mais rapidamente do que o opositor. Boyd (1978) exprimiu essa ideia através de um processo cíclico que designou por "Ciclo OODA", traduzindo o processo de decisão como uma sequência das actividades de Observar-Orientar-Decidir-Agir (OODA). Esta visão, permitia ver as duas partes em conflito, como dois sistemas em interacção permanente onde o processo de tomada de decisão de cada um dos opositores se baseava em observações da sua envolvente operacional.

3 Alguns cientistas norte-americanos (Perry et al., 2002, p. xiv) definem NCW como: "um conceito de operações, resultante da obtenção da superioridade de informação, que gera um maior poder de combate a partir da integração em rede de sensores, decisores e atiradores para obter uma percepção partilhada, uma maior rapidez da acção de comando, um melhor tempo das operações, maior letalidade, melhor capacidade de sobrevivência, …e um determinado grau de auto-sincronização."

4 O campo de batalha é entendido como o espaço tridimensional (terrestre, aéreo e naval) onde o combate ocorre.

5 O domínio social caracteriza a envolvente humana e social onde os decisores, tanto no plano individual como colectivo se inserem.

6 Evidenciando a necessidade de garantir a convergência das diferentes perspectivas nacionais relativamente à NCW e de criar um entendimento comum dos conceitos e das tecnologias envolvidas, o Comando para a Transformação (*Allied Command for Transformation – ACT*) desenvolveu um plano para a implementação da NNEC. Alinhado com a visão estratégica da NATO, este plano define um processo de transformação faseado ao longo do tempo, onde é possível perspectivar o levantamento sequencial das capacidades associadas à NNEC. A questão crucial que se coloca é a de sabermos de que modo os diferentes conceitos nacionais da NCW podem convergir de forma a criar um conceito integrado de cariz supranacional.

7 Este estado, parte do princípio que algumas organizações, processos e equipamentos podem ser objecto de melhoramentos na sua capacidade operacional no curto-prazo (ex: a utilização de ligações de dados em substituição de ligações de voz). Articulando-se normalmente em torno da doutrina corrente, este estado assume a designação de "Inicial" (NEC_MOD, 2005, p.10) e é caracterizado por pequenas alterações organizacionais e melhorias de equipamentos.

8 Também designado por Transitório (NEC_MOD, 2005, p.10), apesar de essencialmente relacionado com a doutrina, organizações e equipamentos actuais, este estado inclui os melhoramentos na capacidade operacional que podem ser realizados no médio-prazo. Este estado de maturidade é caracterizado por importantes alterações organizacionais e pela integração de sistemas técnicos destinados a produzir um aumento substancial da percepção partilhada.

9 Caracterizado por uma gestão e distribuição optimizada da informação, este estado assume a designação de Maduro (NEC_MOD, 2005, p.10). A flexibilidade do sistema, permite suportar o desenvolvimento de nova doutrina, organizações, processos e possibilita o trabalho colaborativo e a criação dinâmica de Grupos de Missão. Esta evolução, de prazo mais alargado, tem em conta o que foi possível aprender ao longo dos estados anteriores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Livros

ALBERTS, David e GARSTKA, John (2001). *Understanding Information Age Warfare*, Library of Congress.

ALBERTS, David e HAYES, Richard (2003). *Power to the Edge: Command … Control … in the Information Age*, CCRP Publication Series.

ALBERTS, GARSTKA e STEIN (1999). *Network Centric Warfare: Developing and Leveraging Information Superiority*, CCRP Publication Series.

PERRY, et al. (2002). *Measures of Effectiveness for the Information-Age Navy: The Effects of Network-Centric Operations on Combat Outcomes*. Santa Monica, Rand.

PORTER, Michael (1984). *Vantagem Competitiva*, 5ª Edição, Editora Campos.

SMITH, Edward (2003). *Effects-Based Operations: Applying Network Centric Warfare in Peace, Crisis and War*, CCRP Publication Series.

TZU, Sun (1993). *A Arte da Guerra*, Tradução de Ricardo Iglésias, Publicações Europa-América, 2ª Edição, Mem Martins.

Trabalhos Publicados, Artigos de Jornais e Revistas

BUCKMAN, Tom (2003). *The NATO Vision of Network Enabled Capability (NNEC)*, Academic Paper.

CAFJO, (2005). *Concepts for Future Alliance Joint Operations, Briefing apresentado no Allied Command for Transformation sobre MCWG (Strategic Issues), 16 Setembro 2005.*

GRILO, *António*, NUNES, Paulo e NUNES, Serafim (2005). *"A C2 Framework for Dynamic Battlespace Resource Management"*, in 10th International Command and Control Research and Technology Symposium: The Future of C2", Ritz Hotel-Washington DC, 13-16Jun05 .

GROSSMAN-VERMAAS, Rob (2004). *Canadian EBO Concept Development and Experimentation Initiatives*, NATO CD&E Conference 2004.

MNIOE, (2004). *Whitepaper "Information Operations (Info Ops) in Future Coalition Operations*, Version 1.0, 04 October 2004, Multinational Information Operations Experiment Publication.

*NCW*_DOD, (2001). *Report on Network Centric Warfare, Department of Defense Report to Congress*, Washington D.C., March.

NEC, (2005). *Pamphlet on Network Enabled Capability JSP 777 version 1, Ministry of Defense*, January.

NUNES, Paulo (2005). "O Impacto da Aplicação do Conceito de Network Centric Warfare nas Forças Armadas Portuguesas: Subsídios para o Levantamento de uma Capacidade Militar Centrada em Rede", Lição Inaugural, Abertura Solene do Ano Lectivo de 2005/06, Academia Militar, Novembro 2005.

Sites e Páginas da Internet

JV 2020, (2000). *Joint Vision 2020 Publication*, Joint Chiefs of Staff, Joint Chiefs of Staff, Director for Strategic Plans and Policy (J5 / Strategy Division), Washington DC, June 2000, disponível em http://www.dtic.mil/jointvision/jvpub2.htm, 15-09-2005/10H45.

NBD, (2004). *Network Based Defense: A Smarter Way to Fight*, Swedish Armed Forces Headquarters, disponível em http://www.mil.se/article.php?id=7295, publicação actualizada em 16Apr04, disponível em http://www.mil.se/article.php?id=7295, 23-06-2005 / 09H05.

WADE, James et al. (1996). *Shock and Awe: Achieving Rapid Dominance*, Washington DC National Defense University Press, Dezembro, disponível em site da National Defense University,http://www.ndu.edu:80/ndu/inss/books/shock/index.html,12-03-2003.

WIK, Manuel (2003). *Network Based Defense for Sweden: Latest Fashion or a Strategic Step Into the Future?*. Swedish Armed Forces, disponível em http://www.fhs.mil.se/institut/kvi/cios/doc/303%20NBD2%20Manuel%20Wik.pdf,03-07-2005/15H20.

Rioquimica
Produtos Químicos de Manutenção Industrial, Lda.

FABRICA E COMERCIALIZA:

Aditivos • Anticorrosivos • Decapantes
Desengordurantes • Desincrustantes
Desoxidantes • Detergentes
Dissolventes • Isolantes
Revestimentos
Sabonetes Líquidos
Solventes Especiais
Toalhas Mesa • Ceras • Shampôs

Elospark Edifício 14 – Estrada da Barrosa Algueirão
2725-193 Mem Martins
Tel.: 21 926 72 70 – Fax: 21 926 72 78

"Network Centric Warfare". Implicações para a Cavalaria Portuguesa.

1. INTRODUÇÃO

O General Loureiro dos Santos afirmou, recentemente, a propósito da mudança e da inovação que *"um país que reste marginal a este tipo de actividades científicas e tecnológicas, não passará de um país falhado em relação às exigências da época em que vive e do ambiente que o envolve. Arrisca-se a ter uma capacidade muito limitada de agir na esfera internacional e dependerá de outros que se distanciaram nestas matérias"*[1].

A experiência diz-nos quão verdade é esta afirmação. Nos dias de hoje, quem não acompanha a evolução será, inexoravelmente, ultrapassado e será colocado de parte, por não ter capacidades para fazer face às realidades do presente, quanto mais do futuro. Ou seja: está acabado. Viver-se arreigado à história e às tradições pode ser sinónimo de "glamour", mas não de inteligência. A história e as tradições dão-nos referências, mas não podem ser obstativas da evolução e da modernização.

No início deste século a tecnologia impulsiona a transformação, proporcionando maiores facilidades no acesso à informação. Esta é muito mais qualificada e em quantidade do que aquela que existia há anos atrás. A guerra de atrição[2], sendo comummente considerada como o último instrumento utilizado na resolução de conflitos de 1ª e 2ª gerações, deu lugar à guerra da manobra, típica dos conflitos de 3ª geração. Esta, por sua vez, deu lugar, nos chamados conflitos de 4ª geração, a uma outra chamada de "assimétrica". Hoje em dia já nos encontramos no princípio dos conflitos da 5ª geração[3], onde impera a chamada guerra da informação. Nela, a "superioridade da informação" é transformada em "superioridade de decisão", em actuações mais seguras, mais eficazes, com menos efeitos colaterais e menos baixas. As operações ocorrem com mais objectividade e rapidez do que era possível num passado próximo. Não quer dizer, contudo, que possamos afirmar, em qualquer momento, que temos toda a informação sobre os nossos adversários ou sobre as partes com quem interagimos.

A evolução da tecnologia trouxe, também, maior complexidade nas tomadas de decisões, pois implica saber filtrar a informação e saber utilizá-la da melhor maneira.

Os países mais evoluídos têm desenvolvido formas de conduzir as operações militares, tornando-as mais eficazes e menos onerosas. O grande fulcro de tal pretensão é a informação. Quando obtida e partilhada, idealmente no momento em que ocorreu, poderá ser convertida em decisões mais rápidas e em acções quase imediatas. Acontecendo isso antes do inimigo poder agir, então a informação será um factor multiplicador do potencial de combate.

Surge, então, um conceito, aceite e desenvolvido por alguns países como os EUA, o Reino Unido, a França, a Dinamarca, a Austrália, entre outros, denominado *Network Centric Warfare (NCW).*
Este trabalho pretende abordar, sucintamente:
- **O que é NCW, de forma suficiente e necessária ao desenvolvimento harmonioso deste trabalho;**
- **Como encara a NATO o conceito;**
- **O que Portugal tem feito nesse âmbito;**
- **Na hipótese do conceito ser assumido pelo nosso País, quais as implicações que daí resultam para as nossas Forças Armadas, para o Exército e para a Cavalaria.**

COR Cav FRANCISCO XAVIER DE SOUSA
Instituto de Estudos Superiores Militares.

2. O QUE É O NCW?

O NCW baseia-se na utilização de uma rede, grosso modo comparada à Internet, onde a informação obtida/produzida por um agente (sensor, decisor ou plataforma, como seja um CC ou uma viatura de reconhecimento) é veiculada e partilhada, no mais curto prazo de tempo permitido, através dos sistemas de comunicação utilizados. A partilha do conhecimento do Espaço de Batalha[4] (BS) por todos quantos nele interagem, confere uma "imagem operacional comum"[5] (COP), isto é, uma percepção comum e global do que se passa naquele espaço. Tal percepção exige de todos os actores que actuam no BS, um perfeito conhecimento do conceito de operação (OC) e da intenção do seu comandante, exigindo, ainda, que haja uma única interpretação de cada um deles.

O conhecimento oportuno e partilhado e a percepção comum do BS cria sinergias acrescidas nos mais diversos campos, inclusive no Comando e Controlo, e permite que acções de combate, ou que influenciem a conduta naquele espaço de actuação, tenham origem a longas distâncias.

NCW, quando sustentado por tácticas correctamente e logicamente desenvolvidas, permite:
- A informação partilhada e uma percepção comum de onde se está;
- Maior dispersão das forças;
- Maior dificuldade na detecção por parte do inimigo, em virtude de não haver formações regulares;
- Maior rapidez de actuação e maior eficácia por permitir que as forças que a utilizam possam atingir, com maior certeza, os Centros de Gravidade do opositor;
- Maior segurança e protecção;
- Aumenta as áreas de acção de cada plataforma que integra uma força;
- Necessidade de menor numero de unidades para se cumprir uma missão;
- A diminuição da importância do princípio da "massa" como forma de se obter a decisão e o aparecimento de um novo princípio, com elevada importância: a concentração dos efeitos;
- A diminuição da importância que tinha a plataforma de combate, dando-se mais importância à partilha da informação;
- Interoperabilidade de meios conjuntos e combinados;
- A maior sobreposição dos Níveis da Guerra.

Existem pensadores para quem o NCW é evolucionário e não revolucionário, pois, segundo eles, mantêm, no essencial, os princípios da guerra.[6] Respeito esta afirmação, mas defendo que se deve equacionar as considerações que, tradicionalmente, são feitas a pelo menos um desses princípios: o da Massa.

A maior mudança exigida pelo NCW deve ocorrer no campo das **mentalidades**. Este conceito exige reformular as percepções que temos, em especial do que entendemos por autoridade e por responsabilidade.

As vulnerabilidades do conceito encontram-se na área tecnológica, em especial na concepção de um robusto sistema de comunicações móveis, com suficiente largura de banda, e na segurança da transmissão de dados. Existe, ainda, uma outra relacionada com a afectação de recursos e que tem a haver com o seu custo e com a sua disponibilidade.

Em resumo: NCW é um novo conceito de uma tipologia de operações, baseadas nas capacidades, com predomínio da informação, que gera crescente potencial de combate, utilizando redes, onde sensores, decisores e operadores de sistemas de armas estão incorporados, a fim de se conseguir conhecimentos compartilhados da situação no BS, maior rapidez de comando, maiores ritmos operacionais, elevada eficácia, crescente capacidade de sobrevivência e um decisivo grau de auto-sincronização.[7]

3. A POSTURA NATO

A NATO, na Cimeira de Praga, em Novembro de 2002, assumiu este conceito. Nela foram criadas as "NATO Response Forces", sendo definidas como tecnologicamente avançadas, flexíveis, projectáveis, interoperáveis e sustentáveis, catalizadoras do aperfeiçoamento das capacidades militares.[8]

Nesse evento, a NATO constituiu três entidades, duas delas importantes para a sua transformação:
- Criou dois comandos estratégicos, sendo o último vocacionado para o estudo e a impulsão da transformação na Aliança. Tais comandos são: o "Allied Command Operations" e o "Allied Command Transformation" (ACT);
- Implementou um Grupo de Trabalho (GT), onde 11 países estão representados. Através dele, pretende-se estudar os cenários operacionais, os conceitos de interoperabilidade e os

ORK CENTRIC WARFARE. IMPLICAÇÕES PARA A CAVALARIA PORTUGUESA. NETWORK CENTRIC WARFARE. IMPLICAÇÕES PARA A CAVALARIA PORTUGUESA. NETWORK CENTRIC
NTRIC WARFARE. IMPLICAÇÕES PARA A CAVALARIA PORTUGUESA. NETWORK CENTRIC WARFARE. IMPLICAÇÕES PARA A CAVALARIA PORTUGUESA. NETWORK CENTRIC WARFA
IC WARFARE. IMPLICAÇÕES PARA A CAVALARIA PORTUGUESA. NETWORK CENTRIC WARFARE. IMPLICAÇÕES PARA A CAVALARIA PORTUGUESA. NETWORK CENTRIC WARFARE.

caminhos para o desenvolvimento de projectos no âmbito do Comando, Controlo e Comunicações.

Aquele GT, em colaboração com o ACT, tem emanado documentos defendendo a qualidade das Forças da Aliança em detrimento da quantidade. Eles afirmam que tais Forças devem possuir: velocidade, precisão, letalidade objectiva e segurança, actuando com reduzidas baixas e produzindo mínimos danos colaterais. Para isso, defende-se a importância da implementação do NCW que, na NATO, passou a designar-se por "NATO Network Enabled Capability" (NNEC). Advogam, ainda, a interacção daquele conceito com um outro, no qual, basicamente, se defende o atingir dos objectivos operacionais, a diferentes níveis, através da aplicação holística de um conjunto de efeitos coordenados e ponderados. A esse conceito chama-se: Effect Based Operations (EBO).

Em 2004 a Aliança considerou que as futuras operações requerem forças capazes de provocar efeitos coerentes[9], com capacidades que lhe confiram superioridade de decisão e que obedeçam a requisitos de projecção e de sustentação conjunta.[10]

Segundo aquele GT, o NNEC exige sensores e decisores que possibilitem:[11]

- Desenvolvimento da capacidade operacional da NATO, objectivando-o nas redes a implementar e nos efeitos. Dever-se-á, assim, dar uma atenção especial aos Sistemas de Informação (SI), pois são essenciais ao veicular da informação;
- Transformação da informação em potencial de combate, para se cumprir, com eficácia, a missão;
- Decisões com rapidez, mantendo-se a iniciativa, a precisão e a coerência das operações.

Os objectivos da NNEC são: ver primeiro e melhor, para se poder atingir uma superioridade de conhecimento; decidir melhor e mais rápido para se obter superioridade na decisão; e actuar/agir decididamente para se obter uma superioridade de efeitos.[12]
Para isso é necessário haver interoperabilidade.
A definição produzida pela NATO, relativamente ao conceito de interoperabilidade é a seguinte: A "capacidade dos sistemas, unidades ou forças fornecerem, aceitarem e utilizarem serviços de outros sistemas, unidades, ou forças, operando eficazmente e em conjunto".[13] É, assim, um conceito abrangente, incidindo nos aspectos técnico, operacional e de procedimentos.

Quanto aos SI, torna-se necessário garantir não só a interoperabilidade dos sistemas, como também, e principalmente, a dos dados, suporte base de toda a informação. Para fazer face a esta preocupação, a NATO criou o conceito TIDE.[14] Verificando-se a predominância de um conjunto heterogéneo de múltiplas infra-estruturas, de domínios, de doutrinas, de procedimentos e de culturas no mundo dos SI, sentiu-se a necessidade de se definir uma metodologia e uma arquitectura comuns e integradas, de modo a desenvolver um ambiente, onde o utilizador possa ir buscar a informação necessária. O conceito TIDE está a ser desenvolvido no seio e em paralelo com o NNEC.

Estes conceitos estão a ser testados nas NRF, sob o pressuposto de que elas possuirão, de forma coerente, todas as capacidades da NATO e a possibilidade de virem a integrar as inovações que surgem. Tendo Portugal aprontado forças para as NRF, importa, assim, analisar a forma como tem encarado a implementação do NNEC.

4. E PORTUGAL?

Portugal tomou parte na Cimeira de Praga e, como os restantes países que nela participaram, comprometeu-se a colaborar com a Aliança, no desenvolvimento das capacidades para fazer face às novas ameaças. Porém não integra o GT referido no capítulo anterior e que foi criado pela NATO. Comprometeu-se, ainda, a desenvolver/adquirir capacidades em diversas áreas, como sejam a de Comando, Controlo e Comunicações. Assim, elaborou um relatório onde assumiu pretender melhorar as suas capacidades militares, exercendo esforços em 35 aspectos, enquadrados nas seguintes áreas:

- Defesa contra ataques NBQR: três itens a desenvolver;
- Comando e controlo e superioridades de informação: 12 itens, com destaque para a formação de unidades ISTAR[15];
- Interoperabilidade das forças posicionáveis e "aspectos chave" relacionados com o combate: 15 itens, destacando-se a especialização da BrigInt, BrigMec e das Forças de Operações Especiais em actuações em ambientes assimétricos e complexos, bem como da BRR em ambientes assimétricos e "terrenos difíceis";
- Rápido posicionamento e sustentação das forças combatentes: 5 itens.

Grande parte desses itens estão ligados a prazos de concretização que não terão sido cumpridos. Portugal, ao assinar aqueles compromissos, mostrou vontade politica de se afirmar na Aliança. A concretização, na totalidade, dos mesmos é um factor de credibilidade, certificativo de que se pretende ter palavra nos fóruns internacionais. Ilustra, ainda, a nossa vontade de continuar a gerir, independentemente, os nossos destinos e os nossos intentos, não se permitindo partilhar os nossos desígnios nem as nossas responsabilidades com quer que seja.

Considerando a dimensão do nosso país, o nosso nível da ambição, os nossos interesses declarados e as nossas disponibilidades económicas, parece-nos sensato continuarmos a acompanhar a evolução dos conceitos e iniciarmos a preparação de parte das nossas Forças Armadas (FA), para poderem ser integradas em outras, que actuem na base conceptual da NCW e das EBO. É claro que se correrá o risco de termos FA a "duas velocidades": Uma que integra forças que, à dimensão das nossas possibilidades, têm tecnologia de ponta, estão preparadas para a utilizar e para actuar conjuntamente e combinadamente; outra, muito mais modesta, equipada com meios usuais, alguns ultrapassados e carenciados. Mas a opção parece ser clara: ou se tem algo ou não se tem nada. E esta última é, de certeza, a mais lesiva. Até porque podemos ser marginalizados quando quisermos participar e afirmarmo-nos no contexto internacional, por não termos capacidade de actuar ao nível das outras forças.

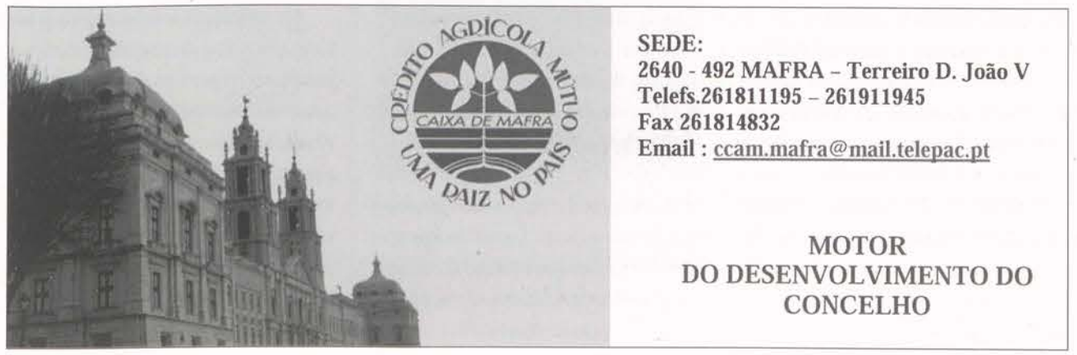
5. AS IMPLICAÇÕES PARA AS FA E PARA O EXÉRCITO

Nas FA, não nos parece que esteja a ser adoptado o NNEC, pelo menos de forma integrada. Os Ramos pretendem obter alguns meios que podem ser compatíveis com o conceito. Porém, o mesmo exige um esforço conjunto, e isso só será possível com uma assumpção a nível nacional. Os Ramos, contudo, deveriam iniciar, desde já, a preparação para tal.

No pressuposto de que já se processou a mudança das mentalidades, a preparação para essa transformação terá de incidir, inicialmente, em dois níveis: Na organização e na formação. A transformação tecnológica poderá vir um pouco depois.

As FA em geral e o Exército em particular, deverão orientar a sua preparação para a actuação operacional conjunta, tendo consciência da importância das comunicações, dos sistemas de informação e de comando e controlo, das informações, dos sistemas e meios de vigilância, de reconhecimento e de aquisição de objectivos. Tal já vinha preconizado no Livro Branco da Defesa (2001). Aí consta que é indispensável "evoluir para uma arquitectura de comando e controlo nacional conjunto e para (...) se dis-

Carro de combate M60A3-TTS, pertencente ao Agrupamento da NRF5.



SEDE:
2640 - 492 MAFRA – Terreiro D. João V
Telefs.261811195 – 261911945
Fax 261814832
Email : ccam.mafra@mail.telepac.pt

MOTOR
DO DESENVOLVIMENTO DO
CONCELHO

por de uma adequada capacidade conjunta, de recolha e processamento de informações militares, assente em meios de vigilância, reconhecimento e detecção". Esta vontade encontra-se expressa, igualmente, no Conceito Estratégico Militar (2003), onde se defende a centralização de valências e o funcionamento integrado dos Ramos das FA, tendo tal sido reiterado pelo Ministro da Defesa Nacional, no seu discurso no dia das Forças Armadas de 2005, ao considerar ser "uma clara prioridade no processo de reestruturação e de modernização das Forças Armadas, a construção de uma efectiva capacidade de acção conjunta (...) tornando as Forças Armadas aptas a actuar de forma mais integrada e em estreita cooperação com outras forças aliadas".[16]

A tomada de posição acerca da inevitabilidade de um modelo de forças conjuntas é complementada pelo compromisso assumido por Portugal e que incide sobra a implementação do conceito NNEC. Assim, o EMGFA, em 2005, em resposta ao ACT, assumiu que a implementação daquele conceito era uma ambição nacional, a concretizar num espaço de 10 a 15 anos. Alguns dos pontos constantes em tal compromisso, são de seguida referidos, tendo nós optado, deliberadamente, por os transcrever na língua em que foram redigidos, para não correrrmos o risco de alterarmos o sentido das ideias com a tradução:

"To establish a national NNEC vision and provide a network centric approach supporting forces restructure and management from strategic to tactical level;

To develop a strategic concept as a sound basis for increasing of operational readiness, interoperability, mobility, modularity and versatility;

To involve the national research and defence industry cluster in the process of developing the required capabilities, either domestically or in cooperation with the allies."[17]

Para tal, pensa-se que se deverá, desde já, adequar os currículos dos cursos dos Estabelecimentos de Ensino Militar e dos Estabelecimentos Militares de Ensino para que se criem competências na área das novas tecnologias, mas orientadas para as operações militares.

O futuro exige a adequação da formação, nunca esquecendo a tautologia de que o homem é, e sempre há-de ser, o elemento fundamental da organização militar.

Os equipamentos a adquirir para equipar as FA, dos quais se destaca as viaturas blindadas, devem ter a possibilidade interoperativa de absorver os programas que, actualmente, estão a ser desenvolvidos, como seja o Sistema de Informação e Comunicação Táctica (SIC-T), que engloba os subprogramas designados por "Sistema de Informação e de Comando e Controlo do Exercito" (SICCE) e o "Sistema Táctico de Comunicações" (SITACO). Estes deverão ter uma dimensão assumidamente nacional e, portanto, serem aplicáveis aos três Ramos das FA, para se poder obter, a nível das forças que actuem numa mesma operação, uma permanente e actualizada COP.

Resumindo: o conceito exige que pensemos de forma integrada, considerando o emprego de forças de vários países aliados[18] e de um ou mais Ramos das FA[19].

6. E PARA A CAVALARIA?

A assumpção do NCW irá ter implicações em todas as Armas. Na Cavalaria, as implicações no campo dos procedimentos tácticos serão menores no Reconhecimento do que nas Unidades de Carros de Combate. As transformações já referidas neste artigo, em graus e modos diferentes, irão afectar, contudo, aquelas duas tipologias de unidades da nossa Arma.

As gerações que têm pela frente este desafio deverão preparar-se para assumirem mentalidades que lhes permitam actuar de acordo com esta nova conceptualização. E essa preparação tem de passar pela assumpção de que decisões tradicionalmente tomadas em determinados níveis, passarão a ser da responsabilidade de guarnições de plataformas ou do simples combatente. Ao partilharem a informação, os "Cavaleiros" passarão a ter as condições necessárias para se **auto-sincronizar** e **auto-colaborar**.[20] Ou seja: deixam de actuar sob uma ordem, para passarem a decidir o que fazer, quando e como fazer, integrando as suas acções na manobra geral, julgando as suas decisões, prospectivamente, à luz dos efeitos que irão ser produzidos, da percepção comum do BS e do conhecimento do OC e da intenção superiormente definida.

Os comandantes passarão a ser elementos interactivos do BS, combatendo como qualquer um dos seus subordinados. À medida que se sobe na estrutura hierárquica, eles passarão a interferir de acordo com a conjuntura e a adequação à missão, deixando as acções serem conduzidas aos mais baixos escalões. Essa interferência é temperada pela experiência dos comandantes, pelo seu treino objectivado no que poderá advir das suas acções, e na percepção de como a informação pode ser utilizada nas decisões.

Os comandantes das Unidades de Escalão Esquadrão passarão a preocupar-se, essencialmente, com a recolha da informação, em processá-la e em tomar decisões imediatas e oportunas, **só** interferindo quando tais decisões são exigidas. Eles próprios constituir-se-ão, em agentes de informação.

Os comandantes das Unidades de Escalão Grupo farão a gestão da informação ao seu alcance e disponibilizam a necessária, "abrindo" os filtros de acordo com as capacidades de processamento dos seus subordinados. Serão, ainda, combatentes, na medida em que escolhem as modalidades de acção a implementar e tomam decisões oportunas.

As operações serão conduzidas a longas distâncias, podendo os comandantes situar-se em espaços de actuação geograficamente diferentes.

As Unidades de Reconhecimento, passarão a actuar em frentes e profundidades mais alargadas, em virtude das unidades em proveito das quais irão trabalhar, actuarem mais dispersas. Os Pelotões de Reconhecimento (PelRec) deverão ter organizações mais leves, em que a necessidade das Secções de Carros de Combate (CC) ou de Autometralhadoras (AM) poderá ser questionada.

Face à dispersão advogada pelo conceito, e ao desenvolvimento de tácticas que defendem a actuação em pequeno número e com base na extrema mobilidade, vislumbramos a opção por orgânicas que privilegiem a actuação de Esquadras de Exploração (EsqExplor) em detrimento do escalão Secção de Exploração. Algumas das EsqExpl poderão possuir veículos não tripulados[21], equipados com sofisticados sensores. Poderá assistir-se, nos PelRec e Esquadrão de Reconhecimento (ERec), a um aumento do número, respectivamente, de EsqExpl, e de PelRec, em virtude do conceito permitir que o número tradicionalmente aceite como adequado ao comando e controlo de uma força,[22] possa ser multiplicado.

As SecExpl terão de ser equipadas com viaturas extremamente ligeiras, rápidas, com uma guarnição máxima de três militares, com capacidades de actuarem isoladas, com grande capacidade de fogo, em especial Anti-carro, e dotadas de sensores sofisticados. As guarnições terão de estar preparadas, também psicologicamente, para actuarem, por longo tempo, sem estabelecer contacto físico ou por voz com a força de quem dependem. Todas as plataformas estarão em rede e actuarão como um nó da mesma.
Em algumas operações, o ERec poderá não ser a Unidade Fundamental do Reconhecimento, actuando os PelRec na directa dependência das Grandes Unidades ou até de Unidades de Escalão Batalhão (UEB).

Deixar-se-á de actuar segundo as "acções ao contacto",[23] passando-se a conduta a pautar pelos princípios ditados pela mnemónica "4S": Scan (pesquisar), Swarm (concentrar), Strike (atacar) e Scatter (dispersar), aplicando-se aqueles que as circunstâncias exigirem.

As Unidades de Reconhecimento, ou seus elementos, passarão a integrar a componente "Reconnaissance" das Unidades ISTAR[24], pois a tecnologia com que estarão equipadas irá proporcionar-lhes a capacidade de actuarem, com maior segurança e eficácia, a longas distâncias da Força em proveito da qual estarão a trabalhar.

Actuais meios blindados da Cavalaria Portuguesa durante um exercício de fogos reais (Santa Margarida, 2003).

Assim, a importância das Unidades de Reconhecimento, no âmbito do NCW, é insofismável, pois serão agentes de pesquisa de informação, podendo-o fazer a longas distâncias, o que é essencial para este conceito. Se Portugal o assumir, na sua plenitude, estamos convictos que, no que ao Reconhecimento diz respeito, as alterações a ocorrer na área da doutrina, da organização, da táctica, da forma de actuar, do treino, da formação e da liderança não serão dolorosas. Antes pelo contrário, irão ser imediatamente absorvidas. Até porque tais Unidades, desde a sua génese, são caracterizadas por possuírem grande flexibilidade, o que lhes confere um grau de adaptabilidade capaz de aceitar as mudanças que esse conceito impõe.

Quanto às Unidades de Carros de Combate, vislumbramos que irão merecer significativas transformações. As Unidades Pesadas, que mereciam o respeito de todos na guerra de atrição e da manobra, terão de ser repensadas. Passarão a ter equipamentos mais rápidos e ágeis,

Actuais meios blindados da Cavalaria Portuguesa durante um exercício de fogos reais (Santa Margarida, 2003).

com maior mobilidade e maior blindagem, com grande poder de fogo, sendo facilmente projectáveis. Isto é, terão de ter capacidades *net-centric*.

As tácticas a utilizar por essas Unidades privilegiarão os movimentos rápidos e agressivos, com vista a se obter a decisão e a dispersão imediata.

Os Pelotões possuirão reduzido número de plataformas. As recentemente aprovadas Estruturas Operacionais de Pessoal já contemplam pelotões de Auto Metralhadoras (AM) a três viaturas, apesar de sabermos que tal decisão não foi tomada pelas razões apresentadas neste artigo.

As tácticas de emprego de CC/AM em que se privilegiavam o fogo e a manobra, suportados nos movimentos com "sobreapoio"[25], passarão a dar lugar a outras em que a rapidez, o ímpeto, a concentração, para um ponto comum, do movimento e, coincidentemente, dos fogos, a partir de pontos diame-tralmente localizados, são para-digmas doutrinários. Esta evolução da táctica de emprego das viaturas blindadas, só será possível quando se desenvolver a já referida "imagem comum" do BS, onde terão de figurar as localizações das forças amigas e opositoras.

Os Esquadrões de CC irão ter, também, um maior número de pelotões, podendo isso não querer significar um maior número de plataformas.[26]

As organizações baseadas nos MBT[27] perderão importância, passando a dar lugar a outras equipadas com CC médios e AM. E isto porque, caso se adopte, na sua totalidade, o conceito em causa, por muito que nos custe afirmar, os MBT têm os cenários de emprego limitados. Forças que possuam uma COP adequada, sendo mais ligeiras, precisas e rápidas do que as Unidades tradicionais de MBT, serão mortíferas para estes. Note-se que não pomos em dúvida a necessidade de unidades de carros de combate, nem o seu papel nos conflitos do futuro. Fazemos, contudo, a prospectiva da necessidade de possuírem, desejavelmente, outros equipamentos e utilizarem outras tácticas. A existirem, os seus cenários de emprego devem, preferencialmente, privilegiar a defesa directa do território nacional, actuando em espaços geográficos conhecidos e em situações mais defensivas.

Julgamos que, assim, poderão ser minimizados os riscos que os MBT podem correr, pelo facto de não terem a mobilidade dos meios mais ligeiros, potenciada pela doutrina resultante da aplicação do conceito em análise.

Tanto os meios de reconhecimento como os blindados poderão, holisticamente, actuar em parceria ou em conjunto com os helicópteros. O emprego da "cavalaria" nos três vectores do BS, pode ser potencializada pelo uso de uma common operational picture. A utilização de meios a observar, a orientar/regular o movimento e a acção de outras plataformas, e/ou em acções sincronizadas no tempo e no espaço, podem ser o plasmar de actuações sinergéticas, complementares e integradas, conseguidas com eficácia graças a formas de actuar comummente conhecidas, partilhadas e potencializadas pela percepção comum e actual do que se passa no BS. A cooperação e a actuação conjunta é uma tautologia assumida como pressuposto com a adopção do conceito da NCW.

A mudança é, redundantemente, dinâmica. Assim, todos os Cavaleiros têm de encarar o futuro como uma realidade e procurar visualizar e antecipar a mudança. O espírito que caracteriza a nossa Arma e de que muito nos orgulhamos, onde impera a intrepidez, a vontade de ver mais longe, o de se querer ultrapassar, sempre, o obstáculo que se nos coloca, será a principal ferramenta que nos ajudará a vencer no futuro.

Actual Autometralhadora V150 da Cavalaria Portuguesa.

NOTAS:

1 SANTOS, Gen Loureiro, *"Estratégia e Segurança Nacional na Era da Informação"*, Revista Militar nr 2445, Out 05.

2 A guerra de atrição é a forma de se resolver um conflito limitado, em que se pretende a destruição do inimigo através do seu contínuo empenhamento na batalha. No século XX, a guerra de atrição não ficou confinada ao confronto entre forças militares, passando a contemplar alvos civis, centrados nas populações e nos recursos. As Guerras do Vietname e Israelo-Árabe são exemplos de guerras de atrição, em que se deu ênfase aos potenciais relativos de combate e às comparações de baixas produzidas, numa lógica de aferição de quem causou maiores desgastes e de quem tem a melhor capacidade de fazer face a esses efeitos.

3 Segundo Manwaring (2006), os conflitos de 1ª geração tinham características de utilização de baixa tecnologia, como seja o mosquete, com elevada atrição e linearidade nas frentes; os conflitos de 2ª geração eram tecnologicamente mais avançados, usando, já, a metralhadora e os fogos indirectos, utilizaram técnicas de fogo e movimento; os conflitos de 3ª geração seguiram o avanço do poder de fogo, iniciando a tendência do *"hard to soft power"* em que os métodos privilegiavam as acções sobre as retaguardas, tendentes a quebrar a linearidade do campo de batalha e em que as operações privilegiavam as ideias em detrimento da força; os conflitos de 4ª geração são caracterizados pela utilização de capacidades assimétricas, em que aos grandes poderes militares se opõem células com equipamentos incomparavelmente mais limitados. Hoje já se fala nos conflitos da 6ª geração, em que são privilegiadas formas de actuar baseadas no conhecimento sustentado na chamada Bio-informação. MANWARING, Max. (2006) – Conferência CEM 05/07: The Conduct of Contemporary Conflict. Lisboa: IESM. 11 de Julho de 2006.

4 Nos dias de hoje já não se fala de *Battlefield*, mas antes de *Battlespace*, numa alusão à impossibilidade de se poder limitar a um espaço físico as acções de combate. A definição dada pelo USA JP 3.0.2003, numa tradução livre, diz que o Espaço de Batalha é o ambiente, factores e condições que se tornam necessários compreender, para uma aplicação bem sucedida do potencial de combate, para a protecção da força e para a concretização da missão. Tal inclui: ar, terra, mar, espaço, bem com as forças amigas e inimigas, as instalações, o clima, o terreno, o espectro magnético e a informação proveniente da Área de Operações e das Áreas de Interesse.

5 "Common Operational Picture". É a imagem produzida, em princípio, num display, com toda a informação actualizada em tempo quase real, sobre as nossas forças, o inimigo, o terreno, as condições atmosféricas, etc. e que proporciona uma percepção comum do espaço de batalha.

6 Bispo, TCOR PilAv António de Jesus, "As Operações Militares no Quadro das Novas Tecnologias. Conceito de Network Centric Warfare (NCW)", Revista Militar nº 10 – Out04, pp 917-935, II Século, 56º Vol – nº 10, Nº 2433, Out04.

7 A auto-sicronização manifesta-se na decisão de actuar, depois de ter sido feita a reflexão sobre o enquadramento e a oportunidade da acção, face à ideia de manobra e ao conceito de operação do Comandante do Escalão Superior ou, mesmo, do Comandante do Teatro.

8 NATO Office of Information and Press – Declaração Oficial da Cimeira de Praga, 21Nov02

9 Efeitos orientados holisticamente para objectivos escolhidos e que constituem centros de gravidade de operações específicas.

10 NATO STRATEGIC COMMANDERS – Strategic Vision: the Military Challenge, Ago04

11 Ferreira, COR Eng Tm Edorindo dos Santos, "O Conceito de Network Centric Warfare. Implicações Para a Transformação da Força Operacional Permanente do Exército", TILD feito no CSCD 2004/2005, publicado no Boletim de Formação Investigação Doutrina nº 62, Set05, do IAEM

12 Idem, remetendo para: Vandame, Arnaud, "Transforming the NATO Alliance: The Challenge of NATO Information Superiority &Network Enabled Capability. ACT IS-NNEC Conference, Norfolk, Março 2004.

13 NATO AAP-06.

14 Transforming Technology Towards Information Superiority, Decision Superiority and Execution Superiority.

15 Designadas por "Intelligence, Surveillance, Target Acquisition and Reconnaissance Units" (ISTAR Units).

16 Discurso no dia das Forças Armadas, em Estremoz, em 25 de Junho de 2005.

17 www.nnec.act.nato.int

18 Em Operações Combinadas.

19 Em Operações Conjuntas.

20 Já foi dito o que se entendo por auto-sincronização. A auto-colaboração ocorre quando o actor ajuiza a sua possibilidade e capacidade de actuar em proveito de uma outra força amiga, e toma a decisão voluntária de materializar essa acção, com a intenção de colaborar no cumprimento da missão daquele outro agente. Tanto a auto-sincronização como a auto-colaboração configuram atitudes pró-activas e não reactivas.

21 Conhecidos por *Unmanned Ground Vehicles*.

22 Conhecido por "Spam of control".

23 Adquirir, esclarecer, relatar, propor uma M/A e actuar.

24 Actualmente, nos exércitos que possuem essas Unidades, a componente Reconnaissance é, privilegiadamente, desenvolvida à custa de meios aéreos não tripulados, sensores remotos, elementos de operações especiais e outros meios com capacidades de actuação, desapercebida, a distâncias da força em proveito da qual trabalham, acima dos 30 quilómetros. Portugal começa a despertar para a necessidade e para a importância deste tipo de unidades.

25 Basicamente este conceito preconiza que uma unidade ou parte dela se desloque sob o apoio, pelo fogo ou pela observação, de uma outra Unidade ou da outra parte. A parte que apoia poderá estar instalada, ou deslocar-se a uma distância da força, em proveito da qual se está a realizar o apoio, executando fogos ou observando.

26 Este considerando é realizado tendo como referência a estrutura orgânica que imperou, durante muitos anos, nos Esquadrões de CC e que contemplava as 17 viaturas blindadas (cinco por pelotão).

27 *Main Battle Tanks*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Bispo, TCOR PilAv António de Jesus, "As Operações Militares no Quadro das Novas Tecnologias. Conceito de Network Centric Warfare (NCW)", Revista Militar nº 10 – Out04, pp 917-935, II Século, 56º Vol – nº 10, Nº 2433, Out04
- NATO Office of Information and Press – Declaração Oficial da Cimeira de Praga, 21Nov02
- NATO STRATEGIC COMMANDERS – Strategic Vision: the Military Challenge, Ago04, http://www.ndc.nato.int/download/sc/stratvis0804.pdf
- Ferreira, COR Eng Tm Edorindo dos Santos, "O Conceito de Network Centric Warfare. Implicações Para a Transformação da Força Operacional Permanente do Exército", Boletim de Formação Investigação Doutrina nº 62, Set05, do IAEM
- Nunes, Cor Luís Tavares, "Network Centric Warfare e a sua Influência nas Unidades de Infantaria de Baixo Escalão", Revista Militar, nº 10-Out05, pp 1013-1024, II Sec-57º Vol, nº10
- Rodrigues, CorT m Rui M. S. "AS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E O NÍVEL OPERACIONAL DA GUERRA - Impacto no Planeamento e Condução das Operações Militares", TILD elaborado no âmbito do CSCD 05/06.
- Phister, Paul W. e Igor G. Plonisch, "Aplicações Militares das Tecnologias da Informação", http://www.airpower.maxwell.af.mil/apjinternational/apj-p/2004/4tri04/phister.html
- Cebrowski, Vice Admiral Arthur K., e John J. Garstka, "Network-Centric Warfare: Its Origin and Future", Naval Institute Proceedings Magazine, Jan98
- SANTOS, Gen Loureiro, "Estratégia e Segurança Nacional na Era da Informação", Revista Militar nr 2445, Out05.
- Chen, Clement, "Anatomy of NCW", http://www.mpr.co.uk/scripts/sweb.ddl
- Forges, Pierre, "Command in a Nerwork Centric War", http://198.231.69.12/papers/amsc3/forgues2.doc
- Robinson, Keith, "Acquisition of NATO Enabled Capability", http://www.rusi.org/militarysciences/capabilities/defencesystems/ref
- AAVV, "The Implementation of Network- Centric-Warfare" Office Force Transformation, Department of Defense USA
- http://www.nnec.act.nato.int
- NATO AAP-06
- AAVV, "Livro Branco da Defesa – 2001", MDN
- "Conceito Estratégico Militar", 2003

Sistema de Informação e Comunicações Tácticas (SIC-T)
– O facilitador do Comando e Controlo do SFN

1. INTRODUÇÃO

O Sistema de Comando e Controlo (C2) utilizado pelo SFN, é um sistema típico de um exército da era industrial, onde alguns dos processos se mantêm praticamente imutáveis há várias décadas. Embora o Exército Português disponha já de um sistema actual para troca de informação (SICCE[2]), devido ao atraso na implementação do novo modelo de comunicações tácticas, a sua eficácia em campanha fica aquém das suas potencialidades.

Em linhas gerais, o moderno campo de batalha caracteriza-se pela descontinuidade no espaço e pela assimetria de ameaças, exigindo forças modulares, dotadas de grande mobilidade e letalidade. É, por isso, fundamental que os países disponham de capacidade para projectar as suas forças para diversos Teatros de Operações (TO), onde poderão ser empregues, exigindo essa tarefa um planeamento adaptativo e continuamente ajustável às condições do TO. Estas forças exigirão:

- Maior quantidade e qualidade de informação, havendo, por isso, necessidade de digitalizar os vários sistemas de recolha, processamento e difusão da informação;
- Maior dimensão do Sistema de Comunicações a implementar, com capacidade para gerir a dispersão dos nós de comunicações no TO;
- Liberdade de utilização do Espectro Electromagnético;
- Dependência de Sistemas de Alta Tecnologia.

Face a estas condicionantes, a implementação de um Sistema de Comando e Controlo para servir as unidades da Componente Terrestre do SFN, não é tarefa simples nem rápida e tem custos elevados; essencialmente, devido à tecnologia exigida para a implementação de um Sistema C2 interoperável com Sistemas C2 nacionais e aliados.

O Comandante de uma Brigada/Batalhão necessita de um eficiente Sistema C2 que lhe permita, rapidamente, receber ordens dos escalões superiores e difundi-las para as suas subunidades, em tempo oportuno, permitindo a construção da visão operacional comum do campo de batalha. Dadas as características do combate moderno, os Postos de Comando (PC) de Brigada/Batalhão dispõem de grande mobilidade, a qual depende em grande parte do alcance dos seus sistemas de comunicações.

Com este artigo pretendemos dar o nosso contributo para a implementação do novo sistema de comunicações que desejamos ver implementado brevemente.

TCOR Tm (Eng) CARLOS JORGE DE OLIVEIRA RIBEIRO
Regimento de Transmissões.

2. OS REQUISITOS DO NOVO SISTEMA DE COMANDO E CONTROLO

a. Generalidades

Em Fevereiro de 1997, foi aprovado pelo General CEME um documento intitulado "*Requisitos Operacionais do Sistema Táctico de Comunicações - Ano 2000*", que definiu os requisitos operacionais e a arquitectura geral de comunicações a que deveriam obedecer os sistemas tácticos de comunicações pós-ano 2000 (SITACO[3]). Na elaboração deste documento, tiveram-se em consideração as normas e os protocolos definidos pelas diversas entidades internacionais, no âmbito das telecomunicações, para além dos STANAG's NATO já rectificados por Portugal.

Paralelamente ao SITACO, que iria garantir as comunicações ao SFN, planeou-se também o SICCE, que iria garantir a troca de informação e facilitar o C2 das forças. O SICCE pretendia afirmar-se como o *"Sistema"* dos Sistemas de Informação, pressupondo que, o seu integral funcionamento só seria possível, pelo menos em campanha, se existisse um sistema de comunicações eficaz que lhe servisse de base.

Essencialmente por razões económicas, o trajecto seguido pelos dois projectos foi diferenciado desde a sua génese. Por um lado, dado a existência de um grupo de Oficiais de Transmissões com "*Know-how*" obtido no desenvolvimento do Sistema VIGRESTE[4], e porque as verbas necessárias para a concepção do SICCE eram menos avultadas, garantiu-lhe o financiamento, enquanto o SITACO foi aguardando.

Em 2002, através do Despacho nº 29/2002 de 04 de Novembro do Tenente-General VCEME, definiram-se as arquitecturas funcional e tecnológica para implementar uma capacidade de C2 ajustável ao actual SFN, bem como a estrutura organizacional do sistema a implementar - o SIC-T[5]. Para a implementação do SIC-T, contribuirá decisivamente o Emissor/Receptor P/PRC 525, desenvolvido pela EID em parceria com a Rohde Schwarz, que contou com a participação activa de Oficiais de Transmissões.

b. O SIC-T

O Projecto *SIC-T visa "definir, desenvolver e implementar, de forma faseada e modular, a estrutura, a organização, bem como a tecnologia, as funcionalidades, os serviços e as interoperabilidades de um SIC-T para o Exército Português, constituindo unidades/órgãos ou módulos SIC destacáveis, típicos do escalão Brigada/Batalhão, com especial ênfase para a sua aplicabilidade em ambientes de actuação das FND's"* (DST, 2003: p. 5).

Com este projecto pretende-se obter uma capacidade real de integração operacional, de forma a maximizar os resultados das operações militares terrestres. Para o efeito, através da exploração do estado-de-arte actual das comunicações, dos computadores, dos sensores e sistemas de armas, pretende-se obter um verdadeiro embrião para a Digitalização do SFN, proporcionando vantagens técnicas que, como factor "*substituto da força*" no campo de batalha, permitam alcançar aos níveis táctico e das capacidades de C2, os novos desafios emergentes, tais como: as Operações Centradas em Rede e as Operações Baseadas em Efeitos.

(1) Componente do Sistema C2 a implementar

Face aos actuais cenários de emprego[6] e às exigências do SFN, o Sistema de Comando e Controlo a desenvolver deverá contemplar as seguintes valências:

(a) SICCE- que proporcionará aos Comandos e EM das unidades operacionais:

- Ferramentas de planeamento e conduta de operações, utilizando aplicações informáticas de carácter operacional para o apoio à decisão;
- Flexibilidade e mobilidade ajustada ao actual campo de batalha.

(b) MMHS[7] - fornece um Serviço de Mensagens ou correio electrónico militar.

(c) Dados e Vídeo - transmissão de dados de Sensores e Vídeoteleconferência.

(d) Voz - Transmissão de voz (modo analógico ou digital), em claro ou cifrada.

(e) Necessidades de comunicação ponto a ponto - na Artilharia, a transmissão de dados de tiro entre Sensores/Observadores - Comando de Tiro – Posições de Tiro, e transmissão de dados entre os radares e as posições de tratamento.

(f)Comunicações com Aeronaves – para Apoio Aéreo Próximo (Fogos).

(2) Requisitos Operacionais Gerais

O Projecto SITACO define dois tipos de utilizadores: os **utilizadores móveis** e os **utilizadores fixos**, cada um com necessidades especificas. Os **utilizadores móveis** baseiam-se, essencialmente, em sistemas de comunicação rádio, dado que apenas estes sistemas garantem a flexibilidade e mobilidade exigidas no apoio a este tipo de utilizadores. Deste modo, os novos sistemas de comunicação rádio deverão permitir um conjunto de novas capacidades, nomeadamente:

(a) *"Multifunções (Multi Role Radio (**MRR**), Single Channel Radio Acess (**SCRA**), etc.);*
(b) *Interoperabilidade (com outros sistemas nacionais e NATO);*
(c) *Elevadas capacidades de transmissão;*
(d) *Grande variedade de serviços;*
(e) *Maior mobilidade e portabilidade;*
(f) *Cifra 'on-line';*
(g) *Protecção da informação em ambiente de GE;*
(h) *Maiores alcances"* (AAVV, 1997: p. 3).

Aos utilizadores móveis pode ser concedido o acesso a outras redes de comutação devendo ter a capacidade de estabelecer a ligação a

essas redes mesmo em movimento, independentemente da sua localização geográfica. Este acesso às várias redes existentes, pode ser realizado através de Pontos de Acesso Rádio (PAR) ou de outros interfaces apropriados. Por seu lado, os utilizadores fixos baseiam-se em sistemas com menor mobilidade, mas com maior capacidade. Estes sistemas, nos quais se incluirão os sistemas rádio, permitirão a ligação aos sistemas permanentes (SITEP[8], SICOM[9], rede civil, etc.).

Neste sistema de comunicações assume especial importância a interoperabilidade com os sistemas de comunicação dos outros Ramos da Forças Armadas (Marinha e Força Aérea), quer no âmbito da realização de operações conjuntas, quer para coordenar e integrar possíveis apoios que forças dos outros ramos possam prestar às forças terrestres. É também necessário garantir a interoperabilidade com os sistemas de comunicações utilizados pelos países da NATO.

Assim, o SITACO deve obedecer aos seguintes requisitos operacionais gerais:

(a) Capacidade de Teleserviços - voz, dados, mensagens, Fax e vídeo.

(b) Interoperabilidade - com os sistemas fixos (SITEP, SICOM e outras redes), sistemas de comunicações dos outros ramos e dos países aliados.

(c) Segurança - permitindo a circulação de informação classificada até NATO SECRETO e garantindo as seguintes funções de segurança:
- Confidencialidade e Integridade da informação;
- Disponibilidade[10] e Autenticação;
- Controlo de acesso[11] e Auditoria[12].

(d) Sobrevivência - obtida através da adopção das seguintes medidas:
- Redundância e Capacidade de reorganização ou reconstituição;
- Protecção contra acções de Guerra Electrónica inimigas;
- Mobilidade, transportabilidade e Segurança on-line;
- Protecção NBQ e contra efeitos colaterais nucleares;
- Resistência aos efeitos das armas convencionais e Dispersão.

(e) Flexibilidade e Adaptabilidade - às características fluidas dos novos campos de batalha e aos previsíveis cenários de emprego das Forças Terrestres; por isso, deve ter-se em consideração a modularidade dos sistemas.

(f) Normas - o sistema deve respeitar as normas NATO ratificadas por Portugal, as normas nacionais e, quando aplicável, as normas comerciais internacionais.

(g) Gestão de Frequências - é fundamental para o sistema, devido à diminuição do espectro electromagnético disponível para as actividades militares.

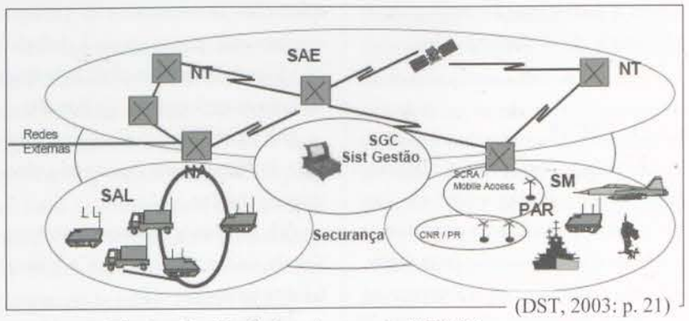
3. UMA ARQUITECTURA PARA O SIC-T TÁCTICO

O SIC-T baseia-se no Modelo de Arquitectura Operacional do SITACO, respeitando as normas definidas no *"TACOMS POST-2000"* (NATO), e está estruturado em quatro grandes subsistemas:
- Sub-Rede Principal ou **SAE** (Subsistema de Área Estendida);
- Sub-Rede de Acesso ou **SAL** (Subsistema de Área Local);
- Sub-Rede Móvel ou **SUM** (Subsistema de Utilizadores Móveis);
- Sub-Sistema de Gestão e Controlo - **SGC**.

Cada um destes subsistemas deverá possuir as seguintes características:
- Ter uma arquitectura Nodal (rede em malha constituída por NÓS);
- Permitir a cobertura de Área;
- Disponibilizar Pontos de Acesso Filar e Rádio aos utilizadores Fixos e aos Móveis;
- Permitir o Controlo Centralizado do Sistema;
- Diferentes graus de mobilidade;
- Permitir a integração a outros sistemas;
- Ser configurado e administrado por um subsistema comum;
- Oferecer serviços integrados (voz, dados, imagem, etc.);
- Permitir a interligação a pequenas unidades.

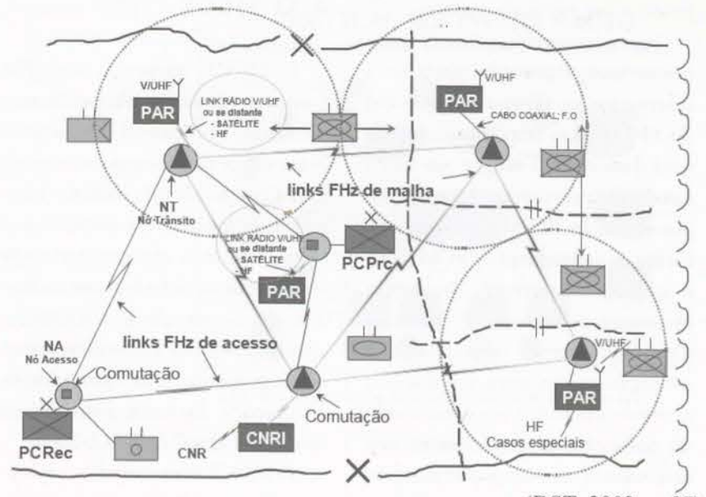
a. O SAE

Este subsistema constitui a espinha dorsal do sistema táctico de comunicações. O SAE é composto por uma combinação de redes de área e nós de comutação (Nós de Trânsito - NT), ligados entre si por ligações multicanal, ou outro meio de transmissão (por exemplo, fibra óptica), ou, se a distância entre os SAE for grande, pode recorrer-se a ligações satélite. A sua principal função é proporcionar ao SAL e SUM ligações a outras redes e subsistemas, nomeadamente, a redes militares estratégicas (SITEP, SICOM, NATO, etc.) e a redes civis, nas quais se incluem as transmissões a longas distâncias e a redes adjacentes.



(DST, 2003: p. 21)

Fig. 1 – Modelo de Arquitectura do SITACO.



(DST, 2003: p. 27)

Fig. 2 – Implantação do SITACO a uma Brigada.

b. O SAL

Este subsistema destina-se a realizar a distribuição da informação ao nível dos comandos numa área restrita, por exemplo os PC das GU (CE e Brig). O SAL disponibiliza interfaces para acesso (Nós de Acesso - NA) às redes militares estratégicas e às redes civis. A sua concepção é modular; por isso, pode adoptar diversas tipologias. De acordo com a situação táctica, o SAL pode ser implementado com recurso exclusivo aos meios rádio; no entanto, as velocidades de transmissão são limitadas. Quando a mobilidade não for factor determinante, este subsistema pode ser implementado por recurso a fibra óptica, o que lhe aumentará substancialmente a velocidade de transmissão. Neste subsistema são implementadas várias ligações LAN[13], interligadas através da rede de suporte (backbone) do subsistema, com recurso a cabo ou via rádio (wireless LAN) e acessos a centrais de comutação. Estas centrais de comutação realizam a interligação de todos os equipamentos telefónicos e de fax à rede de suporte, responsável pelas ligações exteriores aos PC, nomeadamente com os SAE e SUM.

c. O SUM

Este subsistema tem como finalidade realizar a interligação com os diversos utilizadores dispersos na Área de Operações. Os utilizadores do SUM poderão comunicar entre si e ter acesso aos SAL e SAE, por um dos seguintes modos:

(1) Redes Rádio de Combate (*Combat Net Rádio* - **CNR**), são sistemas rádio independentes das unidades de combate e baseiam-se em canal único half-duplex com uma limitada quantidade de serviços de dados;

(2) Redes Rádio Digitais (*Packet Radio Networks* - **PRN**), são redes independentes para comunicação e retransmissão de dados. Os PRN podem estender os serviços de comutação do subsistema SAE para os utilizadores móveis, ou agir como se fossem uma rede de comutação de pacotes isolada.

(3) Acesso Rádio através de Canal Selectivo (*Single Channel Radio Access* - **SCRA**), constitui o acesso de canal único para utilizadores de rádio móvel, através de PAR, em duplex.

A topologia deste subsistema assenta fundamentalmente numa configuração com recurso à transmissão via rádio, onde as várias redes que a constituem são implementadas com frequências predefinidas. Os principais componentes deste subsistema são os Multi-Role Rádios (MRR) e os Pontos de Acesso Rádio (PAR).
- Os MRR são rádios multi-função com capacidade para integrar voz, dados e imagem, em qualquer um dos três modos de comunicações (CNR, PRN e SCRA) e poderão também funcionar como Repetidores (NER[14]), no modo CNR.
- Os PAR permitem realizar a comutação local de voz, dados e imagem.

Dado que uma das principais características dos novos tipos de conflitos é a mobilidade, houve necessidade de ajustar as comunicações para poder dar resposta a este requisito. Assim, um subscritor móvel pode re-afiliar-se a um novo PAR acesso dentro do sistema, e utilizar o terminal que lá estiver disponível, independentemente da localização do anterior terminal, man-

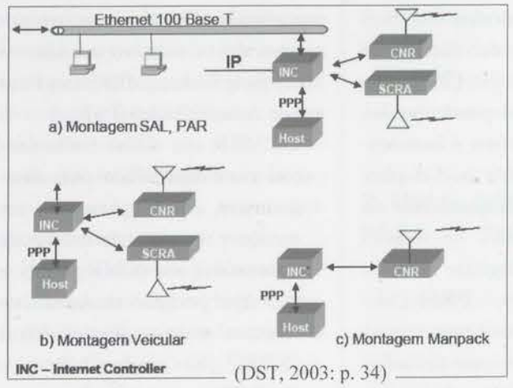
tendo o seu perfil de acesso.

Face à importância crescente das novas tecnologias, foi dada uma orientação ao Grupo de projecto do SIC-T para implementação de uma **Internet Táctica** no SFN. Esta rede pressupõe que os componentes do SITACO, nomeadamente os utilizadores do SUM (PAR e rádios terminais), possuam interfaces de acesso IP (*Internet Protocol*) internas ou externas. A evolução tecnológica e tendência generalizada para a implementação de redes IP, proporcionará aos utilizadores móveis, a interconexão e a interoperabilidade necessárias às redes de comunicações tácticas, mas também, para a utilização segura das Aplicações Operacionais do SICCE, em qualquer ponto do campo de batalha.

4. O SICCE

O SICCE iniciou-se em 1998 com uma parceria estabelecida entre o Exército Português[15] e o Instituto Nacional de Engenharia de Sistemas e de Computadores (INESC) Norte[16]. Este projecto é constituído por "*um conjunto de aplicações de software destinadas a apoiar os Postos de Comando das unidades operacionais, nas várias áreas funcionais, nomeadamente: operações, informações, logística, pessoal, em operações reais*" (MELO, 2005).

O SICCE constituirá o esqueleto do sistema de C2 a implementar no Exército ao nível operacional e táctico, fornecendo aos comandantes dos vários escalões toda a informação de que estes necessitem para cumprirem a sua missão, quando e na forma que melhor lhes convir. Actualmente, o SICCE oferece um suporte eficaz para as principais funções de planeamento e EM, nomeadamente: a apresentação da situação táctica (terreno e unidades), permanentemente actualizada (base essencial para a avaliação da situação e criação da visão operacional comum do campo de batalha) e a transmissão, rápida e eficiente, dos planos e ordens. Este Sistema disponibiliza uma interacção dinâmica entre a informação geográfica 2D/3D, e a informação própria de Base de Dados (Unidades, Pessoal e Material), possibilitando o ambiente SIG integral.



(DST, 2003: p. 34)

Fig. 3 – Diferentes configurações da possível Internet Táctica do SIC-T.

d. O SGC

Este Subsistema realiza a configuração e monitorização dos restantes subsistemas, subdividindo-se em cinco área funcionais: gestão de avarias; gestão de performance; gestão de contas; gestão de configuração; gestão de segurança, INFOSEC (COMSEC e COMPUSEC) e gestão de chaves.

Em Fevereiro 2002, surgiu a primeira versão do SICCE, que foi sujeita a diversos tipos e testes, nos quais se incluíram as ligações entre o COFT e a Bósnia-Hezgovina, Exercícios Nacionais (Orion 2002 e 2003, Frente Norte 2003) e um Exercício Internacional de Interoperabilidade de Sistemas C2 (IOT&E[17]). "*Em Dezembro de 2003 foi produzida uma nova versão do modelo de dados, que aprofundando as necessidades decorrentes das operações conjuntas dá um melhor suporte a este tipo de operações. É sobre este novo modelo que uma nova versão do SICCE está a ser desenvolvida. Encontrando-se em fase de testes multilaterais, estará finalizada em Novembro de 2005*" (MELO, 2005: p.14).

O SICCE já provou a sua validade, tanto em termos nacionais, com internacionalmente, nos escalões Brigada e Batalhão e estando prevista a concepção de um *light* SICCE (SIBE-T[18]) para os escalões Companhia, Pelotão e Secção.

5. IMPLEMENTAÇÃO DO SUBSISTEMA DE COMUNICAÇÕES MÓVEIS

a. P/PRC 525

O subsistema SUM será implementado essencialmente à custa do Rádio Táctico HF/VHF/UHF P/PRC-525, desenvolvido pela EID em parceria com a Rohde Schwarz, onde Oficiais de Transmissões tiveram uma participação activa nas seguintes fases: na definição dos requisitos operacionais e técnicos; no acompanhamento da concepção do equipamento; e, através da MAF, na realização dos testes de laboratório e de campo antes da aceitação do equipamento.

Este E/R representa uma nova geração de equipamentos, com a maioria das funcionalidades realizadas por software. O projecto prevê várias versões do rádio, HF/VHF, VHF e VHF/UHF, abrangendo uma gama de frequências que vai desde 1.5 MHz até 518 MHz. Este E/R pertence á família dos Rádios Tácticos MRR (Rádio Táctico Multibanda, Multimodo, Multifunções) e foi concebido para fornecer aos utilizadores do SUM serviços seguros de voz, mensagens, dados, imagem, entre outros. O P/PRC-525 pode operar em Redes Rádio de Combate (CNR), Redes Rádio Digitais (PRN), Acesso Rádio através de Canal Selectivo (SCRA) ou PAR utilizando para o efeito as versões "*manpack*", montagem veicular ou fixa.

Das principais características do Rádio Táctico HF/VHF/UHF P/PRC-525 apresentadas no Anexo A, salientamos o "salto em frequência" (*Hopping*) para minimizar os efeitos nocivos da Guerra Electrónica do adversário, e a implementação de um algoritmo de cifra seguro para as comunicações de voz e dados. Entre as últimas melhorias disponíveis neste equipamento, contam-se as seguintes:

- *Voice Priority over Data* permite ter no mesmo canal duas formas de onda, uma de voz e outra de dados; normalmente, a rede funciona em dados, mas quando há necessidade de uma intervenção em voz, esta é prioritária e cessa a anterior. Logo que o serviço de voz cesse, retoma-se automaticamente o serviço de dados;
- O número de canais pré-programados aumentou de 100 para 400, permitindo maior flexibilidade no planeamento de operações longa;
- A consola do E/R, por ser destacável com extensão remota de voz e dados, através de dois pares de cabo telefónico de campanha WD1TT, permite que o utilizador continue a aceder aos serviços fora da viatura onde o equipamento está instalado;
- Um alimentador 220VAC para 24VDC para alimentação dos jeeps de comunicações quando estão estacionados em locais onde não haja rede eléctrica ou gerador, permitindo a alimentação de PCs portáteis instalados na viatura.

(EID, 2004)

Fig. 4 – Sistema de intercomunicação das Un CC.

Salienta-se que, actualmente, o consorcio EID/ Rohde Schwarz, continua a realizar desenvolvimentos diversos no E/R P/PRC-525 para o adaptar às novas funcionalidades exigidas pelo Exército Português, prevendo-se a sua conclusão até 2009. Entre as novas funcionalidades para o P/PRC-525 destacamos as seguintes:

- Melhorias no Programa MAIL525, que permite a troca de mensagem do tipo correio electrónico entre utilizadores moveis (rádios e PDA) e utilizadores fixo;
- Novo módulo de hardware interno (*Radio Controller* RC6), com uma maior capacidade de processamento e memória, permitindo suportar os futuros *upgrades*.
- *Embedded IP* (MIL-STD 188-220C), permitindo-lhe funcionar em plataforma IP;
- *VoIP*[19] no E/R funcionando como um *gateway* entre um telefone IP e *link* rádio;

O "*core business*" deste rádio é o software; por isso, logo que estejam disponíveis novas versões, pode fazer-se o *upgrade* do sistema sem grandes custos adicionais.

b. Comunicações e Sistemas de Informação das Unidades de Carros

As configurações de comunicações específicas a instalar futuramente nas unidades de CC e nas unidades mecanizadas, estão a ser, actualmente, objecto de análise detalhada no contexto do projecto SIC-T. No entanto, este tipo de utilizadores inclui-se no subsistema SUM, cujos equipamentos centrais são os E/R da família 525. Nas unidades de CC e mecanizados, à semelhança do que existe actualmente, o sistema de intercomunicação constituirá o "*cordão umbilical*" das tripulações dos CC ao SIC-T (Fig. 4). É, portanto, através do sistema de intercomunicação que os utilizadores têm aos serviços de voz, dados, imagem, às Aplicações Operacionais do SICCE, entre outras facilidades. O acesso dos utilizadores às várias redes de comunicações é obtido, essencialmente, através do PRC 525 (PAR[20]), mas, podem também ter acesso às redes telefónicas através de comutadores digitais e futuramente, terão acesso Internet Táctica.

Numa primeira fase, poderemos ter duas configurações diferenciadas,

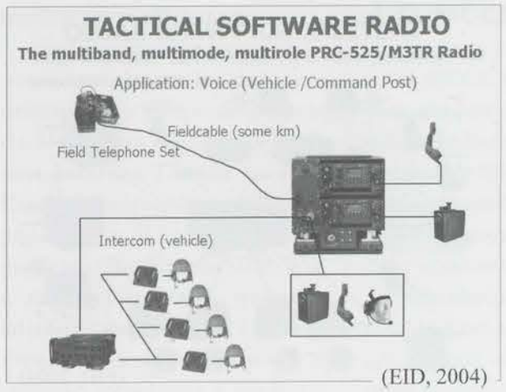


Fig. 5 – Comunicação por Voz entre as Un CC.

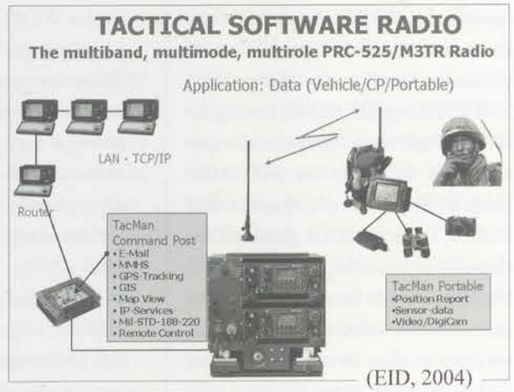


Fig. 6 – Comunicação de Dados.

uma para voz e a outra para transmissão de dados. No caso específico da voz, o Comandante de Pelotão de CC, por exemplo, interliga-se às suas Secções através do intercomunicador, podendo operar directamente a partir da sua viatura ou remotamente, utilizando para o efeito uma consola destacável interligada ao rádio da viatura por cabo de campanha (Fig. 5).

Na nossa opinião, na implementação do SC-T, devemos ter em consideração a reutilização de equipamentos digitais já ao dispor do Exército, tais como: os telefones P/BLC-101A, Central Digital PCD-132, entre outros, permitindo assim uma evidente redução nos custo de implementação do sistema.

A comunicação de dados é bastante mais exigente do ponto de vista da qualidade do sinal disponível. Também aqui o PRC-525 joga um papel fundamental permitindo aos utilizadores móveis o acesso a redes de dados, às Aplicações Operacionais do SICCE, ao MMHS e à Internet Táctica (Fig. 6), numa primeira fase utilizando um modem externo e, no futuro, um modem *embedded* ao rádio. O SIC-T permite o acesso às redes de dados tanto os utilizadores em viaturas, utilizando montagens veiculares, como os utilizadores das versões "*man pack*".

Como foi dito anteriormente, o PRC-525 dispõe de várias versões, constituindo este aspecto uma enorme vantagem face ao passado[21], pois a duplicação de meios é evitada e os problemas de interoperabilidade minimizados. Assim, se estivermos a trabalhar numa unidade de reconhecimento numa operação retrógrada, pode utilizar-se a versão HF/VHF do PRC-525, enquanto que uma unidade de CC operará certamente com equipamentos VHF ou VHF/UHF, pois as distâncias para ligação ao escalão superior serão substancialmente menores.

6. CONCLUSÕES

Nos exércitos dos países industrializados os seus sistemas de comunicações servem de suporte para os diversos tipos de serviços, nomeadamente, voz, dados e imagem, permitindo aos comandantes, aos vários escalões, compreender o *situation awareness* com vista à criação de uma visão operacional comum do campo de batalha. Para obter este desiderato, os países devem dispor de bons sistemas de comunicações.

Uma das vulnerabilidades do SFN, é o seu sistema de comunicações, pois, devido á concepção analógica da maioria dos seus equipamentos, não admite a inserção das novas tecnologias emergentes, podendo causar alguns constrangimentos de interoperabilidade com sistemas dos outros ramos e dos países aliados, no entanto, esta situação está em vias de ser solucionada. A implementação do projecto SIC-T irá dotar as unidades do SFN de um sistema para troca de informação assente num moderno sistema de comunicações, permitindo um incrementar decisivo no seu desempenho no moderno campo de batalha. Onde o PRC-525 constitui o principal factor crítico de sucesso, sendo ao elemento base do SUM, entre os quais se incluem as unidades de Cavalaria.

Num futuro próximo, a introdução da tecnologia IP vai revolucionar o modo como a INFORMAÇÃO é encaminhada através do campo de batalha; cada utilizador terá acesso à informação que pretende, quando, onde e com o detalhe desejado.

Anexo A - RÁDIO TÁCTICO HF/VHF/UHF P/PRC-525

1. ESPECIFICAÇÕES			
Frequência de Operação	**HF/VHF**	**Tx**	1,5 a 108 MHz
		Rx	1,5 a 512 MHz
	VHF/UHF	**Tx**	1,5 a 29,9999 MHz c/ 1mW @ 50W
			25 a 511,9999 MHz
		Rx	1,5 a 512 MHz
Espaçamento de Canal	5KHz; 6.25KHz; 8.33KHz; 12.5KHz; 25KHz		
Canais Pré-programados	100 (10 seleccionáveis através de comutador)		
Modulação	A1A (CW); A3E (AM); J3E (USB, LSB); F3E (FM); F1D		
Modo de Operação	Frequência Fixa (FF)		
	Frequência Fixa Digital (DFF)		
	Salto de Frequência (FH)		
Sintonia de Antena	**HF**	Interna, automática para antena whip, filar e dipolo de banda larga	
		Sintonia Silenciosa em 256 canais	
	VHF/UHF	C/ Adaptadores externos p/ antena VHF e UHF	
TESTE (IBIT)	"Automatic Power up Built in Test" - PBIT		
	Bit com Inicialização Manual - IBIT		
	Monitorização Contínua - CBIT		

2 ESPECIFICAÇÕES EM MODO EMISSÃO		
Potência de Saída RF	**HF**	1mW (típico)
		0.5 (± 3dB), 1, 2 (± 2dB), 5, 10 e 20 W (± 1dB)
		FM (média), AM (PEP), SSB (PEP)
	VHF/UHF	1mW (típico)
		0,5 (±3dB), 1, 2 (±2dB), 5, e 10 W (±1dB)
		FM (média), AM (PEP), SSB PEP
Protecções	VSWR, temperatura, corrente, curto-circuito e circuito aberto	

3 ESPECIFICAÇÕES EM MODO RECEPÇÃO		
Sensibilidade	**HF**	SSB: -115 dBm para 10 dB SINAD c/ filtro CCITT (LB 2.4 KHz)
		FM: £ -109 dBm c/ 10 dB SINAD c/ filtro CCITT (LB 12,5kHz)
		AM: £ -108 dBm com (10 dB SINAD, LB = 6 KHz, 70% índice de modulação) com filtro CCITT
		VHF-SSB: £-115dBm p 10dB SINAD e filtro CCITT (LB 2,4KHz)
		FM: £ -115 dBm com 10 dB SINAD c/ filtro CCITT (LB 25KHz)
		AM: £ -110 dBm com (10 dB SINAD, LB = 6 KHz, 70% índice de modulação) com filtro CCITT
	UHF	SSB: £ -115 dBm p/ 10 dB SINAD c/ filtro CCITT (LB 2.4 KHz),
		FM: £ -112 dBm com 10 dB SINAD c/ filtro CCITT (LB 25 KHz)
		AM: £ -109 dBm com (10 dB SINAD, LB = 6 KHz, 70% índice de modulação) com filtro CCITT
Squelch	Tom 150Hz, CTCSS e RSSI (Radio Signal Strength Indication) seleccionáveis no painel frontal (ON/OFF).	

4 ALIMENTAÇÃO			
Tensão de Entrada	14 V a 33 VDC, negativo à massa, operável		
	19 a 33 VDC, negativo à massa cumprindo todos as especificações		
Baterias	Lithium Ion		
Consumo	**HF**	**Tx = 20 W**	< 6A @ 19 VDC
			< 5,5A 2 24 VDC
		Rx	< 580 mA
	HF/VHF/UHF	**Tx (FM) = 10 W**	< 2,5A
		Rx	< 520 mA

5 DIMENSÕES E PESO	
Dimensões (LargxAltxProf)	199 x 74 x 309 mm (com bateria)
Peso	£ 5,5 Kg (com bateria)

NOTAS:

1 2º Comandante do Regimento de Transmissões e membro do Centro de Investigação da Academia Militar.

2 **SICCE** - Sistema de Informação para o Comando e Controlo do Exército.

3 Sistema Táctico de Comunicações.

4 **VI**sualização **GR**áfica do **ES**tudo do Terreno **(2D e 3D)** para apoio ao planeamento e acções de Estado Maior, Simulação e realização de Exercícios - CAX (*Computer Assisted Exercise*).

5 Sistema de Informação e Comunicações Tácticas.

6 Operações de Não Guerra (CRO – *Crisis Response Operations*) (mais prováveis) ou Operações de Guerra Convencional (menos prováveis).

7 *Military Message Handling System.*

8 Sistema Integrado de Telecomunicações do Exército Português.

9 Sistema de Comunicações do EMGFA, permite a interligação aos ramos.

10 A atribuição de serviços aos utilizadores da rede táctica é feita com base na classificação e categoria de informação a transmitir.

11 Define os direitos de acesso à informação.

12 Permite o registo de todos os eventos de segurança para uma posterior análise dos acessos não autorizados.

13 *Local Area Network* - é uma rede de computadores local.

14 Nós de Extensão Rádio.

15 Responsável pelo desenvolvimento das várias aplicações militares que constituem o projecto.

16 Responsável pelo desenvolvimento de réplicas das bases de dados do projecto que permitam a sua interoperabilidade com os sistemas congéneres dos países aliados.

17 Decorreu na Holanda, com a participação de 12 sistemas diferentes de 11 nações aliadas; o SICCE foi escolhido para simular o PC de um Corpo de Exército, jogando o papel principal, no topo da ORBAT.

18 Sistema de Informação dos Baixos Escalões – Táctico. O escalão Batalhão será a charneira entre este sistema e o SICCE; é a nível que a informação é filtrada e apenas a informação relevante para os altos escalões será replicada para o SICCE.

19 Voz sobre IP, tecnologia já utilizada para fazer chamadas telefónicas sobre a plataforma da Internet.

20 Ponto de Acesso Rádio - terá a capacidade para comutar chamadas entre os subscritores locais.

21 Onde havia necessidade de ter vários modelos de rádios consoante a faixa de frequência de trabalho onde nos encontrávamos, por exemplo em VHF utilizava-se o "*velhinho*" PRC-425, para HF o PRC-301 e o FRC-350 THOMSON, e para UHF o FM-200.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AAVV, (1997), Requisitos Operacionais do Sistema Táctico de Comunicações Ano 2000, EME, 24 de Fevereiro de 1997.
- AAVV, (1995), TACOMS POST-2000 PHASE 2 FINAL REPORT, Project Group on Tactical Communications Systems for the Land Combat Zone - Post 2000, Tri-Service Group on Communications and Electronics, NATO, January 1995.
- DST, (2003), Projecto SIC Táctico: SITACO, SICCE, Grupo de Projecto, Maio de 2003.
- MELO, Cor Tm Pedro (2005), SICCE - Perspectivas de Futuro, Revista Mensagem da EPT, 24 de Março de 2005, pág. 16 a 15.
- MELO, Cor Tm Pedro (2005), Ponto de Situação do SICCE e Perspectivas de Evolução, Jornadas Técnicas de Transmissões, Porto, 21 e 22 de Março de 2005.
- SILVA, Maj Tm Marques (2005), Comunicações Tácticas Interoperabilidade entre Nações, Revista Mensagem da EPT, 24 de Março de 2005, pág. 16 a 19.
- SILVA, Maj Tm Marques (2005), Ponto de Situação na Implementação do SIC-T, Jornadas Técnicas de Transmissões, Porto, 21 e 22 de Março de 2005.

Autometralhadoras, Carros de Combate e outros blindados:

60 anos ao serviço da Escola Prática de Cavalaria (1943-2003)

INTRODUÇÃO

Aquartelada em Torres Novas no longínquo ano de 1943, numa época conturbada pela Segunda Guerra Mundial que já se arrastava no seu quarto ano na Europa, a Escola Prática de Cavalaria recebeu pela primeira vez na sua história um novo tipo de viaturas automóveis que, sendo as primeiras do seu género a serem recebidas pela Arma de Cavalaria do Exército Metropolitano, modificaram a organização da Escola, bem como a vida militar de muitos dos oficiais, sargentos e praças que nela prestavam serviço, e de todas as gerações que ao longo de décadas iriam passar pela Escola Prática de Cavalaria. Muitos dos militares que as viram chegar certamente pensaram e sentiram-se até entusiasmados por finalmente terem a oportunidade de utilizarem um tipo de viaturas que até então apenas conheciam de fotografias e desenhos divulgados pelas propagandas de guerra inglesa e alemã que então circulavam em Portugal.

A utilização de viaturas blindadas era já uma velha aspiração da Escola Prática de Cavalaria e estava prevista desde 1937 aquando da publicação do Decreto-Lei nº 28:401 de 31 de Dezembro de 1937[1], que previa a constituição de um "*Esquadrão Automóvel*"[2] dotado de um "*Pelotão de A.M.D*"[3]. e de um "*Pelotão de A.M.C*"[4]. Desde meados dos anos trinta que o Sr. Capitão Jaime Trancoso Leote do Rêgo era o oficial instrutor de Motorização da Escola[5], pois tinha sido um dos oficiais de Cavalaria a especializar-se em Autometralhadoras, num estágio realizado em França, numa unidade do Exército Francês, no ano de 1926[6]. A instrução de Motorização era ministrada na Escola Prática de Cavalaria em antigas viaturas automóveis remanescentes do Corpo Expedicionário Português que tinham vindo de França já com bastante uso.

Devido à inexistência de Autome-tralhadoras para se utilizarem nessa instrução, eram as viaturas automóveis da Escola utilizadas para simulações de como seriam utilizadas as Autometralhadoras. No entanto esta actividade ficou mais facilitada com a atribuição à Escola Prática de Cavalaria de três Viaturas de Transporte de Pessoal *Tempo G1200* tp3 4x4 m/1939[7], as quais eram viaturas de tracção às quatro rodas e que permitiram o incremento da instrução.

Com o eclodir da Segunda Guerra Mundial na Europa, houve a necessidade de se manterem as unidades do Exército com um melhor nível de prontidão, bem como de uma organização mais moderna, adaptada aos novos desafios que se poderiam deparar ao Exército Português. Desta forma, a Escola Prática de Cavalaria adoptou a organização que lhe estava prevista no Decreto-Lei nº 28:401. Em 30 de Setembro de 1939[8], sob o comando do Sr. Coronel Carlos Maria Ramires a Escola adoptou a seguinte organização[9]:

COMANDO E ESTADO MAIOR

1º GRUPO

- Comandante: Cap. Mário Rafael da Cunha.

- **1º Esquadrão (a Cavalo)**
- Comandante: Cap. Luiz Valentim Deslandes.
- **2º Esquadrão (Esquadrão de Metralhadoras e Engenhos)**
- Comandante: Cap. Amadeu de Santo André Pereira.

2º GRUPO

- Comandante: Cap. Mário Rodolfo Revisioni Ramires.

- **3º Esquadrão (Especialistas)**
- Comandante: Cap. Manuel Ferreira Peixôto da Silva.
- **4º Esquadrão (Automóvel)**
- Comandante: Cap. Jaime Trancoso Leote do Rêgo.

Formação de Comando

– Comandante: Ten. António Joaquim Ferreira Durão.

Depósito de Material de Guerra
Depósito de Material de Aquartelamento

Com esta organização deram continuidade a exercícios de campanha para instrução em que tomaram parte o 4º Esquadrão Automóvel com um Pelotão de Autometralhadoras representadas por viaturas civis de aluguer[10], aliás uma prática já utilizada em exercícios em anos anteriores. As viaturas *Tempo G1200* também foram utilizadas nestes exercícios onde as suas características todo o terreno ajudaram em muito nas diversas missões que teria um Esquadrão dotado de Autometralhadoras. A motorização da Escola continuou durante o ano de 1940, com a recepção de mais uma viatura *Tempo G1200* e de mais viaturas ligeiras e pesadas[11], que foram colocadas no 4º Esquadrão, para onde também foram transferidas todas as viaturas automóveis e motas já existentes na Escola[12]. Durante o ano de 1941 chegaram mais viaturas automóveis[13], entre as quais diversos camiões em quantidades razoáveis com os quais se deu continuidade à motorização da Escola, que também foram atribuídos ao 4º Esquadrão. No entanto ainda nada de blindados...

OS PRIMEIROS BLINDADOS DA ESCOLA PRÁTICA DE CAVALARIA CHEGAM A TORRES NOVAS

A chegada de mais viaturas automóveis processou-se durante o ano de 1942 e no início de 1943. As quantidades recebidas aumentaram, com a recepção de quarenta e três motos simples *Zundapp* e *BMW* com carro lateral[14], adquiridas na Alemanha. Finalmente, em 7 de Abril de 1943 o Comando da Escola recebeu ordem do Comando da 2ª Região Militar para enviar pessoal para Lisboa, para se apresentarem no Regimento de Cavalaria nº 7 em Belém, afim de "(...)***receberem instrução de condução auto com viaturas "Bremen" e seguidamente conduzir para esta Escola o mesmo material, o Capitão Amílcar Hermínio Rosas que levou sob o seu Comando e para o mesmo fim o seguinte pessoal***:(...)[15] ". As referidas viaturas "Bremen" eram na realidade Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal *"Bren" Universal Carrier* 1,5 ton. m/1942. Eram dotadas de sistema de tracção por lagartas e foram recebidas de Inglaterra em 1942. As quantidades recebidas permitiram a sua distribuição por diversas unidades das Armas de Cavalaria e Infantaria. No dia 20 de Abril de 1943 chegaram a Torres Novas cinco Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal *"Bren" Universal Carrier* 1,5 ton. m/1942[16], conduzidas pelo pessoal que regressou do Regimento de Cavalaria nº 7, onde recebeu instrução de condução das mesmas. Foram recebidas as viaturas com as matrículas nº MG-3749, MG-3751, MG-3755, MG-3760 e MG-3772[17]. Foram estas as primeiras viaturas blindadas da Escola Prática de Cavalaria.

Fotografia nº 1 – Uma Viatura de Transporte de Pessoal Tempo G1200 no início dos anos quarenta. Apesar de não serem viaturas blindadas, foram utilizadas para treino substituindo as viaturas blindadas que então ainda não existiam na Escola.(Colecção Luís Costa).

A motorização da Escola continuou durante o ano de 1943, com a recepção de mais viaturas automóveis e motas. Destas últimas foram recebidas grandes quantidades das mesmas marcas recebidas no início do ano, também atribuídas ao 4º Esquadrão[18]. Entretanto, em Setembro de 1943 iniciou-se um curso de instrução de condução de Viaturas Blindadas "*Bren*" na Escola, o primeiro que ocorreu na Escola para pessoal de outras unidades da Arma de Cavalaria, cujas unidades também estavam para receberem estas viaturas blindadas. Este pessoal apresentou-se na Escola nos primeiros dias de Setembro e o curso terminou em 15 do mesmo mês, o qual foi frequentado por dezanove cabos e soldados dos Regimentos de Cavalaria nº 1, 2, 4, 5, 6, 7 e 8[19].

A grande quantidade de viaturas e armamento recebido durante os anos de 1941, 1942 e 1943 levaram a alterações nas orgânicas das unidades, em especial nas unidades da Arma de Cavalaria. Em 2 de Agosto de 1943 o Ministério da Guerra determinou novo quadro orgânico para a Escola Prática de Cavalaria[20], em virtude do muito material recebido. A Escola passou a ter um "*Grupo de Esquadrões Motorizado*" constituído

Sr LUÍS COSTA
Investigador.

por:
- Comando.
- Esquadrão Moto
- Esquadrão de Metralhadoras e Engenhos (em viaturas blindadas T.T.[21]).
- Esquadrão de Carros de Combate.

Estas alterações foram sendo introduzidas na orgânica da Escola durante os últimos meses de 1943. As viaturas automóveis e motas então existentes foram redistribuídas entre o Comando e os diversos Esquadrões, ficando então a maior parte alojadas em instalações da Escola, no Entroncamento[22]. As cinco Viaturas Blindadas "*Bren*" foram transferidas para o Esquadrão de Metralhadoras e Engenhos[23] e em 22 de Outubro foram recebidas mais seis Viaturas Blindadas "*Bren*"[24]. Para os dois primeiros Esquadrões já a Escola dispunha de material no 4º Esquadrão, mas para o Esquadrão de Carros de Combate ainda não se tinham recebido carros de combate. No entanto, em conformidade com esta nova organização, no início de Agosto de 1943 foram enviados seis oficiais para o primeiro Curso de Carros de Combate que teve lugar no Batalhão de Carros nº 1[25], na Amadora, com o objectivo de preparar oficiais de Infantaria e de Cavalaria para a utilização dos novos

Fotografia nº 2 – Uma Viatura Blindada de Transporte de Pessoal "Bren" Universal Carrier da Escola Prática de Cavalaria, em finais dos anos quarenta. À sua frente está o Sr. Alferes Silva Tavares.(Colecção Luís Costa, via Coronel Silva Tavares).

Carros de Combate *Valentine MkII* recentemente recebidos de Inglaterra. Os oficiais da Escola Prática de Cavalaria que frequentaram este curso foram:
- Major Mário Guimarães Palla.
- Capitão Amadeu de Santo André Pereira.
- Capitão Jorge da Silva Oliveira Travassos Lopes.
- Capitão José Maria Guedes Cabral de Campos.
- Alferes João Cecílio Gonçalves.
- Alferes Armando Milheiro Sampaio.

Este curso decorreu até 9 de Outubro do mesmo ano, tendo estes oficiais regressado à Escola a 11 de Outubro[26]. Após este primeiro curso, foi feito um segundo Curso de Carros de Combate no Batalhão de Carros nº 1, desta vez para Sargentos e Cabos. Da Escola Prática de Cavalaria seguiram para a Amadora no dia 14 de Novembro de 1943, três Segundos Sargentos e três Primeiros Cabos para este curso[27] que terminou em 31 de Dezembro de 1943[28]. Os Sargentos e Cabos que o frequentaram foram:
- 2º Sargento Eugénio de Almeida Estudante.
- 2º Sargento Manuel Tomaz.
- 2º Sargento Adelino Castelo Valente.
- 1º Cabo José Cartaria Vieira.
- 1º Cabo Augusto da Conceição Gomes.
- 1º Cabo José Antunes Abegão.

Em 22 de Janeiro de 1944 a Escola Prática de Cavalaria adoptou finalmente a organização preconizada na Portaria nº 10461[29], com excepção para o Esquadrão de Carros de Combate que por falta de material não se organizou. Foram organizados os seguintes Es-

Fotografia nº 3 – Autometralhadora Humber MkIV da E.P.C. a ser utilizada por Cadetes da Escola do Exército, durante os Exercícios Finais da Escola do Exército em 1949.(Colecção Luís Costa).

quadrões:

Esquadrão de Especialidades.
- Comandante: Capitão Jorge da Silva O.Travassos Lopes.

1º Esquadrão a Cavalo.
- Comandante: Capitão Joaquim Rodrigues Gomes Júnior.

2º Esquadrão a Cavalo.
- Comandante: Capitão Eduardo Rodrigues de Almeida Dias.

Esquadrão de Metralhadoras e Engenhos.
- Comandante: Capitão Amadeu de Santo André Pereira.

Esquadrão Moto.
- Comandante: Capitão Amílcar Hermínio Rosas.

Formação do Comando.
- Comandante: Capitão José M.Guedes Cabral de Campos.

Apesar de estar prevista a formação de um Esquadrão de Carros de Combate na Escola, para a sua dotação foram recebidas Autometralhadoras *Humber MkIV*, em vez de carros de combate. No dia 3 de Fevereiro de 1944 o Sr. Capitão Amadeu de Santo André Pereira com um 2º Sargento e três Soldados do Esquadrão de Metralhadoras e Engenhos deslocou-se a Lisboa, para receberem três Autometralhadoras *Humber MkIV*[30], na Fábrica de Material de Braço de Prata, também recebidas de Inglaterra em 1943. Durante os meses de Fevereiro e Março o Sr.

Alferes João Ceçilio Gonçalves deslocou-se por três vezes a Lisboa com pessoal, onde foram receber mais Autometralhadoras na Fábrica de Material de Braço de Prata[31]. Com a chegada destas viaturas blindadas foi finalmente organizado em 12 de Abril o Esquadrão de Carros de Combate[32], o qual ficou sob o comando do Sr. Capitão Mário de Campos Costa, tendo como subalternos os Srs. Alferes João Cecílio Gonçalves e Alfredo Ordaz Mangas. Poucos dias depois este Esquadrão passou a ser designado como Esquadrão Blindado[33], certamente por causa do tipo das viaturas blindadas recebidas para o equiparem. O Esquadrão Blindado ficou então equipado com quinze Viaturas Blindadas de Reconhecimento *Humber MkIV* 7-8 ton. 3,7 cm 4x4 m/1943 e o Comando do Grupo de Esquadrões Motorizados com uma[34]. Este Grupo de Esquadrões Motorizados ficou instalado desde 15 de Maio de 1944 no Entroncamento[35], onde existiam instalações adaptadas à grande quantidade de viaturas existentes no Grupo. Uma das primeiras missões a que estas Autometralhadoras foram submetidas foi a participação num imponente desfile militar realizado no dia 13 de Agosto de 1944 em Lisboa, na Avenida da Liberdade, onde o Esquadrão Blindado desfilou pela primeira vez perante altas individualidades do Estado[36].

Entre Novembro de 1944 e Fevereiro de 1945 decorreu o primeiro Curso de Autometralhadoras da E.P.C., para pessoal das unidades da Arma de Cavalaria[37], o qual foi frequentado por três oficiais da Escola[38], os Srs. Capitão Joaquim R. Gomes Junior, Tenente Joaquim Gomes Matias e Alferes Mário Lima. No final de Agosto decorreu também um Curso de Mecâni-

Fotografia nº 4 – A Autometralhadora Humber MkIV nº MG-40-36 da E.P.C., durante os exercícios realizados pela Escola do Exército no Campo Militar de Santa Margarida, em 1953.(Colecção Luís Costa, via General Lobo da Costa).

cos de Carros de Combate e Autometralhadoras na Fábrica de Material de Guerra de Braço de Prata, em Lisboa, o qual foi frequentado por um 1º Sargento da Escola Prática de Cavalaria[39].

Em finais de 1945 o Grupo de Esquadrões Motorizado participou em manobras, tendo sido utilizadas as viaturas blindadas do Grupo. Durante os anos de 1946 e 1947 as actividades do Grupo Esquadrões Motorizado manteve-se intensa, tendo-se recebido mais material para equipar o Esquadrão Moto, que recebeu mais motos durante o ano de 1947[40].

Em 24 de Outubro de 1947 foi publicada a Portaria nº 12087 do Ministério da Guerra[41], na qual foi alterada a organização da Escola Prática de Cavalaria. O Grupo de Esquadrões Motorizado sofreu alterações, inclusivamente na designação que passou a ser de "*Grupo de Esquadrões Blindado*", passando a ser constituido por[42]:
- **Comando.**
- **Esquadrão de Autometralhadoras.**
- **Esquadrão de Carros de Combate.**

CHEGAM OS PRIMEIROS CARROS DE COMBATE PARA A ESCOLA

Com as alterações provocadas nas unidades de Cavalaria pela Portaria nº 12087, a Escola Prática de Cavalaria recebeu em 6 de Fevereiro de 1948 mais uma Autometralhadora *Humber MkIV*, proveniente do Regimento de Cavalaria nº 4 de Santarém[43], e em 19 de Fevereiro recebeu seis Carros de Combate *Valentine Mk II* 16 ton. 4 cm m/1943 provenientes do Regimento de Cavalaria nº 3 de Estremoz[44]. Foram os primeiros carros de combate da Escola Prática de Cavalaria.

Como tinha chegado recentemente a Portugal outro tipo de carro de combate, o *Centaur Mk I*[45], a Escola Prática de Cavalaria também foi designada para receber este tipo de carro de combate. Desta forma, houve necessidade de se enviar pessoal da Escola para frequentar um Estágio de Carros de Combate "*CENTAURO*", realizado no Regimento de Cavalaria nº 7 em Lisboa, o qual teve início em 23 de Fevereiro de 1948, e decorreu até 21 de Março[46]. Foram envia-

Fotografia nº 5 – Carros de Combate Valentine Mk II da E.P.C. durante a instrução da recruta de 1954. À sua frente estão dois elementos da guarnição destes carros, entre os quais o Soldado Manuel Faria.(Colecção Luís Costa, via Capitão Faria).

dos para este estágio o Sr. Tenente José Luiz de Pinho Canelhas, o Sr. Alferes José Joaquim de Almeida Santos e os Srs. Segundos Sargentos Victor Antunes Correia e Fernando Augusto de Morais[47]. Segundo a nova organização da Escola, o Esquadrão de Autometralhadoras passou a ser comandado pelo Sr. Capitão Tavares e o Esquadrão de Carros de Combate ficou sob o comando do Sr. Tenente Canelhas[48].

Curiosamente, tal como aconteceu com as Autometralhadoras *Humber Mk IV* quando chegaram à Escola, também os Carros de Combate *Valentine Mk II* foram enviados em 6 de Março de 1948 para participarem num desfile militar que ocorreu no dia 7 de Março em Tomar, sede do Quartel General da 3ª Região Militar[49]. Neste desfile participou o Grupo de Esquadrões a Cavalo e o Grupo de Esquadrões Blindado, no qual estava integrado um Pelotão de Carros de Combate comandado pelo Sr. Alferes Paixão Ribeiro.

Terminado o Estágio de Carros de Combate "*CENTAURO*" estava a Escola em condições de receber os seus primeiros Carros de Combate *Centaur Mk I* 27 ton. 5,7 cm m/1946. No dia 24 de Junho o Sr. Capitão José Luiz de Pinho Canelhas seguiu para Lisboa para receber quatro Carros de Combate *Centaur Mk I* no Regimento de Cavalaria nº 7. Foram recebidos os Carros de Combate *Centaur Mk I* com as matrículas MG-5521, MG-5522, MG-5535 e MG-5544, recebidos no dia 28 de Junho[50]. Para receberem mais dois Carros de Combate *Centaur Mk I*, deslocaram-se à Fábrica Militar de Braço de Prata no dia 7 de Outubro, o Sr. Alferes José Joaquim de Almeida Santos e o Sr. 2º Sargento Fernando Augusto de Morais[51]. Com estes últimos carros de combate, o Esquadrão de Carros de Combate ficou equipado com seis Carros de Combate *Valentine Mk II* e seis Carros de Combate *Centaur Mk I*, que eram nesta época os modelos de carros de combate que equipavam a Arma de Cavalaria.

Entre 1949 e 1951 realizaram-se alguns exercícios de instrução nos quais foram utilizadas algumas das Autometralhadoras *Humber Mk IV*, Carros de Combate *Valentine Mk II*, Carros de Combate *Centaur Mk I* e também Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal *"Bren"*. Foram também ministrados estágios de autometralhadoras a oficiais destacados para o Estado da Índia, que na Escola se adaptaram às Autometralhadoras *Humber Mk IV*, iguais às que foram posteriormente encontrar na Índia[52]. Entretanto, no Esquadrão de Carros de Combate os *Centaur* iam dando algumas preocupações a nível da sua manutenção. Em Junho de 1951 foram reparados no Esquadrão dois Carros de Combate *Centaur Mk I*, o que levou o Comando da Escola a emitir um louvor à acção do pessoal do Esquadrão de Carros de Combate, no seguinte teor:

> ***"Que tendo o pessoal do Esquadrão de Carros de Combate conseguido recuperar e pôr em estado de funcionamento dois Carros de Combate "Centaur" que necessitavam de grandes beneficiações, louvo o seu Comandante, oficiais, sargentos e praças pela grande dedicação, muito interesse e competência e manifesto desejo de bem servir que demonstraram para conseguirem um tão grande êxito."***[53].

Ainda no final de 1951 teve início na Escola Prática de Cavalaria um Curso de Carros de Combate frequentado por pessoal da Escola, do Regimento de Cavalaria nº 3, do Regimento de Cavalaria nº 4 e do Regimento de Cavalaria nº 7[54].

Com a adesão de Portugal à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), foram assumidos compromissos internacionais dentro da esfera desta organização. Para cumprimento destes compromissos, houve necessidade de formar pessoal para utilizarem novos armamentos e viaturas que estavam previstos chegarem a Portugal, fornecidos principalmente pelos Estados Unidos. Diversos oficiais e sargentos foram nomeados para frequentarem cursos nos Estados Unidos, em França e na Alemanha. Do pessoal da Escola foram nomeados para a frequência de cursos os seguintes:

- Em 1951 o Sr. Capitão José Maria Guedes Cabral de Campos frequentou o Curso "*Maintenance Training Tank M-46*", nos E.U.A[55].
- Em 1951 o Sr. Tenente António Octávio Dias Machado e o Sr. 2º Sargento João Gonçalves Rôla frequentaram o Curso "*Communications in Infantary and Armored Units*", na Alemanha[56].
- A 20 de Janeiro de 1952 foi nomeado o Sr. Capitão Edmundo Ladeira Afonso Benades para frequentar um Curso de "*Tank Organization Maintenace M-24*", que decorreu na Alemanha Ocidental[57].
- A 31 de Janeiro o Sr. Capitão Alberto Policarpo Manso e o Sr. Tenente Jesufeth Monteiro de Figueiredo receberam também ordem para frequentarem um Curso de "*Tank Commander*", na Alemanha Ocidental[58].
- Em 17 de Março foram nomeados para um 2º Curso de Carros de Combate M-46, que decorreu em França, os Srs. Tenente Alcínio Pereira da Fonseca Ribeiro, Alferes Rui Pedrosa Curado e 2º Sargento Victor Antunes Correia[59]. Para este curso seguiu também o Sr. Capitão José Maria Guedes Cabral de Campos.

No final de Julho de 1952, os Carros de Combate *Valentine Mk II*, os *Centaur Mk I* e as Autometralhadoras *Humber Mk IV* do Grupo de Esquadrões Blindado da Escola Prática de Cavalaria foram utilizados nas manobras da 1ª Divisão mobilizada pela 2ª Região Militar de Tomar. Para esta Divisão foi mobilizado um Grupo de Carros de Combate, então designado por "*Grupo de Esquadrões de Carros de Combate Nº 1*", sob o comando do Sr. Major Luiz Valentim Deslandes[60].

OS NOVOS CARROS DE COMBATE DA ESCOLA

O ano de 1953 começou com grande actividade de formação de muito pessoal das unidades da Arma de Cavalaria, destinados a utilizarem os novos materiais então a chegarem a Portugal, em especial novos carros de combate de origem norte-americana. Pessoal da Escola participou em meados de Fevereiro em estágios no recém constituído Centro de Instrução de Blindados do Regimento de Cavalaria nº 7, que curiosamente funcionou nas instalações do extinto Batalhão de Carros nº 1, na Amadora, que eram então as instalações do

Fotografia nº 6 – Um dos Carros de Combate Patton M47 do Grupo de Carros de Combate da Escola, no Campo Militar de Santa Margarida, em meados dos anos cinquenta.(Colecção Luís Costa).

Batalhão de Engenhos. Receberam instrução nos novos Carros de Combate *Chaffee M24* e *Patton M47*, dos quais o Centro de Instrução de Blindados já possuía alguns. Pouco tempo depois, foi criado no Campo Militar de Santa Margarida um Centro de Instrução de Blindados da Escola Prática de Cavalaria, para onde seguiu muito do pessoal da Escola bem como de outras unidades. Para equiparem este Centro de Instrução de Blindados, foram recebidos oito Carros de Combate *Patton M47* 44 ton. 9 cm m/1952, os quais foram aumentados à Escola em 30 de Maio de 1953[61]. A actividade deste Centro decorreu durante os meses de Maio e Junho, onde estagiaram muitos militares que foram posteriormente transferidos para o Grupo de Carros de Combate do Regimento de Cavalaria nº 3[62] e para o Esquadrão de Carros de Combate do Regimento de Cavalaria nº 4, também instalados no Campo Militar de Santa Margarida[63].

Entretanto, as viaturas blindadas então existentes na Escola continuavam a serem utilizadas, como foi o caso de algumas Autometralhadoras *Humber Mk IV*[64] que foram enviadas para o Campo Militar de Santa Margarida, para serem utilizadas em exercícios dos cursos da Escola do Exército.

Finalizadas as manobras Divisionárias que se realizaram em Outubro de 1953, os Carros de Combate *Patton M47* que se encontravam no Centro de Instrução de Blindados da Escola foram transferidos para o Regimento de Cavalaria nº 4[65].

Em 1954, a Escola Prática de Cavalaria foi reorganizada, tendo-se transformado o Esquadrão de Autometralhadoras em Esquadrão de Reconhecimento[66], e os Carros de Combate *Valentine Mk II* foram transferidos do Esquadrão de Carros de Combate para o Esquadrão de Reconhecimento[67]. No entanto esta transferência foi breve, tendo estes carros de combate regressado ao Esquadrão de Carros de Combate em Maio do mesmo ano[68], ficando o Esquadrão de Reconhecimento apenas com Autometralhadoras *Humber Mk IV*. Destas, doze foram abatidas à carga da Escola em 1 de Junho desse ano[69]. Nesta reorganização foi também extinto o Esquadrão de Metralhadoras e Engenhos no qual estavam as onze Viaturas Blindadas "*Bren*", que também foram abatidas à carga da Escola em Maio e Junho desse ano[70].

Em Torres Novas o "*Grupo de Esquadrões de Instrução*" da Escola foi reorganizado em Junho de 1954. O 1º Esquadrão de Recrutas ficou sob o comando do Sr. Capitão Duarte Silva e foi ministrada instrução de Atiradores, Exploradores, Condutores de Carros de Combate Ligeiros, Serventes de Carros de Combate Ligeiros e Estafetas Moto. O 2º Esquadrão de Recrutas sob o comando do Sr. Capitão Paixão Ribeiro teve instrução de Condutores de Carros de Combate Médios, Serventes de Carros de Combate Médios e Mecânicos de Armamento e Torre. O

Fotografia nº 7 – O Carro de Combate Chaffee M24 nº MG-09-14 em 1955. Na torre estão o Tenente Souto Pires e o Tenente Campeão Gouveia.(Colecção Luís Costa, via Coronel Souto Pires).

3º Esquadrão de Recrutas sob o comando do Sr. Capitão Vicente da Silva recebeu instrução das especialidades a cavalo[71]. Em Santa Margarida, no Centro de Instrução de Blindados da Escola os cursos de carros de combate continuaram a serem ministrados com grande intensidade pois iam decorrer novas manobras nesse ano.

Para as manobras de 1954 o encargo de mobilização do Grupo de Carros de Combate da Divisão de Infantaria, que era mobilizada anualmente, recaiu sob a Escola Prática de Cavalaria[72]. No dia 12 de Julho apresentou-se em Santa Margarida o Sr. Capitão Edmundo L. Afonso Benades, acompanhado pelos Srs. Alferes João Isidro Pinto Clara, Luís Alberto Santiago Inocentes e pelo Sr. 2º Sargento Manuel Cerqueira da Silva, constituindo uma Comissão para receberem carros de combate destinados ao Grupo de Carros de Combate que ia ser constituído pela Escola Prática de Cavalaria[73]. Apresentaram-se no Centro Eventual de Revisão de Material, onde estavam a serem reparados e assistidos os Carros de Combate *Patton M47*, os quais, após as manobras do ano anterior, foram sujeitos a grandes revisões.

Para a constituição deste Grupo de Carros de Combate, que passou a ser designado como "*Grupo de Carros de Combate nº2*", em 9 de Julho foi transferido para Santa Margarida o 2º Esquadrão de Recrutas da Escola, sob o Comando do Sr. Capitão Raul Augusto Paixão Ribeiro, levando como oficiais subalternos os Srs. Alferes António Xavier A. C.Pereira Coutinho e António José Pereira Calisto[74]. Dias depois seguiu também o 1º Esquadrão de Recrutas para Santa Margarida[75]. Em 19 de Julho foi nomeado o Sr. Major Amadeu Santo André Pereira para comandar o Grupo de Carros de Combate que ia ser organizado pela Escola Prática de Cavalaria e que ficava destacado no Campo de Instrução Militar de Santa Margarida[76]. Em 27 de Julho segue para o Grupo de Carros de Combate em Santa Margarida o sr. Major Amadeu Santo André Pereira, levando sob o seu comando um contigente constituído por oficiais, sargentos e praças da Escola e de outras unidades[77]. Os oficiais deste contingente eram os seguintes:

- Major António Joaquim Ferreira Durão
- Capitão Francisco José de Morais
- Capitão Alberto Policarpo Manso
- Capitão António Reinato de Almeida Fernandes
- Capitão Joaquim dos Santos Alves Pereira
- Capitão Mário Lima
- Capitão José Luiz Barbosa
- Tenente Pedro Alexandre Gomes Cardoso
- Tenente Arnaldo Eduardo Souto Pires
- Tenente Eduardo Jorge Gomes Picciochi
- Tenente Joaquim Lopes Cavalheiro
- Alferes Roberto Ferreira Durão
- Alferes Ruben Marques de Andrade
- Alferes Eduado Matos Guerra
- Alferes Manuel J.M. Engrácia Antunes
- Alferes Arnaldo da C. Sousa de Almeida

Com todo o material recebido dos Estados Unidos, entre os anos de 1952 a 1954 procedeu-se a novas reorganizações nas unidades do Exército, em especial nas unidades de Cavalaria. Com estas modificações, houve novas transferências de viaturas blindadas. Desta forma, a Escola Prática de Cavalaria recebeu ordem datada de 10 de Agosto de 1954 da Secção de Rearmamento do Estado Maior do Exército, para transferir cinco Carros de Combate *Valentine Mk II* para outras unidades. Foram transferidos dois para o Regimento de Lanceiros nº 1 em Elvas, um para o Regimento de Cavalaria nº 6 no Porto e dois para o Regimento de Cavalaria nº 8 em Castelo Branco[78].

Em Santa Margarida um grupo de cinco Sargentos e oito Cabos frequentou em Setembro de 1954 um "*Estágio de Manutenção e Utilização da Viatura Blindada de Recuperação de Carros de Combate M74*" com as quais o "*Grupo de Carros de Combate nº2*" seria dotado. Este estágio teve lugar no Centro Eventual de Revisão de Material e foi ministrado sob a orientação de um técnico americano[79].

Entretanto, para as manobras que decorreram entre 8 de Setembro e 11 de Outubro, o "*Grupo de Carros de Combate nº2*" foi dotado com grande quantidade de viaturas automóveis e blindadas, com materiais de transmissões e de manutenção que permitiram a sua organização, bem como foi dotado com mais pessoal transferido de outras unidades, que foram utilizados para completarem os Quadros Orgânicos de Mobilização do Grupo. Entre as primeiras viaturas blindadas de origem norte-americana recebidas para equiparem o "*Grupo de Carros de Combate nº2*" estavam sete Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal *White M3A1* 9 ton. Meia Lagarta m/1952, recebidas em 15 de Agosto de 1954, do Regimento de Cavalaria nº 5[80]. No entanto, quatro destas viaturas blindadas estiveram pouco tempo em serviço no Grupo pois no final de Agosto foram transferidas para o Regimento de Cavalaria nº 8[81]. Ainda durante o mês de Agosto foram recebidos cinquenta e sete Carros de Combate *Patton M47* do Regimento de Cavalaria nº5[82], com os quais se equiparam os três Esquadrões de Carros de Combate do Grupo. Os Carros de Combate *Patton M47* então recebidos foram os:

- MG-00-41, MG-00-73, MG-00-92, MG-00-94, MG-01-17, MG-01-40, MG-01-57, MG-01-58, MG-01-72, MG-01-95, MG-01-96, MG-02-07, MG-02-12, MG-02-45, MG-02-53, MG-02-56, MG-02-63, MG-02-66, MG-02-89, MG-02-91, MG-03-21, MG-03-85, MG-03-87, MG-04-00, MG-04-10, MG-04-15, MG-04-17, MG-04-21, MG-04-23, MG-04-24, MG-04-28, MG-04-29, MG-04-34, MG-04-35, MG-04-41, MG-04-54, MG-07-46, MG-77-17, MG-77-18, MG-77-20, MG-77-21, MG-77-22, MG-77-23, MG-77-24, MG-77-25, MG-77-26, MG-77-27, MG-77-28, MG-77-30, MG-77-32, MG-77-33, MG-77-35, MG-77-37[83], MG-00-58, MG-77-31[84], MG-03-48[85] e MG-00-59[86].

Dias depois desta transferência, chegaram ao "*Grupo de Carros de Combate nº2*" mais seis Carros de Combate *Patton M47*, provenientes do Grupo de Companhias de Trem Auto e do Regimento de Cavalaria nº 7[87]. Do Depósito Geral de Material de Guerra foram também recebidos durante o mês de Agosto nove Carros de Combate *Chaffee M24* 18 ton. 7,5 cm m/1952, seis Carros de Combate *Sherman M4A3* 32 ton. 10,5 cm m/1953 e cinco Viaturas Blindadas de Recuperação de Viaturas Blindadas *M74* 42 ton. m/1954[88].

Após as manobras de 1954, no qual tomou parte o "*Grupo de Carros de Combate nº2*", diversos oficiais e sargentos do Grupo foram nomeados em Dezembro do mesmo ano para participarem em estágios no "*Tank Training Center do Exército Americano*" em Wilseck, na Alemanha[89]. Estes estágios iniciaram-se em 8 de Janeiro de 1955 e decorreram durante quatro semanas[90].

Os oficiais e sargentos nomeados para este estágio foram:
a) Oficial de Observação: Major Luís Deslandes
b) Curso de Chefes de Carros de Combate M47:
- Capitão Cecílio Gonçalves
- Capitão Paixão Ribeiro
- Capitão Francisco Morais
- Tenente Lopes Cavalheiro
- Tenente Eduardo Pichiochi
- 2º Sargento Alberto
- 2º Sargento Viana Peixoto
- 2º Sargento Virgílio Carvalho
- Furriel Leonardo de Magalhães

c) Curso de mecânicos de viaturas de lagarta:
- Capitão Francisco Lemos da Silveira
- Sargento Ajudante Sequeira Martins
- Sargento Ajudante José Búzio
- 1º Sargento Pereira Vinagre
- 1º Sargento Ferreira Dias
- 2º Sargento A. Cordeiro Valadas

Em finais de Dezembro de 1954 foram transferidas as restantes cinco Autometralhadoras *Humber Mk IV* do Esquadrão de Reconhecimento, para o Regimento de Lanceiros nº 2 em Lisboa[91], após dez anos ao serviço da Escola

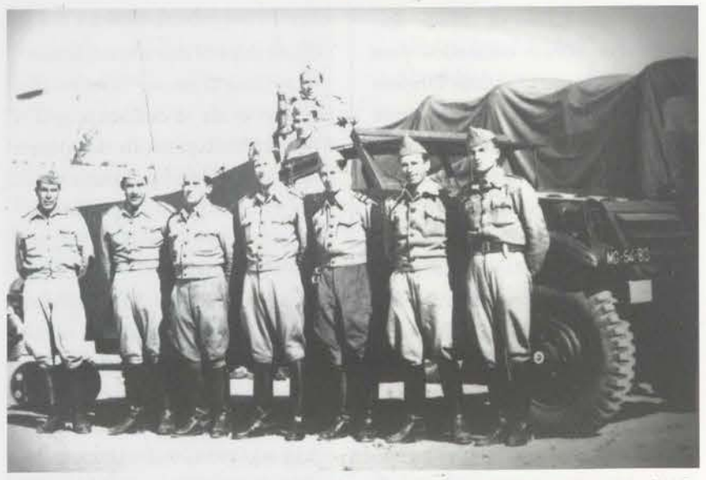
Fotografia nº 8 – Dois Carros de Combate Chaffee M24 no desfile realizado durante a visita a Portugal do Presidente do Brasil, Café Filho, em 1955.(Colecção Luís Costa).

Prática de Cavalaria.

O ano de 1954 terminou com novas alterações nas unidades da Arma de Cavalaria que resultaram em mais encargos para a Escola Prática de Cavalaria. Em 31 de Dezembro o Regimento de Cavalaria nº 4 aquartelado em Santarém foi extinto e as suas instalações passaram a designar-se por "Destacamento da EPC" e por consequência foi integrado na Escola Prática de Cavalaria desde 1 de Janeiro de 1955[92]. Os encargos operacionais da Escola ficaram então bastante avolumados, com quatro núcleos: a sede em Torres Novas, as instalações no Entroncamento, o Grupo de Carros de Combate em Santa Margarida e o Destacamento em Santarém. Muito pessoal e material do extinto Regimento de Cavalaria nº 4 foram então transferidos para a Escola.

As alterações efectuadas na orgânica da Escola levaram à extinção do Esquadrão de Carros de Combate, e os Carros de Combate *Centaur Mk I* foram transferidos no final de Dezembro de 1954 para o Regimento de Cavalaria nº7[93], bem como o último Carro de Combate *Valentine Mk II* que ainda estava na Escola, o qual foi transferido no final de Abril de 1955 para o Regimento de Cavalaria nº6, no Porto[94].

A necessidade de se dar continuidade à formação de mais militares portugueses para guarnecerem as unidades de carros de combate divisionárias, originou o envio de mais grupos de oficiais e sargentos para novos cursos e estágios de formação no "*Tank Training Center*" do Exército dos Estados Unidos da América em Wilseck, na Alemanha.



Fotografia nº 9 – A Viatura Blindada de Transporte de Pessoal White M3A1 4x4 nº MG-54-83, com pessoal da Escola. Ao meio estavam o Sr. Tenente Souto Pires, o Sr. Capitão Leão Correia e o Sr. Tenente Pereira Coutinho, em Março de 1956.(Colecção Luís Costa, via General Pereira Coutinho).

Um novo grupo de oficiais e sargentos da Escola Prática de Cavalaria seguiu para a Alemanha no primeiros dias de Março de 1955 para frequentarem um "*Curso de Chefes de Carros de Combate*"[95]. Seguiram os seguintes oficiais e sargentos:

- Capitão Mário de Lima
- Alferes António José Pereira Calisto
- Alferes José Cândido de Bonnefon de Paula Santos
- 2º Sargento Luís Piedade
- 2º Sargento João de Jesus Rodrigues Cabeças
- Furriel José Cabaço Leitão
- Furriel Manuel Rodrigues Escapa

Com a transferência do material do extinto Regimento de Cavalaria nº 4, a Escola recebeu quinze Viaturas Blindadas *White M3A1* 4x4 5 ton. m/1946 e dois Carros de Combate *Valentine Mk II* 16 ton. 4 cm m/1943, que foram aumentados à carga da Escola Prática de Cavalaria em 23 de Abril de 1955[96]. Pela segunda vez a Escola recebe Carros de Combate *Valentine Mk II*, agora sem o objectivo de dotar alguma das suas subunidades, mas apenas porque foram recebidos da unidade extinta.

No dia 1 de Maio foi nomeada uma comissão constituída pelo Sr. Capitão Joaquim Rodrigues Alho, Sr. Tenente Arnaldo Souto Pires e Sr. Tenente António Xavier Pereira Coutinho para receberem do Grupo de Carros de Combate, no dia 2, em Santa Margarida, sete Carros de Combate *Chaffee M24* transferidos do Grupo para o Esquadrão de Reconhecimento da Escola em Torres Novas[97]. Iniciou-se uma nova fase na organização do Esquadrão de Reconhecimento que passou a contar com carros de combate modernos na sua orgânica. E não foram apenas estes os carros de combate então a serem transferidos para a Escola. No dia 3 de Maio seguiu para Lisboa o Sr. Tenente João Sequeira Marcelino para receber e orientar o embarque e desembarque, em caminhos de ferro, de mais Carros de Combate *Patton M47*[98], destinados à sede. Foram recebidos dois Carros de Combate *Patton M47*[99] e uma Viatura Blindada de Recuperação de

Viaturas Blindadas *M74*, que foram colocados no Destacamento de Santarém[100]. Um terceiro Carro de Combate *Patton M47* foi recebido no mês de Julho seguinte e também foi colocado em Santarém[101].

Na reorganização do Esquadrão de Reconhecimento, foram transferidas quatro Viaturas Blindadas *White M3A1* 4x4 do Destacamento de Santarém para a Escola em Torres Novas[102]. Mas a reorganização da Escola não passou apenas por alterações no Esquadrão de Reconhecimento. O Esquadrão de Atiradores a Cavalo foi extinto e transformado em Esquadrão Anti-Carro[103].

Em Santa Margarida, após dois anos consecutivos de manobras em que os carros de combate foram sujeitos a grande intensidade operacional, em especial os Carros de Combate *Patton M47*, houve necessidade de se procederem a grandes trabalhos de manutenção, incluindo a substituição dos motores de muitos destes carros de combate. No mês de Maio de 1955 foram substituídos vinte e três motores principais em Carros de Combate *Patton M47*, pelas equipas de manutenção do Grupo de Carros de Combate. Este serviço deu lugar a diversos louvores colectivos, entre os quais se destaca a nota nº 3149 da 3ª Repartição do Quartel General da 3ª Região Militar[104], no seguinte teor:

"***Manifeste-se ao pessoal de manutenção do GCC. Div. a satisfação do Comandante da Região pela forma zelosa e dedicada como actuou para no curto prazo de 37 horas de trabalho proceder à substituição de 23 motores principais nos seus CC., o que se torna tanto mais apreciável quanto é certo que o Comandante da Div. não desconhece as dificuldades com que os GCC., lutam, por desfalques no pessoal e falta de material e outros meios de manutenção. O Comandante da Div. continua convencido de que o espírito da Arma e de Corpo, o brio e a perseverança dos seus quadros, conseguirão vencer com brilho a crise que tem atravessado os GCC. Divisionários.***".

Fotografia nº 10 – Uma das Viaturas Blindadas de Recuperação de Viaturas Blindadas M74 do Grupo de Carros de Combate da Escola, no Campo Militar de Santa Margarida, em meados dos anos cinquenta.(Colecção Luís Costa, via Capitão Nogueira Pinto).

No início de Agosto de 1955 foi transferido para o Regimento de Cavalaria nº 5 um dos dois Carros de Combate *Valentine Mk II*[105] que haviam pertencido ao extinto Regimento de Cavalaria nº 4 e que ainda se encontravam na Escola. Em Novembro também houve novas transferências de viaturas blindadas. Foram entregues no Depósito Geral de Material de Guerra três Viaturas Blindadas *White M3A1* 4x4[106] e quatro ao Regimento de Lanceiros nº 2[107].

O ano de 1956 começou com a Escola Prática de Cavalaria a sofrer uma "perda" na sua orgânica: o Grupo de Carros de Combate aquartelado no Campo Militar de Santa Margarida foi transformado numa unidade independente e directamente subordinada ao Comando da 3ª Região Militar. Por Despacho do Subsecretário de Estado do Exército transformou-se no Grupo Divisionário de Carros de Combate[108]. Com esta transformação, o pessoal do Grupo passou a pertencer à nova unidade e todas as viaturas blindadas do Grupo de Carros de Combate foram transferidas para a carga do recém formado Grupo Divisionário de Carros de Combate[109].

No final de Agosto do mesmo ano a Escola Prática de Cavalaria foi reorganizada. A sua nova orgânica passou a ser a seguinte[110]:

Comando
Direcção das Instruções
Grupo de Comando e Serviços
- Comando do Grupo
- Esquadrão de Comando
- Esquadrão de Serviços

Grupo Escolar
- Esquadrão de Reconhecimento
- Esquadrão Anticarro
- Esquadrão de Carros de Combate

Esquadrão de Depósito
(destacado em Santarém)

Após esta remodelação houve nova alteração na Escola Prática de Cavalaria, com a sua transferência de Torres Novas para Santarém, para o Quartel ocupado pelo Destacamento e que era o Quartel do extinto Regimento de Cavalaria nº 4. A transferencia ocorreu entre 5 e 12 de Março de 1957 e a sua instalação oficial naquele Quartel ocorreu a 15 de Março de 1957.

NOTAS:

1 Ordem do Exército nº 12 – 1ª Série de 1937, pág. 823 a 840.

2 Ordem do Exército nº 12 – 1ª Série de 1937, pág. 853.

3 Auto-Metralhadoras de Descoberta, tradução da designação francesa "*Auto-Mitrailleuse de Découverte*".

4 Auto-Metralhadoras Canhões, tradução da designação francesa "*Auto-Mitrailleuse Canon*".

5 Ordem Escolar nº 306 de 2 de Novembro de 1934, da Escola Prática de Cavalaria.

6 "Autometralhadoras-Canhões de Cavalaria", Humberto Buceta Martins, Prof. da Escola Militar, 1930, separata da "Revista Militar", pág. 35.

7 Ordem Escolar nº 187 de 6 de Julho de 1939, da E.P.C. Foram recebidas as viaturas com as matrículas MG-62, MG-63 e MG-64.

8 Trinta dias após o início da Segunda Guerra Mundial, com o início da invasão da Polónia pelas forças alemãs.

9 Ordem Escolar nº 273 de 30 de Setembro de 1939, da E.P.C. De salientar que esta organização é adoptada poucas semanas após a deflagração da Segunda Guerra Mundial, quando já estava decretada a sua adopção desde 31 de Dezembro de 1937.

10 Ordem Escolar nº 351 de 17 de Dezembro de 1939, da E.P.C.

11 Ordens Escolares nº 96 de 5 de Abril de 1940 e nº 147 de 26 de Maio de 1940 da E.P.C.

12 Ordem Escolar nº 147 de 26 de Maio de 1940 da E.P.C.

13 Ordem Escolar nº 62 de 3 de Março de 1941 e Ordem Escolar nº 107 de 17 de Abril de 1941 da E.P.C.

14 Ordem Escolar nº 40 de 9 de Fevereiro de 1943 da E.P.C.

15 Ordem Escolar nº 97 de 7 de Abril de 1943 da E.P.C.

16 Ordem Escolar nº 111 de 21 de Abril de 1943 da E.P.C.

17 Aumentadas à carga pela Ordem Escolar nº 146 de 27 de Maio de 1943. Descriminadas as matrículas na Ordem Escolar nº 313 de 9 de Novembro de 1943 da E.P.C.

18 Ordem Escolar nº 229 de 17 de Agosto de 1943 da E.P.C.

19 Ordem Escolar nº 258 de 15 de Setembro de 1943 da E.P.C.

20 Portaria nº 10461 publicada na Ordem do Exército nº 5, 1ª Série, de 1943, pág. 218 e 219.

21 Estas viaturas blindadas eram as "*Bren*".

22 Ordem Escolar nº 308 de 4 de Novembro e nº 310 de 6 de Novembro de 1943 da E.P.C.

23 Ordem Escolar nº 313 de 9 de Novembro de 1943 da E.P.C.

24 Foram recebidas as V.B.T.P. "*Bren*" com as matrículas MG-3786, MG-3787, MG-3797, MG-3803, MG-3827 e MG-3829, aumentadas através da Ordem Escolar nº 120 de 29 de Abril de 1944 da E.P.C.

25 Ordem de Serviço nº 221 de 9 de Agosto de 1943 do Batalhão de Carros nº1, Ordem Escolar nº 221 de 9 de Agosto de 1943 da E.P.C. e Ordem Escolar nº 15 de 15 de Janeiro de 1944 da E.P.C.

26 Ordem Escolar nº 284 de 11 de Outubro e nº 288 de 15 de Outubro de 1943, da E.P.C.

27 Ordem Escolar nº 318 de 14 de Novembro de 1943 e Ordem Escolar nº 15 de 15 de Janeiro de 1944 da E.P.C. Quando seguiram para o Curso os 2º Sargentos Manuel Tomaz e Adelino C. Valente ainda eram Furriéis, mas foram promovidos a 2º Sargentos através da Ordem Escolar nº 365 de 31 de Dezembro de 1943.

28 Ordem de Serviço nº 4 de 18 de Janeiro de 1944 da Direcção da Arma de Cavalaria.

29 Ordem Escolar nº 21 de 21 de Janeiro de 1944 da E.P.C.

30 Ordem Escolar nº 34 de 2 de Fevereiro de 1944 da E.P.C.

31 Ordem Escolar nº 55 de 23 de Fevereiro de 1944 da E.P.C.

32 Ordem Escolar nº 102 de 11 de Abril de 1944 da E.P.C.

33 Ordem Escolar nº 114 de 23 de Abril de 1944 da E.P.C.

34 Ordem Escolar nº 114 de 23 de Abril de 1944 da E.P.C. O Esquadrão Blindado ficou equipado com as Autometralhadoras *Humber Mk IV* com as matrículas MG-4027, MG-4028, MG-4029, MG-4030, MG-4031, MG-4032, MG-4033, MG-4034, MG-4035, MG-4036, MG-4037, MG-4038, MG-4039, MG-4040 e MG-4041. O Comando do G.E.M. ficou com a viatura MG-4086. Estas autometralhadoras foram aumentadas à carga através da Ordem Escolar nº 123 de 2 de Maio de 1944 da E.P.C.

35 Ordem de Serviço nº 144 de 23 de Maio de 1944 do Regimento de Cavalaria nº 8.

36 Ordem Escolar nº 223 de 10 de Agosto de 1944 da E.P.C.

37 Ordem Escolar nº 327 de 22 de Novembro de 1944 e nº 3 de 3 de Janeiro de 1945 da E.P.C.

38 Ordem de Serviço nº 24 de 23 de Abril de 1945 da Direcção da Arma de Cavalaria.

39 Ordem Escolar nº 235 de 22 de Agosto de 1945 da E.P.C.

40 Ordens Escolares nº 20 de 20 de Janeiro e nº 118 de 28 de Abril de 1947 da E.P.C.

41 Ordem do Exército nº 8, 1ª Série, de 1947.

42 Orgânica publicada na Ordem do Exército nº 8, 1ª Série, de 1947, Quadro XXII.

43 Ordem Escolar nº 37 de 6 de Fevereiro de 1948 da E.P.C. Foi recebida a Autometralhadora *Humber Mk IV* com a matrícula MG-2662, aumentada à carga pela Ordem Escolar nº 70 de 10 de Março de 1948 da E.P.C.

44 Ordem Escolar nº 50 de 19 de Fevereiro de 1948 da E.P.C. Foram recebidos os Carros de Combate *Valentine MkII* com as matrículas MG-4010, MG-4015, MG-4016, MG-4017, MG-4018 e MG-4023, aumentados à carga pela Ordem Escolar nº 70 de 10 de Março de 1948 da E.P.C.

45 Designado no Exército Português como CENTAURO.

46 Ordem Escolar nº 82 de 22 de Março de 1948 da E.P.C.

47 Ordem Escolar nº 53 de 21 de Fevereiro de 1948 da E.P.C.

48 Ordem Escolar nº 59 de 28 de Fevereiro de 1948 da E.P.C.

49 Ordem Escolar nº 66 de 6 de Março de 1948 da E.P.C.

50 Ordens Escolares nº 175 de 23 de Junho, nº 180 de 28 de Junho e nº 181 de 29 de Junho de 1948 da E.P.C.

51 Ordem Escolar nº 280 de 6 de Outubro de 1948 da E.P.C. Foram recebidos os Carros de Combate *Centaur Mk I* com as matrículas MG-5525 e MG-5541, aumentados à carga através da Ordem Escolar nº 87 de 28 de Março de 1949 da E.P.C.

52 Ordem Escolar nº 4 de 4 de Janeiro e nº 57 de 26 de Fevereiro de 1951 da E.P.C.

53 Ordem Escolar nº 167 de 16 de Junho de 1951 da E.P.C.

54 Ordem Escolar nº 24 de 24 de Janeiro de 1952 da E.P.C.

55 Ordem Escolar nº 72 de 12 de Março de 1952 da E.P.C. Este Curso foi ministrado em Carros de Combate *Patton M46*, que antecederam os Carros de Combate *Patton M47* que estavam para serem fornecidos a Portugal.

56 Ordem Escolar nº 72 de 12 de Março de 1952 da E.P.C.

57 Ordem Escolar nº 20 de 20 de Janeiro de 1952 da E.P.C. Este curso era destinado à manutenção de Carros de Combate *Chaffee M24*, que seriam brevemente recebidos em Portugal.

58 Ordem Escolar nº 31 de 31 de Janeiro de 1952 da E.P.C.

59 Ordem Escolar nº 76 de 16 de Março de 1952 da E.P.C.

60 Ordens Escolares nº 207 de 25 de Julho e nº 221 de 8 de Agosto de 1952 da E.P.C.

61 Ordem Escolar nº 150 de 30 de Maio de 1953 da E.P.C. Foram aumentados os Carros de Combate *Patton M47* com as matrículas MG-00-41, MG-00-72, MG-00-73, MG-02-53, MG-02-66, MG-02-73, MG-02-89 e MG-02-91.

62 Sobre os Carros de Combate desta unidade, ver o artigo publicado no nº 2 desta Revista, de Março de 2004.

63 Ordem Escolar nº 178 de 27 de Junho de 1953 da E.P.C.

64 Ordens Escolares nº 174 de 23 de Junho e 184 de 3 de Julho de 1953 da E.P.C. Seguiram para os exercícios as Autometralhadoras *Humber Mk IV* com as matrículas MG-40-30 e MG-40-36.

65 Ordem Escolar nº 364 de 30 de Dezembro de 1953 da E.P.C.

66 Ordem Escolar nº 59 de 28 de Fevereiro de 1954 da E.P.C.

67 Ordem Escolar nº 70 de 11 de Março de 1954 da E.P.C.

68 Ordem Escolar nº 131 de 11 de Maio de 1954 da E.P.C.

69 Ordem Escolar nº 160 de 9 de Junho de 1954 da E.P.C., através da qual foram abatidas à carga as Autometralhadoras *Humber Mk IV* com as matrículas MG-40-30, MG-40-32, MG-40-36, MG-40-40, MG-40-41 e MG-40-86 e Ordem Escolar nº 162 de 11 de Junho de 1954 da E.P.C., através da qual foram abatidas à carga as Autometralhadoras com as matrículas MG-26-62, MG-40-28, MG-40-29, MG-40-34, MG-40-35 e MG-40-39.

70 Ordem Escolar nº 162 de 11 de Junho de 1954 da E.P.C. Foram abatidas cinco viaturas em 19 de Maio e seis em 1 de Junho.

71 Ordem Escolar nº 180 de 29 de Junho de 1954 da E.P.C.

72 No ano anterior o encargo da mobilização do Grupo de Carros de Combate tinha sido atribuído ao Regimento de Cavalaria nº 3 que mobilizou o então designado "*Grupo de Carros de Combate Nº 1/1ª Divisão*" constituído por dois Esquadrões de Carros de Combate, completado com um terceiro Esquadrão de Carros de Combate mobilizado pelo Regimento de Cavalaria nº 4.

73 Ordem Escolar nº 193 de 12 de Julho de 1954 da E.P.C. Este Grupo de Carros de Combate passou a ser considerado como destacado da Escola Prática de Cavalaria através da Portaria nº 15218 do Ministério do Exército, publicado na Ordem Escolar nº 24 de 24 de Janeiro de 1955 da E.P.C.

74 Ordem Escolar nº 190 de 9 de Julho de 1954 da E.P.C.

75 Ordem Escolar nº 193 de 12 de Julho de 1954 da E.P.C.

76 Ordem Escolar nº 200 de 19 de Julho de 1954 da E.P.C.

77 Ordem Escolar nº 210 de 29 de Julho de 1954 da E.P.C.

78 Ordem Escolar nº 256 de 13 de Setembro de 1954 da E.P.C. Para o Regimento de Lanceiros nº 1 foram transferidos os Carros de Combate *Valentine Mk II* com as matrículas MG-40-15 e MG-40-23, para o Regimento de Cavalaria nº 6 o MG-40-18 e para o Regimento de Cavalaria nº 8 os MG-40-10 e MG-40-17.

79 Ordem Escolar nº 274 de 1 de Outubro de 1954 da E.P.C.

80 Ordem Escolar nº 320 de 16 de Novembro de 1954 da E.P.C. Foram recebidas as viaturas com as matrículas MG-75-92, MG-75-93, MG-75-94, MG-75-95, MG-75-96, MG-75-97 e MG-75-98.

81 Ordem Escolar nº 327 de 23 de Novembro de 1954 da E.P.C. As viaturas transferidas foram as MG-75-93, MG-75-96, MG-75-97 e MG-75-98, conforme a Ordem de Serviço nº 274 de 1 de Outubro de 1954, do Regimento de Cavalaria nº 8.

82 Transferidos do Regimento de Cavalaria nº5 para a Escola Prática de Cavalaria através da Ordem de Serviço nº 40 de 9 de Fevereiro de 1955 do Regimento de Cavalaria nº5. Foram aumentados à carga da Escola cinquenta e três Carros de Combate *Patton M47* pela Ordem Escolar nº 10 de 10 de Janeiro de 1955, dois através da Ordem Escolar nº 24 de 24 de Janeiro de 1955, um através da Ordem Escolar nº 63 de 4 de Março de 1955 e um na Ordem Escolar nº 258 de 15 de Setembro de 1955, da E.P.C.

83 Ordem Escolar nº 10 de 10 de Janeiro de 1955 da E.P.C.

84 Aumentados à carga através da Ordem Escolar nº 24 de 24 de Janeiro de 1955 da E.P.C.

85 Aumentado à carga através da Ordem Escolar nº 63 de 4 de Março de 1955 da E.P.C.

86 Aumentado à carga através da Ordem Escolar nº 258 de 15 de Setembro de 1955 da E.P.C.

87 Ordem Escolar nº 341 de 7 de Dezembro de 1954 da E.P.C. Foi recebido o Carro de Combate *Patton M47* com a matrícula MG-00-64 oriundo do G.C.T.A. e os Carros de Combate *Patton M47* MG-00-54, MG-67-51, MG-67-52, MG-67-54 e MG-67-55 do Regimento de Cavalaria nº 7.

88 Ordem Escolar nº 347 de 13 de Dezembro de 1954 da E.P.C. Do D.G.M.G. foram recebidos:
- Carros de Combate *Chaffee M24* com as matrículas MG-01-04, MG-02-30, MG-09-14, MG-45-18, MG-54-49, MG-87-40, MG-87-71, MG-87-72 e MG-87-73.
- Carros de Combate *Sherman M4A3* com as matrículas MG-87-45, MG-87-46, MG-87-47, MG-87-48, MG-88-21 e MG-88-22.
- Viaturas Blindadas de Recuperação de Viaturas Blindadas *M74* com as matrículas MG-87-55, MG-87-56, MG-87-57, MG-87-58 e MG-87-59.

89 Ordem Escolar nº 349 de 15 de Dezembro de 1954 da E.P.C.

90 Idem.

91 Foram abatidas à carga as Autometralhadoras *Humber Mk IV* com as matrículas MG-40-27, MG-40-31, MG-40-33, MG-40-37 e MG-40-39, através da Ordem Escolar nº 4 de 4 de Janeiro de 1955 da E.P.C.

92 Nota confidencial nº 2761/E da Repartição do Gabinete do Ministro do Exército datada de 15 de Dezembro de 1954, referida na Ordem Escolar nº 3 de 2 de Janeiro de 1955 da E.P.C., e Portaria nº 15292 publicada na Ordem do Exército nº 3 – 1ª Série, de 6 de Abril de 1955.

93 Ordem Escolar nº 56 de 25 de Fevereiro de 1955 da E.P.C.

94 Abatido à carga através da Ordem Escolar nº 141 de 21 de Maio de 1955 da E.P.C.

95 Ordem Escolar nº 60 de 1 de Março de 1955 da E.P.C.

96 Aumentados pela Ordem Escolar nº 113 de 23 de Abril de 1955 da E.P.C., e rectificada a quantidade dos Carros de Combate *Valentine MkII* transferidos através da Ordem Escolar nº 129 de 9 de Maio de 1955.

97 Comissão nomeada na Ordem Escolar nº 121 de 1 de Maio de 1955 da E.P.C. Foram transferidos da Secção de Reabastecimento do Grupo de Carros de Combate para o Esquadrão de Reconhecimento da Sede os Carros de Combate *Chaffee M24* com as matrículas MG-01-04, MG-02-30, MG-09-14, MG-45-18, MG-54-49, MG-87-40 e MG-87-73, através da Ordem Escolar nº 177 de 26 de Junho de 1955 da E.P.C.

98 Ordem Escolar nº 123 de 3 de Maio de 1955 da E.P.C.

99 Foram recebidos do D.G.M.G. os Carros de Combate *Patton M47* com as matrículas MG-97-18 e MG-97-25, aumentados à carga da Escola pela Ordem Escolar nº 187 de 6 de Julho de 1955 da E.P.C.

100 Foi recebida a V.B.R.V.B. *M74* com a matrícula MG-87-52, aumentada através da Ordem Escolar nº 154 de 3 de Junho de 1955 da E.P.C.

101 Foi recebido o carro de combate *Patton M47* com a matrícula MG-98-02, aumentado através da Ordem Escolar nº 211 de 30 de Julho de 1955 da E.P.C.

102 Foram transferidas as *White M3A1* com as matrículas MG-34-53, MG-34-69, MG-34-70 e MG-54-78, através da Ordem Escolar nº 134 de 14 de Maio de 1955 da E.P.C.

103 Ordem Escolar nº 122 de 2 de Maio de 1955 da E.P.C.

104 Publicada na Ordem Escolar nº 154 de 3 de Junho de 1955 da E.P.C. De referir que nesta data o encargo de mobilização da Divisão de Infantaria tinha passado da 2ª Região Militar para a 3ª. Região Militar, pelo que o Grupo de Carros de Combate passou a depender desta última.

105 Foi transferido o Carro de Combate *Valentine MkII* com a matrícula MG-40-48. Foi abatido à carga através da Ordem Escolar nº 242 de 30 de Agosto de 1955 da E.P.C.

106 Foram entregues as viaturas *White M3A1* 4x4 com as matrículas MG-34-58, MG-54-82 e MG-54-85, abatidas à carga através da Ordem Escolar nº 318 de 14 de Novembro de 1955 da E.P.C.

107 Para este Regimento foram transferidas as viaturas *White M3A1* 4x4 com as matrículas MG-34-61, MG-34-68, MG-54-84 e MG-54-86, as quais foram abatidas à carga através da Ordem Escolar nº 334 de 30 de Novembro de 1955 da E.P.C.

108 Criado por Decreto-Lei nº 40394 de 23 de Novembro de 1955, publicado na Ordem do Exército nº 8 - 1ª Série de 1955 e na Ordem Escolar nº 76 de 16 de Março de 1956, da E.P.C.

109 Foram abatidas à carga da Escola através da Ordem Escolar nº 109 de 18 de Abril de 1956, da E.P.C.

110 Conforme o anexo à Ordem de Serviço nº 244 de 31 de Agosto de 1956, da E.P.C.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Ordens do Exército, 1ª Série.
- Ordens de Serviço da Escola Prática de Cavalaria.
- Ordens de Serviço do Grupo de Carros de Combate da Escola Prática de Cavalaria.
- Ordens de Serviço da Direcção da Arma de Cavalaria.
- Ordens de Serviço do Regimento de Cavalaria nº 5.
- Ordens de Serviço do Regimento de Cavalaria nº 7.
- Ordens de Serviço do Regimento de Cavalaria nº 8.
- "Autometralhadoras-Canhões de Cavalaria", Humberto Buceta Martins, Prof. da Escola Militar, 1930, separata da "Revista Militar".
- Documentos diversos conservados na Colecção Luis Costa.

AGRADECIMENTOS:

A elaboração deste trabalho não seria possível sem a preciosa colaboração, amabilidade e amizade do Sr. Coronel de Cavalaria José Atayde Banazol, ex-Comandante da Escola Prática de Cavalaria, do Sr. Tenente-coronel de Cavalaria José Montalvão da Cunha, ex-2º Comandante da Escola Prática de Cavalaria, bem como de todos os Oficiais, Sargentos e Praças da Escola Prática de Cavalaria que me auxiliaram ao longo de mais de dois anos de trabalho de investigação.

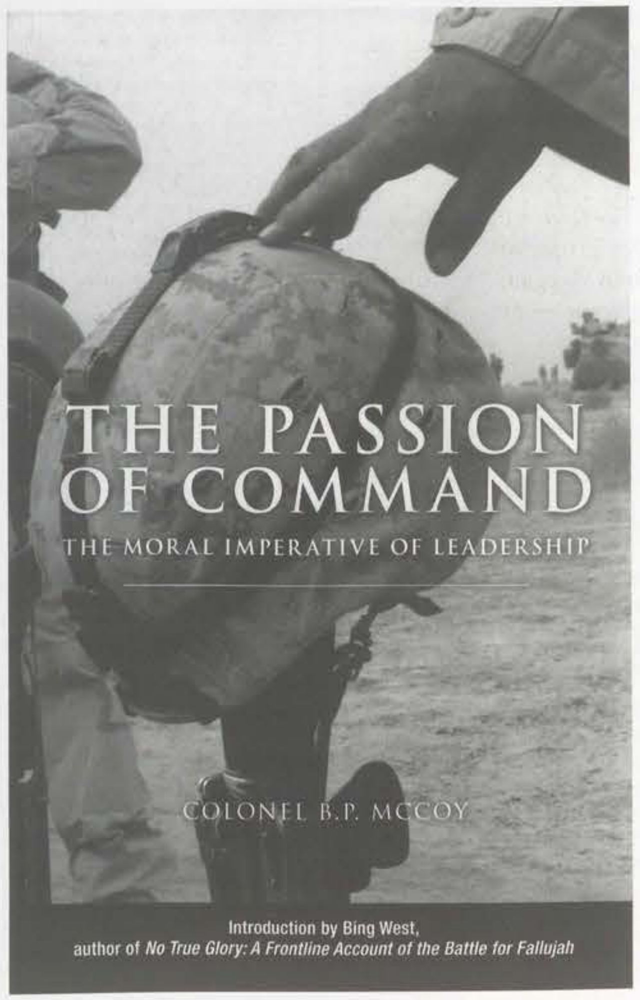
Livro

"The Passion of Command"

MCCOY, Colonel B. P. – The Passion of Command. The Moral Imperative of Leadership. Maryland, Marine Corps Association, 2006, 82 páginas.

Este é o género de livro que não existe em português porque quem os poderia escrever não o fez, pelo menos desta forma: objectiva e profissional.

É um livro escrito por um oficial comandante sobre o comando de militares em combate. No caso concreto, o Coronel McCoy escreve-nos sobre a sua experiência como comandante do *3rd Battalion, 4th Marines* na operação de invasão do Iraque e num ano de operações de contra-subversão que se lhe seguiu. É de paixão, no sentido medieval do termo – sofrer por amor – que o autor fala do exercício de comandar homens em combate, como o culminar de um longo processo individual (do líder) de estudo, dedicação, reflexão e empenho.

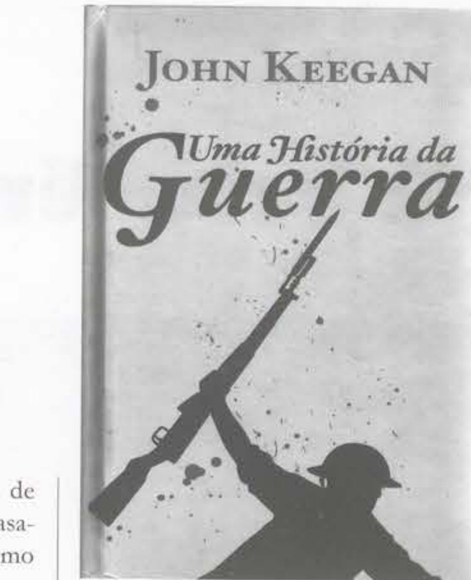


O livro é bastante interessante porque é um permanente relembrar do que sabemos ter de ser feito no comando de uma unidade que se apronta para operações, mas que por força de condicionalismos externos e internos (mesmo de dentro da própria unidade) vamos afrouxando. Não tem nada que saber: disciplina, treino e mais treino, mais disciplina e rigor. Uma preocupação que é transversal a todo o livro é a necessidade da preparação para o acto de matar o inimigo. O Coronel McCoy insiste na importância de preparar a unidade, e cada um dos seus membros, para este acto, e atribui esta responsabilidade ao comandante. Como escreve, "o fardo de matar pertence ao comandante" (p.44). McCoy vai até mais longe e propõe-se responder à questão que lançou de "como preparamos os nossos fuzileiros para matar sem hesitação e regressar à sociedade de consciência tranquila?".

MAJ Cav MIGUEL FREIRE
Casa Militar da Presidência da República.

Livro

"Uma História de Guerra"



KEEGAN, John – Uma História da Guerra. Lisboa, Tinta-da-china, 2006, 540 páginas.

A negação da mais conhecida – e citada! – afirmação de Clausewitz, "a guerra é a continuação da política por outros meios", é o argumento central da obra de John Keegan, "A history of warfare", editada em 1993 e que agora chegou ao mercado nacional pelas edições Tinta-da-China.

Em "Uma história da Guerra", Keegan argumenta que a mudança na natureza da guerra só é possível quando uma mudança material (uma nova tecnologia) se encontra com uma vontade cultural de a explorar. A forma como organizou a sua obra privilegiou o material que devidamente explorado permitiu a mudança da natureza da guerra: a pedra, a carne (das hordas equestres), o ferro e o fogo (da pólvora, mais tarde da arma atómica), sendo estes os capítulos da obra, alternados com interlúdios sobre as "limitações da prática de guerra", "fortificação", "exércitos" e "logística e abastecimentos". Ao longo desta evolução material existem as importantes alterações culturais que levaram a que as batalhas deixassem de ser "assassínios múltiplos" para serem episódios de uma campanha, orientados para a "conquista e ocupação" e, mais tarde, por influência do Islão – segundo Keegan uma das suas mais importantes lições –, a introdução da força de uma ideia para a condução da guerra. Também os bandos de guerreiros transformaram-se em exércitos, com Genghis Kan a operar a ruptura com o tribalismo, ao impor uma cultura de mérito, e com Roma a tornar-se a casa-mãe dos exércitos modernos, tal como os entendemos hoje.

Nesta evolução cultural, acompanhada da evolução material, dá-se a transição da guerra "primitiva", explicada por recurso a alguns povos primitivos como os ianomâmis, os marings, os maoris e os astecas, para a guerra "civilizada", com início provável, com os sumérios, em 3000 a.C.. A transição da primeira forma de guerra, caracterizada por recontros a curta distância e elevado grau de cerimónia e ritual no combate, para a segunda, caracterizada por uma maior sofisticação nos objectivos e formas de combate, consequentemente com maior letalidade, dá-se, segundo Keegan, "quando o homem investe em expectativas num retorno regular dos seus esforços sazonais num lugar particular – nascimento de cordeiros, pastorear, semear, ceifar" e, por isso, "rapidamente desenvolve o sentido do dever e da propriedade. E tem de desenvolver rapidamente a hostilidade do utilizador e ocupante face ao usurpador e ao intruso em relação aos que atravessam os lugares onde investe o seu tempo e esforço" (p. 171).

John Keegan é hoje um historiador relevante e escutado com atenção. O seu vasto património literário, os seus regulares artigos no diário britânico *Daily Telegraph*, no qual é o editor de assuntos de defesa, bem como as suas duas últimas obras – *Intelligence in War: Knowledge of the Enemy from Napoleon to Al-Qaeda*, lançada em 2003 e publicada em Portugal, este ano, também pelas Edições tinta-da-china, com o título "Espionagem na Guerra. Conhecer o Inimigo de Napoleão à Al-Qaeda" (ver Revista da Cavalaria de Julho de 2006, p. 36) e *The Iraq war*, lançada em 2004 (ver Revista da Cavalaria de Julho de 2004, p. 44) – revelam o vigor intelectual do autor e o seu empenho na história do nosso dia-a-dia que, entretanto, se vai escrevendo. Terá sido por esta razão que, recentemente, integrou um círculo restrito de historiadores convidados à Casa Branca para debater o Iraque.

Pela pertinência do argumento, encarado numa abordagem pluridisciplinar de 4000 anos da história da humanidade na totalidade do globo, numa altura em que o debate político se centra, muitas vezes, num confronto de culturas e em que actores não-estatais conquistam protagonismo, a obra é uma referência obrigatória e um contributo inestimável para aprender ou, pelo menos reflectir, em culturas militares alternativas, não só orientais como do mundo primitivo merecendo chegar ao grande público português e em particular aos militares. Depois de vinte seis anos a ensinar história militar na Academia Militar de Sandhurst, no Reino Unido, Keegan conhece bem os militares e sabe quanto lhes é importante uma análise franca e aberta das suas raízes profissionais, por isso é que quando confrontado com um preconceito de pouca flexibilidade intelectual destes, afirmou com orgulho sobre a instituição que o acolheu: "o exército britânico é uma organização extraordinariamente aberta e liberal, na qual existe uma grande liberdade de diálogo – desde que não se mine ou condene os seus valores centrais". Vale a pena ler com atenção.

MAJ Cav MIGUEL FREIRE
Casa Militar da Presidência da República.

Livro

"O Novo Terrorismo"

FERREIRA, Pedro Antunes - O Novo Terrorismo. Lisboa, Prefácio, 2006, 127 páginas.

A ameaça terrorista hoje em dia ocupa lugar de destaque em todos os serviços de informações e segurança na generalidade dos países, com destaque natural para os que fazem parte do chamado mundo ocidental. A abordagem desta temática não está isenta de risco, uma vez que a dinâmica associada às formas de perpetrar acções terroristas e as inevitáveis medidas para as prevenir e combater estão em constante evolução.

No entanto, o autor venceu esse desafio com um livro bem estruturado, de fácil leitura, sendo uma excelente referência para quem convive com as questões da segurança e defesa, bem como para quem estiver interessado em melhorar e actualizar os seus conhecimentos sobre a questão sempre presente do fenómeno do Terrorismo.

A obra inicia-se com uma interessante análise conceptual do conceito de terrorismo que culmina com uma definição proposta pelo autor e que vai servir de farol ao resto da obra. Este capítulo completa-se com o enquadramento histórico, alicerçado em exemplos que marcaram a história do terrorismo, tendo alguns deles contribuído decisivamente para o curso da história dos Estados e da história mundial.

O livro apresenta-nos de seguida uma completa caracterização do terrorismo moderno, dando especial ênfase ao terrorismo internacional e à principal organização terrorista que lhe serve de rosto, a Al-Qaeda. É feita uma detalhada análise da sua história, organização, ideologia e formas de actuação, que se tornaram mais visíveis e mediáticas a partir dos atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001, nos EUA. Salientamos ainda neste capítulo uma abordagem que o autor faz de diversos actos terroristas à luz dos princípios da guerra.

Também o terrorismo com armas de destruição maciça e o envolvimento dos Estados em acções terroristas merecem destaque neste livro, sendo feita uma análise das reais capacidades dos diferentes tipos de armas ao dispor dos terroristas e das suas formas de emprego. É ainda aprofundado o conceito de ciber-terrorismo, onde são demonstradas de forma clara e pragmática as possibilidades dos terroristas capitalizarem as novas tecnologias de informação em proveito de acções terroristas. Esta constatação permite apurar as vulnerabilidades dos sistemas em rede e delinear as consequentes medidas de protecção da informação.

O autor reflecte sobre as principais estratégias de combate ao terrorismo, dando particular atenção às medidas implementadas depois do 11 de Setembro, quer pelas principais organizações internacionais (ONU, OTAN e EU), quer pelos dois países mais afectados por actos terroristas no presente século: os EUA e Israel. Sobressaem desta abordagem: a necessidade da legitimação internacional do combate ao terrorismo; e a constatação que a OTAN é a principal organização com capacidade militar para actuar em acções de combate ao terrorismo em qualquer parte do mundo.

São apresentadas em jeito de conclusões algumas medidas de combate ao terrorismo, quer a curto quer a longo prazos. Medidas essas que nos parecem capazes e exequíveis, mas que deixamos ao leitor o prazer de as ler e de fazer o seu próprio juízo da sua oportunidade.

Este livro reúne em si mesmo um conjunto de tributos que justificam a escolha para que sobre ele reflictamos: uma temática preponderante para a segurança dos Estados; informação actual e pertinente; rigor académico; e fontes primárias relevantes. Contudo, não somos indiferentes ao autor deste livro. Um jovem Oficial de Cavalaria que iniciou um processo de investigação académico, tendo este culminado com a sua dissertação de mestrado, agora apresentada sobre a forma de livro.

Parabéns!

MAJ Cav JOSÉ CARLOS LOUREIRO
Academia Militar.

Livro

"The World's Worst Military Disasters"

McNAB, CHRIS.

Esta obra examina algumas das piores derrotas em batalhas, desde os tempos mais antigos até aos nossos dias, incluindo as mais famosas da história militar. Nela seaborda e investiga as diferentes catástrofes militares, originadas pelas mais diversas circunstâncias, em que cada episódio descreve uma detalhada (mas breve) análise dos eventos que levaram ao desastre, seguido de estudos das estratégias usadas durante as manobras, bem como os motivos dos fracassos militares. Pearl Harbor (1941), Mogadishu (1993), a Batalha de Gaugamela (331 a.C.) e a Retirada de Moscovo (1812) são algumas das batalhas ilustradas e enfatizadas por diversas imagens (animações e fotografias) e por uma caixa de destaque onde se realça a respectiva informação resumida, permitindo ao leitor aperceber-se rapidamente do que se trata.

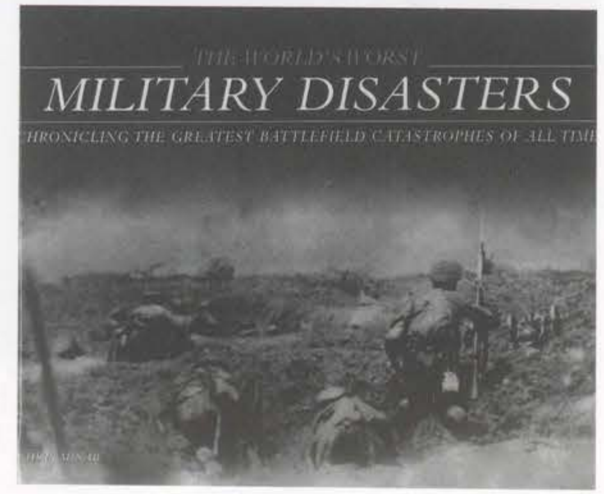
De seguida apresenta-se um resumo da Guerra dos Seis Dias.

A GUERRA DOS SEIS DIAS (1967)

Ninguém pode negar que a Guerra dos Seis Dias em 1967 demonstrou claramente o brilhantismo da máquina de guerra que é Israel.

Esta guerra é assinalada pelo facto de representar uma das grandes derrotas da história militar no pós 2ª Guerra Mundial. Foi infligida por Israel a alguns países árabes vizinhos. De qualquer forma, a gravidade do colapso árabe não deve ser subestimada.

TEN Cav PAULO JORGE FERNANDES
Escola Prática de Cavalaria.



1. A MODERNA GUERRA RELÂMPAGO

O conflito foi precipitado pela enorme escalada de tensões entre Israel e os seus vizinhos árabes, em 1966/1967. O Egipto destacou então sete divisões para o Sinai, previamente ocupado pelas tropas das Nações Unidas como segurança para a fronteira Oeste de Israel, bem como unidades navais.

Simultaneamente, as nações árabes anunciavam que iriam formar um comando militar unificado.

Repentinamente, Israel apercebeu-se que se encontrava numa bolsa e, no dia 20 de Maio, mobilizou todas as suas forças para operações ofensivas. As forças árabes estavam confiantes da sua superioridade. Enquanto Israel dispunha de 264.000 homens, 800 carros de combate e 350 aeronaves, os árabes dispunham de forças combinadas com 340.000 homens, 1800 carros de combate e 610 aeronaves. A maioria dos equipamentos e doutrina táctica árabes era soviética e aparentemente superior. No dia 5 de Junho de 1967, pelas 08h45m egípcias, Israel lançou um poderoso ataque aéreo contra alvos terrestres ao longo do Sinai e do Egipto.

2. DOMINAÇÃO ABSOLUTA

No momento do ataque, a maioria da força aérea Egípcia foi desactivada e massacrada em terra. Num único dia, 300 aeronaves egípcias foram destruídas e as forças aéreas Jordanas e Sírias foram igualmente massacradas ao fim do dia. Sem cobertura aérea, as tropas egípcias no Sinai não conseguiram fazer frente à força blindada israelita. Esta utilizava o Centurion com o dobro do alcance dos carros de combate T54/T55 egípcios. Apesar de ocasionais resistências fortes, o Egipto foi derrotado e, no dia 8 de Junho, Israel já tinha assegurado a conquista de território até ao Golfo do Suez.

A Este, a Jordânia foi também esmagada com mais de 6.000 baixas. A Norte, os sírios não conseguiram igualmente resistir (apesar das suas fortes posições defensivas), perdendo 250 carros de combate e 200 peças de artilharia.

Em 11 de Junho, a derrota árabe estava completa e Israel tinha ampliado o seu território (incluindo Jerusalém). A campanha custou 3.252 baixas a Israel, enquanto que as forças árabes sofreram cerca de 40.000.

Os Cavalos estão de volta!

Nos dias 22 a 24 de Setembro, assisti no St. John's College da Universidade de Oxford, a um Seminário sobre a vida e obra de Thomas Edward Lawrence. Representado no filme "Lawrence da Arábia", pelo actor Peter O'Toole, alcançou o reconhecimento internacional, depois do filme ter ganho 7 Óscares no ano de 1962. No entanto, a imagem cinematográfica de um líder carismático que comandava as forças beduínas insurgentes, não corresponde totalmente à realidade.

T.E. Lawrence foi o oficial inglês de informações e de ligação com os beduínos árabes, que se revoltaram e combateram contra o exército turco durante a I Guerra Mundial no deserto da Arábia. A qualidade do trabalho de T.E. deveu-se ao domínio da língua árabe e dos dialectos tribais, assim como ao seu conhecimento dos hábitos e costumes locais. O facto de saber montar a cavalo e ter aprendido a montar camelos foi determinante no êxito da sua missão, tendo em conta a grande mobilidade que lhe era facultada. Nas suas missões de reconhecimento e sabotagem, Lawrence deslocava-se montado em camelos, por ser a forma usada pelos babuínos para se deslocarem discretamente pelo deserto.

Numa fase mais avançada do conflito, Lawrence assistiu em primeira mão à mecanização das Forças Armadas britânicas, com a finalidade de aumentar a capacidade de manobra em operações ofensivas convencionais. Acabou por ser um apaixonado da mecanização, tendo mesmo servido numa unidade de mecanizada, após a I Guerra Mundial. No entanto, ele sempre defendeu a grande utilidade de usar montadas, em operações características de conflitos de baixa intensidade.

Nos nossos dias, assistimos a uma crescente execução de operações a cavalo nos mesmos territórios onde Lawrence galopou frente aos Turcos. Tanto americanos como ingleses reconhecem o cavalo como o meio ideal para as operações nos terrenos acidentados do Afeganistão. Os velhos manuais das Forças a cavalo foram actualizados, definindo uma nova doutrina para as operações ofensivas e de reconhecimento montadas, apoiadas pelos novos meios de apoio ao combate, nomeadamente as aeronaves de reconhecimento não tripuladas e o bombardeamento aéreo.

Apesar da utilização de cavalos nos exércitos modernos em combate ser limitada, as forças armadas de muitos países continuam a manter algumas unidades montadas, para determinadas missões de patrulhamento e reconhecimento, em terrenos muito acidentados. A Alemanha, a Hungria e muitas nações da Commonwealth, e dos Balcãs, e ainda as nações que constituíam a Ásia Central Soviética, mantêm unidades a cavalo como parte das formações de Infantaria Ligeira e do Reconhecimento, para serem usadas em terreno montanhoso ou em áreas onde o reabastecimento de combustível é difícil.

Dragões de Angola

CAP Cav PEDRO FERREIRA
Escola Prática de Cavalaria.

Elementos das Forças Especiais norte-americanas cavalgando ao lado dos guerrilheiros da Aliança do Norte.

É de notar que as operações a cavalo no actual conflito do Afeganistão não foram desempenhadas por unidades de Cavalaria, mas por elementos das Forças Especiais norte-americanas. Estes militares tiveram de aprender a montar para acompanhar as Forças da Aliança do Norte. No livro "Inside CentCom"[1], o Tenente-general Michael DeLong relata o aperfeiçoamento técnico destas forças na utilização dos cavalos. DeLong conta como a inexperiência dos militares norte-americanos no uso de montadas, dificultou numa primeira fase a execução de operações de reconhecimento, em que os elementos das forças especiais norte-americanas necessitavam de percorrer grandes distâncias. Curiosamente, a cada tentativa para melhorar o vestuário ou o equipamento, surgiam novas dificuldades, que resultavam em acentaduras e feridas descon-

Caricatura dos Dragões de Angola.

fortáveis nos cavaleiros. Os cavaleiros portugueses dificilmente cairiam numa situação tão pouco dignificante, tendo em conta: a sua experiência pela prática constante da equitação; a realização de marchas anuais a cavalo e a experiência ainda próxima da utilização de cavalos em teatros de operações, pouco distantes no tempo, como é o caso dos "Dragões de Angola" durante a Guerra de África.

No mesmo cenário dos norte-americanos, Portugal enviou uma Companhia de Comandos para o Afeganistão que foi rendida por uma Companhia de Tropas Páraquedistas. Embora as Unidades portuguesas tenham apoiado a sua mobilidade com viaturas, devemos perguntar: Será que vamos assistir num futuro próximo, à utilização de cavalos em unidades de Forças Especiais portuguesas, ou será que a cavalaria portuguesa vai preparar as Forças Especiais para combater a cavalo?

Não sei qual irá ser a opção futura, mas gostaria de deixar um alerta: os cavalos estão de volta ao teatro de operações, e seria importante que a Cavalaria portuguesa assumisse a sua posição oficial em relação a este facto, desde já.

Para mais informações sobre este tema aconselho a visita ao *site* http://www.viriatus.com/Dragoes%20de%20Angola%20_01.asp onde é possível ler o artigo do Major de Cavalaria Miguel Freire, sobre o desempenho da unidade portuguesa a cavalo, os Dragões de Angola durante a Guerra Colonial.

NOTA

1 DeLong, Michael, "Inside CentCom", Regnery Publishing, Washington, 2004.

FONTES DAS FOTOS:

Elementos das Forças Especiais norte-americanas cavalgando ao lado dos guerrilheiros da Aliança do Norte: http://www.strategypage.com/gallery/default.asp

Dragões de Angola: http://www.viriatus.com/Dragoes%20de%20Angola%20_01.asp

Caricatura dos Dragões de Angola: http://www.dragoesdeangola.web.pt/

Escola Prática de Cavalaria

CERIMÓNIA DE DESPEDIDA DA EPC DA CIDADE DE SANTARÉM

A Escola Prática de Cavalaria (EPC) despediu-se da cidade de Santarém em 17 de Novembro, com uma cerimónia militar realizada no Largo do Seminário, durante a qual discursaram o Presidente da Câmara Municipal de Santarém (CMS) e o Comandante da EPC, o COR Cav Tiago Vasconcelos. Na cerimónia, presidida pelo TGEN Velasco Martins, Director Honorário da Arma de Cavalaria, estiveram presentes o MGEN Cunha Piriquito, Director de Formação; o Dr. Moita Flores, Presidente da CMS; o Dr. Pinto Correia, Presidente da Assembleia Municipal de Santarém; o Dr. Paulo Fonseca, Governador Civil de Santarém; o Senhor Dom Manuel Domingues, Bispo de Santarém; e muitas outras individualidades civis e militares, representativas da população e das instituições de Santarém. Antes da cerimónia, pelas 08h30, realizou-se na EPC uma missa por intenção dos militares e civis já falecidos que serviram na EPC durante os 50 anos em que esta esteve aquartelada em Santarém. No final da cerimónia as forças em parada desfilaram pelas ruas da cidade até à EPC.

CONCERTO DA BANDA SINFÓNICA DO EXÉRCITO NA DESPEDIDA DA EPC DA CIDADE DE SANTARÉM

Realizou-se em 16 de Novembro pelas 21h30, na Igreja da Graça, um Concerto da Banda Sinfónica do Exército, numa homenagem que a Escola Prática de Cavalaria quis prestar à cidade de Santarém.

O concerto contou com a presença de muitas individualidades civis e militares ligadas à cidade de Santarém, entre as quais o Presidente da Câmara Municipal de Santarém, Dr. Moita Flores.

O concerto foi dirigido pelo Chefe titular, Capitão Ferreira da Costa, que incluiu no repertório obras de Robert Washburn (Impressões do Cairo), de Rui Rodrigues (Mars - Bellorum Dominum), Luís de Freitas Branco (Suite Alentejana n.º 1 - III Andamento) e ainda de Nikolai Rimsky Korsakov (A Grande Páscoa Russa). O espectáculo contou com o apoio da Câmara Municipal de Santarém.

PRIMEIRO CURSO DE VCB DA EPC

Decorreu na EPC, de 9 a 20 de Outubro de 2006, o primeiro curso de Vigilância do Campo de Batalha (VCB), ministrado por esta Unidade. O curso destina-se a formar Oficiais e Sargentos, de qualquer Arma ou Serviço, como especialistas em VCB em todo o espectro de operações, a partir do escalão Companhia. Ao mesmo tempo habilita os formandos a ministrar formação de VCB nas EP, aos cursos de formação de Sargentos e Oficiais do QP.

Este curso foi composto por 22 formandos, sendo 8 Oficiais e 14 Sargentos.

DESPEDIDA DE OFICIAIS, SARGENTOS E FUNCIONÁRIOS CIVIS DA EPC

Contando com a presença de cerca de 100 militares e civis, realizou-se no dia 12 de Outubro, na Tribuna do Picadeiro da EPC, o tradicional jantar anual de despedida dos Oficiais, Sargentos, Praças e Funcionários Civis que, ao longo do último ano, por motivos diversos, deixaram de servir na Escola Prática de Cavalaria.

ESPERA DOS TIROCINANTES DE CAVALARIA

Em 07Nov06, presidida pelo TGEN Velasco Martins, Director Honorário da Arma de Cavalaria, teve lugar a tradicional "Espera" dos Aspirantes Tirocinantes de Cavalaria, que, devido à transferência da EPC para Abrantes, deverá ter sido a última realizada em Santarém. A "Espera" é no fundo a primeira instrução de equitação do Tirocínio para Oficiais, uma instrução que integra alguns condimentos especiais que visam testar o desembaraço físico dos novos cavaleiros. A instrução consiste numa marcha a cavalo que começa perto da estação de caminhos-de-ferro do Vale de Santarém (onde os Aspirantes saem do comboio que apanharam em Santa Apolónia) e culmina com uma carga a cavalo. Esta carga, por seu turno, termina com um tradicional "A Pé" junto à entrada principal da EPC.

Como de costume, a ocasião constituiu um momento de convívio entre os novos Aspirantes, os Oficiais da EPC e praticamente uma centena de Oficiais de Cavalaria no Activo, na Reserva e na Reforma.

No picadeiro da EPC realizou-se o tradicional jantar, onde os novos Tirocinantes foram calorosamente recebidos pelas gerações mais "antigas" de cavaleiros, designadamente os Oficiais dos cursos que fizeram as esperas em 1956 e em 1981, os quais, como é da tradição, foram alvo de uma homenagem prestada pela EPC.

CERIMÓNIA DE APRESENTAÇÃO DA ESCOLA PRÁTICA DE CAVALARIA NA CIDADE DE ABRANTES

Realizou-se em 20 de Novembro, no Jardim da República, a cerimónia militar de apresentação da Escola Prática de Cavalaria (EPC) na cidade de Abrantes, durante a qual discursaram o Presidente da Câmara Municipal de Abrantes (CMA) e o Comandante da EPC. Na cerimónia, presidida pelo TGEN Cunha Lopes, Comandante da Instrução e Doutrina do Exército, estiveram presentes o MGEN Cunha Piriquito, Director de Formação; o Dr. Nelson de Carvalho, Presidente da CMA; o Dr. Manuel Santos, representante do Presidente da Assembleia Municipal de Abrantes; o Dr. Paulo Fonseca, Governador Civil de Santarém; e muitas outras individualidades civis e militares, representativas da população e das instituições de Abrantes. A cerimónia contou igualmente com a presença de muitos outros cidadãos de Abrantes, que se concentraram, no Jardim da República, para assistir à cerimónia militar, que terminou com um desfile das forças em parada pelas ruas da cidade.

Regimento de Lanceiros nº 2

Cerimónia de Despedida por Motivo de Passagem à Situação de Reserva

Passaram à Situação de Reserva o 1º SAR QA Vítor Manuel Correia Gonçalves e o 1º SAR Hermínio Lima da Silva.

A cerimónia de despedida teve lugar no dia 13 de Julho 2006, na Sala de Comandantes do Regimento, na presença de Oficiais e Sargentos da Casa.

No decorrer da Cerimónia foi lida um súmula da carreira de cada Militar pelo Sargento-mor da Unidade, seguindo-se a entrega do documento comprovativo da transição de situação, da placa do Exército e da saudação aprovada por Sua Exª o General CEME.

No Final o Exmo Comandante proferiu uma alocução alusiva ao acto.

Visita de Estudo ao RL2, pelos Cadetes Alunos do 2.º Ano de Cavalaria

Decorreu no dia 18 Julho 2006 uma visita ao Regimento pelos Cadetes Alunos do 2º Ano de Cavalaria da Academia Militar.

Após a apresentação de cumprimentos ao Exmo Comandante, seguiu-se um *briefing* na Sala de Comandantes, onde tiveram a oportunidade de conhecer a Missão, Organização e Possibilidades do Regimento.

Posteriormente assistiram a um exercício que estava a decorrer no âmbito do 2º Curso de Controlo de Tumultos, bem como visualizar uma apresentação do Material Orgânico Principal existente no Grupo de Polícia do Exército.

Esta visita teve como objectivo primário sensibilizar os Cadetes Alunos para a vida diária de uma Unidade da Arma de Cavalaria.

Visita dos Capelães das Forças Armadas Portuguesas

O Regimento de Lanceiros Nº2 recebeu no dia 12 de Setembro de 2006, a visita dos Capelães das Forças Armadas Portuguesas, tendo por objectivo a realização de uma reunião no âmbito do Ordinatário Castrense e simultaneamente proporcionar aos novos Capelães em curso o contacto com uma Unidade Regimental.

Após a apresentação de cumprimentos ao Exmo Comandante foi efectuado um *briefing* na Sala de Comandantes, onde os visitantes tiveram a oportunidade de conhecer a realidade do dia-a-dia do Regimento, a sua Missão, Organização e Possibilidades;

Após o almoço, que contou com a presença de sua Exa o Bispo das Forças Armadas e de Segurança, D. Januário Torgal Ferreira, procedeu-se a uma visita ao museu do RL2, seguindo-se a reunião do Ordinatário Castrense na Biblioteca do Regimento.

A visita terminou com a apresentação de cumprimentos de despedida ao Exmo Comandante.

Dia Mundial do Animal

No Passado Domingo, realizou-se a Bênção dos Animais, por ocasião do Dia Mundial do Animal, na Praça Sony em Lisboa. A Secção Cinotécnica do RL2 participou, conjuntamente com outros elementos das Forças Armadas e de Segurança e de Civis, com dois binómios (01 operador e 01 canídeo) a quem foi atribuída uma taça e uma medalha pela participação no evento.

Perante formatura Regimental foram entregues ao Comandante do RL2 os referidos troféus.

Almoço Convívio do ECav 149

Realizou-se no RL2 em 14 de Outubro de 2006, mais um almoço convívio do ECav 149, por ocasião da comemoração do 45º aniversário da sua partida para Angola.

Do programa deste almoço convívio constaram os cumprimentos ao Comando do RL2, missa celebrada na capela do Regimento seguida de uma singela e mui nobre homenagem aos mortos, descerramento de uma placa comemorativa, visita à Unidade e almoço no Refeitório das Legendas.

O Comando do RL2 retribuiu os cumprimentos, saudando os ex-militares e suas famílias pela presença neste Regimento e desejando também as maiores venturas a todos, aguardando pela comemoração das Bodas de Ouro destes nossos Lanceiros.

Apresentação do novo 2.º Comandante do RL2

Em 18 de Outubro de 2006, perante formatura Regimental, numa cerimónia simples mas com o destaque e solenidade próprias, foi apresentado aos quadros e tropas do RL2 o novo 2.º Cmdt, TCOR Cav Matos Alves.

O Exmo Cmdt do RL2, COR Cav Baía Afonso, apresentou o TCOR Cav Matos Alves, salientando alguns dados do mesmo:

O TCOR Cav Matos Alves nasceu na freguesia de Mouriscas, conselho de Abrantes, e tem 43 anos de idade. É casado e tem um filho. Foi promovido ao actual posto em 1 de Setembro de 2000. Está habilitado com a licenciatura em Ciências Militares, especialidade de Cavalaria, da Academia Militar, e entre outros cursos destaca-se o curso de Estado-Maior. Ao longo da sua carreira, prestou serviço em várias unidades do Exército, tendo prestado serviço no Regimento de Lanceiros Nº 2, de Mai94 a Ago95, como Comandante do 1º Esquadrão de Polícia do Exército, Oficial de Operações, Informação e Segurança e Chefe da Secção de Instrução Da sua folha de serviços constam sete louvores, dos quais se destacam três concedidos por oficial general. Possui a medalha de comportamento exemplar grau prata. O comando do Regimento, todos os oficiais, sargentos, praças e funcionários civis desejam as maiores venturas no desempenho da função que agora assume.

Jogo Convívio entre RL2 e AAOL

Realizou-se no passado dia 18 de Outubro de 2006, mais um tradicional jogo de futebol entre os Oficiais do RL2 e a Associação dos Antigos Oficiais Lanceiros. Num jogo onde o resultado é o menos importante, salienta-se o desportivismo e o convívio entre todos, em mais esta oportunidade de "confronto" entre duas gerações.

Regimento de Cavalaria nº 3

■ No âmbito do calendário escolar da Academia Militar o qual inclui um período destinado à realização por parte dos alunos, de visitas a Unidade/Estabelecimentos/ Órgãos Militares, realizou-se mais uma visita de estudo dos Alunos do 3º Ano de Cavalaria ao RC3 em 19Jul06.
Com esta visita, pretende-se enriquecer profissionalmente os futuros Oficiais de Cavalaria com a realidade do regimento, dando-lhe a conhecer as respectivas missões, organização, meios, serviço interno e demais tarefas que lhes estão cometidas.

■ Entre 12Set e 15Set de 2006 decorreram as Cerimónias comemorativas do 299º Aniversário do Regimento de Cavalaria Nº3 As cerimónias englobaram um variado conjunto de actividades, de âmbito alargado, e que decorreram no Regimento e fora deste, na cidade de Estremoz, entre eles destacamos o passeio de BTT, a marcha a cavalo entre Elvas e Estremoz. Aqui foi deposto uma coroa de flores junto ao busto de Mouzinho de Albuquerque, o Patrono da Cavalaria, no RI8, com a presença das delegações participantes.
Houve também na cidade de Estremoz, mais precisamente no Rossio Marquês de Pombal, actividades Radicais para a Juventude.

■ Em 06SET06 o Exmo MGEN Alfredo Nunes da Cunha Piriquito, Director de Formação / CID visitou o RC3, foi-lhe apresentado um briefing no auditório sobre a situação do Regimento de Cavalaria Nº 3.

■ Em 20SET06 realizou-se a cerimónia de transferência de comando. Por despacho de 17MAI06, de SExa o GEN CEME, foi nomeado por escolha Cmdt do RC3 o COR Cav 03009380 ALBERTO SEBASTIÃO NEVES MARINHEIRO.

■ Em 02NOV06 o RC3 participou nas comemorações do Dia de Finados no cemitério de Estremoz. Esta cerimónia teve como ponto alto a homenagem aos Mortos, junto ao talhão dos Combatentes da Grande Guerra, com deposição de flores pelo Exm Cmdt do RC3.

■ Em 11NOV06 o RC3 esteve presente nas comemorações do 88º Aniversário do armistício da I Guerra Mundial, conjuntamente com o núcleo de Estremoz da Liga do Combatentes. A cerimónia realizou-se junto ao Monumento aos mortos da Grande Guerra. Recordemos um pouco da história:

■ O Armistício da Primeira Guerra Mundial
Publicado por JRoque no dia *11 de Novembro de 2006*
A Primeira Guerra Mundial *(também conhecida como Grande Guerra antes de 1939, Guerra das Guerras ou ainda como a Última Guerra Feudal)* ocorreu entre Agosto de 1914 a 11 de Novembro de 1918. A guerra deu-se entre a Tríplice Entente (liderada pelo Império Britânico, França, e até 1917, com a Rússia, e depois de 1917 com os EUA) que derrotou a Tríplice Aliança (liderada pelo Império Alemão, Império Austro-Húngaro e Império Turco-Otomano). A guerra fez colapsar quatro impérios e mudou de forma radical o mapa da Europa e do Médio Oriente.
Diz-se tradicionalmente que a Guerra começou devido ao assassinato do Arquiduque Francisco Ferdinando, príncipe herdeiro do Império Austro-Húngaro, que veio a desencadear o sistema de alianças descrito *a priori*. Claro que vários outros factores influenciaram o culminar das tensões, como o facto de há mais de 50 anos que não se dava nenhum grande conflito armado. Mas ainda hoje os historiadores debatem as verdadeiras causas. Em 1917, graças à entrada dos EUA na guerra, da introdução dos carros de combate e da força aérea, a situação militar começou a alterar-se.
O armistício que põe fim à guerra é assinado a 11 de Novembro de 1918.

Quartel da Cavalaria em Santa Margarida
Ex-Regimento de Cavalaria nº 4

COMEMORAÇÃO DO DIA DE SÃO MARTINHO

No dia 14Nov06 realizou-se o tradicional almoço e jantar de São Martinho no Quartel de Cavalaria. O almoço teve lugar nas instalações dos Esquadrões com a participação de todos os militares do GCC e ERec. O jantar teve lugar nas respectivas messes de Oficiais e Sargentos, com a participação de familiares e convidados.
Durante o serão decorreu a já tradicional noite de fados.

1ºCONCURSO NACIONAL COMBINADO

Realizou-se no dia 29Set06 o 1º Concurso Nacional Combinado do QCav destinado a cavaleiros militares do Exército, da GNR, alunos da AM, ESE, CM e cavaleiros civis convidados.
O CNC foi composto por uma prova de ensino e uma prova de

obstáculos.
As classificações foram as seguintes:
CNC 1 – Iniciação
1º lugar. SAJ Caixinha com Quite
2ºlugar: CAD Nunes com Airporte Sol
3ºlugar: CAD Ferreira com Janota de Mafra
CNC 2 – Preliminar
1º lugar: MAJ Santos Correia com Ramure
2ºlugar: SMOR Gregório Lopes com Omega
3ºlugar: CAP Almeida com Calvin
De salientar que foi a primeira prova de equitação após o fim do Regimento, no entanto, a prova desenrolou-se com a habitual dignidade que o Regimento a todos habituou.

VISITAS

No dia 02Nov06 teve início as visitas de jovens no âmbito do Dia da Defesa Nacional.
O QCav continua a ministrar todas as actividades decorrentes desta actividade com a mesma dignidade e brio das sessões anteriores.

INSPECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DOS MEIOS HUMANOS

No dia17Out06 realizou-se a Inspecção de Acompanhamento de Administração dos Meios Humanos ao QC.
Desde a última inspecção (2001) foram efectuadas diversas beneficiações no QC, com relevo para os Hangares de Manutenção, Casernas das Praças e Refeitório Geral.

Regimento de Cavalaria nº 6

XXIII CONCURSO NACIONAL COMBINADO

Realizou-se nos dias 09 e 10 de Junho de 2006, o XXIII Concurso Nacional Combinado.

O XXIII CNC foi constituído por três provas distintas, durante as quais o concorrente monta sempre o mesmo cavalo:

Prova de Ensino - Prova realizada num rectângulo de 20x60m, onde o conjunto, cavalo e cavaleiro, realizam uma série de figuras conforme a reprise que for determinada pela organização.

Prova de Fundo - Prova realizada num campo com obstáculos fixos, perfeitamente integrados na natureza, onde se avalia a velocidade, resistência e aptidão para o salto do cavalo.

Prova de Obstáculos - Prova realizada num campo de obstáculos, onde se pretende demonstrar a aptidão do cavalo para o salto de obstáculos sobre um percurso de pequena ou média dificuldade.

O vencedor do CNC Preliminar foi o Sargento Ajudante Luís Sénica, montando Urca de Mafra. O CNC teve como vencedor o Capitão da GNR Gomes, montando Professor.

DIA DA UNIDADE

O Regimento de Cavalaria N.º 6 comemorou no passado dia 21 de Julho de 2006 o seu dia festivo.

Presidiu à cerimónia o Comandante da Brigada de Intervenção, Excelentíssimo Major-general José Alberto Martins Ferreira.

Estiveram presentes autoridades e entidades civis, académicas, empresariais e religiosas representativas da região.

Assistiram às cerimónias os excelentíssimos Majores-generais Luís Manuel da Silva Pereira Coutinho e Alfredo Correia de Mansilha Assunção, além dos comandantes das unidades da Brigada de Intervenção e de antigos comandantes do RC 6.

CELEBRAÇÃO DO DIA DE FINADOS

A Guarnição Militar de Braga realizou no dia 02 de Novembro de 2006 a celebração do Dia dos Finados, presidida pelo Comandante do Regimento, Excelentíssimo Coronel de Cavalaria Francisco Joaquim da Costa Lopes, com uma Cerimónia Militar em memória dos militares falecidos.

Desta cerimónia fez parte uma missa de sufrágio na capela do cemitério de MONTE D'ARCOS, presidida pelo Tenente Capelão Artur Gonçalves e Honras Militares com deposição de coroas de flores, junto ao Monumento aos Mortos da I Grande Guerra, no mesmo cemitério.

O Regimento de Cavalaria n.º 6 participou na missa de sufrágio e homenagem aos militares mortos da I Grande Guerra no cemitério de MONTE D'ARCOS (BRAGA), realizando numa 1ª fase a Guarda de Honra ao Altar-mor (com 01 Sargento e 06 Praças), e numa 2ª fase formando a Guarda de Honra junto ao Monumento aos Mortos da Grande Guerra (empenhando 01 Oficial, 03 Sargentos e 18 Praças).

VISITA DA EXCELENTÍSSIMA SUBDIRECTORA DA DGPRM

No Regimento de Cavalaria N.º 6 foi accionado um Centro de Divulgação de Defesa Nacional (CDDN), de carácter temporário, das actividades do Regimento e do Exército, que decorrerá de 02 de Novembro a 14 de Dezembro de 2006, e de 13 de Março a 23 de Maio de 2007, estando prevista a comparência diária de cerca de 130 jovens no Regimento.

No âmbito destas actividades, o Regimento foi visitado no dia 07 de Novembro de 2006 pela Excelentíssima Subdirectora da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, Mestre Catarina Maria Cardoso, que desta forma pretendeu acompanhar o início das Jornadas do Dia da Defesa Nacional, em Braga.

As diversas tarefas de divulgação são conduzidas e coordenadas por uma Equipa de Divulgação constituída por dois Oficiais de cada um dos três Ramos das Forças Armadas, à qual o Regimento proporciona o apoio necessário, colaborando activamente na campanha de divulgação das actividades do Regimento e do Exército, e desta forma sensibilizando os jovens mancebos para a importância da Defesa Nacional.

O Regimento de Cavalaria 6 presta ainda o necessário apoio logístico e administrativo inerente às actividades.

DIA DE SÃO MARTINHO

O Regimento de Cavalaria N.º 6 comemorou, no dia 09 de Novembro, o Dia de S. Martinho, festa popular com tradições seculares em todo o território nacional, em especial, no Norte de Portugal.

No âmbito militar, a festividade constituiu-se como oportunidade de convívio entre elementos militares e civis da Guarnição de Braga.

Da comemoração deste dia fizeram parte a celebração de uma eucaristia e posterior realização de um almoço convívio no qual participaram os militares e funcionários civis que prestam serviço no Regimento e no Centro de Recrutamento de Braga, bem como os Comandantes das Forças de Segurança da cidade, e militares na reserva e reforma.

INAUGURAÇÃO DA CAPELA REGIMENTAL

No dia 09 de Novembro de 2006 realizou-se a bênção da nova Capela Regimental, que ocupa as instalações do antigo museu Regimental. A cerimónia foi presidida por Sua Excelência Reverendíssima D. António dos Santos, Bispo Auxiliar de Braga, nomeado para Bispo de Aveiro.

COMEMORAÇÃO DO DIA DO ARMISTÍCIO

O Regimento de Cavalaria N.º 6, participou em 11 de Novembro de 2006, na tradicional cerimónia comemorativa do Dia do Armistício, realizada na Basílica dos Congregados e no monumento aos Combatentes da Grande Guerra, na Avenida Central, em Braga.

Nesta cerimónia, organizada pelo Núcleo de Braga da Liga dos Combatentes, e que contou com a presença do 2º Comandante do Regimento, Tenente-Coronel de Cavalaria Rui Eduardo Azenha Sampaio de Oliveira, foi empenhada uma força composta por 01 Sargento e 06 Praças que efectuaram Guarda de Honra ao Altar aquando da celebração da Eucaristia pelos militares falecidos, e 01 Pelotão, constituído por 01 Oficial, 03 Sargentos e 18 Praças.

Regimento de Cavalaria da GNR

■ O Regimento de Cavalaria representou a GNR nas cerimónias do "192º Aniversário da Arma dei Carabinieri". Este convite surgiu no âmbito da cooperação internacional entre as forças de segurança dos países FIEP (França, Itália, Espanha e Portugal). A cerimónia teve lugar em Roma, no dia 02Jun06, na qual esteve presente uma delegação composta por 1 sargento e 4 Praças, chefiada pelo Tenente Bruno Marques, a qual integrou a parada militar.

■ Mais uma vez, o Mosteiro dos Jerónimos e o Palácio de Belém foram palco do tradicional cerimonial de entrega de credencias a Sua Exa o Presidente da República. As cerimónias realizadas no dia 06Jun06, formalizaram a acreditação de 5 novos Embaixadores: Peru, Malta, Chile, Grécia e Rússia. As Escoltas a Cavalo realizadas pelo Grupo a Cavalo do Regimento de Cavalaria, entre o Mosteiro dos Jerónimos e o Palácio Presidencial, decorreram entre as 10H00 e as 12H00, tendo contado com uma grande afluência de público, facto que mais uma vez dinamiza e reforça a imagem turística desta zona da cidade.

■ Em 14Jun06, os Cadetes do 1º Ano da Academia Militar do Curso da GNR visitaram o Regimento de Cavalaria,

onde lhes foi proporcionada uma exposição de meios ao dispor do Regimento de Cavalaria para o cumprimento da sua missão enquanto Unidade de Reserva. A visita foi feita no âmbito da formação dos futuros quadros superiores da Guarda e fez parte de um programa mais alargado que incluiu um *briefing* temático no Comando Geral da Guarda e também uma visita ao Regimento de Infantaria da GNR.

■ A GNR apresentou este Verão e pela primeira vez em Portimão, o *programa* "Turismo em segurança", denominado por ***Tourist Support Patrol***, inserido na cerimónia de apresentação de reforço dos meios das forças de segurança,.

Com o objectivo proporcionar segurança e bem-estar na população em geral e no turista em particular, este programa assentou a sua acção no policiamento de proximidade e na actuação pró-activa. Foi desenvolvido por militares do 2.º Esquadrão do Regimento de Cavalaria, especialmente formados para o empenhamento nas relações com o cidadão em férias.

O *programa* consistiu na criação de uma valência integrada de meios para actuação dirigida, a qual incidiu a sua actuação nos locais de maior concentração de turistas, promovendo a mobilidade de atendimento e acompanhamento do turista, conferido maior regularidade e facilidade de abordagem nos contactos com o cidadão em férias, estimulando a empatia nas acções de atendimento e apoio. O *programa*, que decorreu entre 14Jun06 e 16Set06, envolveu um total de 45 militares de Cavalaria, contou com a atribuição de 5 novas viaturas ligeiras do tipo *SW* para apoio das equipas no terreno, tendo obtido um enorme sucesso junto do público-alvo, pelo que se espera a sua reedição e reforço no próximo ano.

■ Forças a Cavalo reforçaram o *Dispositivo Territorial* com especial incidência entre os meses de Junho e Setembro, no âmbito das Operações "Verão Seguro e Floresta Segura".

Envolveu cerca de 50 militares, 40 cavalos, 10 viatura ligeiras e 5 viaturas pesadas, distribuídos entre a Brigada Territorial n.º 2 e 3 da GNR, reflectindo uma postura pró-activa e cooperante da Cavalaria da Guarda, em prol da segurança do cidadão e do património natural do país, num empenhamento operacional nunca antes experimentado.

■ Em Julho passado, teve início a Operação "LAFAEK"em Timor-Leste, para onde foi empenhada uma Subunidade mista da GNR, Infantaria/Cavalaria, denominada Sub-Agrupamento BRAVO.

Esta Unidade, com comando do Regimento de Infantaria da GNR, empenha as viaturas blindadas "IVECO 40.12 WM/P", condutores e mecânicos do Regimento de Cavalaria.

■ O Regimento de Cavalaria da GNR, por ocasião das comemorações da semana da mobilidade, evento que nasceu de uma iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa, participou com um desfile de um Grupo a Cavalo, que teve lugar frente ao Mosteiro dos Jerónimos em Lisboa. Após o desfile, a Charanga a Cavalo apresentou uma exibição nos jardins da Vieira Portuense.

■ Em 05OUT06, na Praça do Município em Lisboa e no Palácio Nacional de Belém, decorreram as cerimónias comemorativas do 96º aniversário do dia da Implantação da República em Portugal, a que presidiu Sua Exª o Presidente da República, Professor Aníbal Cavaco Silva. O Regimento de Cavalaria prestou as honras de estado regulamentares, no Palácio Nacional de Belém.

■ Partiu com destino a Luanda, para o Comando Geral da Polícia Montada Angolana, uma delegação do Regimento de Cavalaria, composta por 2 Oficiais e 2 Sargentos com vista à preparação/criação e Instrução de Equitação de uma unidade a cavalo para actuação em cenários de alteração da ordem pública.

Centro Militar de Educação Física e Desportos

VISITA DA ESCOLA BÁSICA DO 2º E 3º CICLO DO MAXIAL

O CMEFD, pelo local privilegiado onde se insere e pelo conjunto de equipamentos que possui, tem potencialidades que podem ser aproveitadas, na sua capacidade sobrante, por todos aqueles que possam e queiram.
Nesta perspectiva, as escolas do Concelho de Mafra e limítrofes, têm solicitado o apoio do CMEFD para proporcionar aos seus alunos actividades desportivas que, não fazendo parte do seus currículos escolares, são bastante enriquecedoras, não só em termos físicos mas também sociais e culturais. Assim, o CMEFD, sem encargos logísticos proporcionou em 12 de Outubro de 2006 um conjunto de actividades desportivas radicais, nomeadamente:, rappel, slide e esgrima a alunos da Escola Básica do 2º e 3º ciclo do Maxial e respectivos docentes.

ENCERRAMENTO DO CURSO DE INSTRUTORES DE TIRO DESPORTIVO

Em conformidade com o estipulado no Plano de Formação Anual, em 31 de Outubro de 2006 teve lugar no Centro Militar de Educação Física e Desportos a Sessão de Encerramento e a entrega de diplomas e insígnias ao Curso de Instrutores de Tiro Desportivo. O Curso tem a duração de quatro semanas e do seu currículo fazem parte conteúdos que passam pela Metodologia do Treino, Psicopedagogia, Biomecânica, Primeiros Socorros, Organização da Actividade do Treinador, Treino Físico Específico, Técnica de Tiro de Carabina e Pistola, Regulamentos, Armamento, munições e pólvoras, Prática de Tiro de ar comprimido, prática de tiro em carreira de tiro – carabina e pistola e elementos básicos sobre Nutrição, no total de 104 horas.

REFLORESTAÇÃO NA TAPADA MILITAR

Em Setembro de 2003, a Tapada Militar de Mafra sofreu um incêndio florestal de elevadas proporções que consumiu mais de 80% da sua área florestal. Uma deflagração iniciada através de projecções provenientes de áreas limítrofes mas que teve consequências desastrosas.
Face ao sucedido, o Centro Militar de Educação Física e Desportos (CMEFD), entidade gestora do espaço Agro-Florestal da Tapada Militar, iniciou em princípios de Novembro a reflorestação de cerca de 18 hectares, plantando cerca de 19 mil árvores, distribuídos por quatro parcelas e utilizando para esse fim espécies autóctones como o Pinheiro-bravo (Pinus pinaster), o Pinheiro-manso (Pinus pinea) e o Choupo (Populus alba).

VISITA DO DIRECTOR DA FORMAÇÃO AO CMEFD

Em 06 de Novembro de 2006, visitou o Centro Militar de Educação Física e Desportos, o MGEN Alfredo Nunes da Cunha Piriquito, Director da Formação.
À chegada recebeu as boas vindas do Coronel de Infantaria José Manuel Cardoso Lourenço, seguindo-se a apresentação de cumprimentos dos oficiais superiores, representantes da cada uma das categorias militares e um representante do pessoal civil. Seguidamente, foi efectuado um briefing com a presença de todos os Oficiais Superiores e os chefes das Secções, ao que se seguiu uma visita às instalações do Centro que decorreu ao longo do dia, através do Potril, Edifício de Comando, Museu, Hospital de Solípedes, Sala de Esgrima, Picadeiros e Cavalariças, e Instalações Desportivas nomeadamente: a piscina, o pavilhão desportivo, sala de musculação e campo de futebol. A visita terminou com um passeio pela Tapada Militar onde foi possível observar o início dos trabalhos de reflorestação da mancha florestal ardida e a exploração agro-pecuária.

COMEMORAÇÕES DO 95º ANIVERSÁRIO DO CENTRO MILITAR DE EDUCAÇÃO FISICA E DESPORTOS

Decorreram no passado dia de 16 de Novembro as Cerimónias Comemorativas do 95.º Aniversário do Centro Militar de Educação Física e Desportos, presidida pelo Comandante da Instrução e Doutrina, Tenente- General Américo Pinto da Cunha Lopes.
No âmbito da cerimónia militar, na qual o Comandante proferiu uma alocução alusiva à comemoração, houve lugar a uma oração de sapiência proferida pelo Coronel de Cavalaria Ricardo Bettencourt Sardinha Portela Ribeiro subordinada ao tema "A REMONTA", à imposição de condecorações a diversos oficiais, Sargentos e Praças que prestam serviço no Centro, tendo-se realizado, seguidamente o XXVII Corta Mato, que contou com a presença de 170 atletas representativos de várias Unidade, Estabelecimentos e Órgãos do Exército bem como de três Clubes desportivos locais e a uma apresentação da Reprise de Mafra formada por 8 cavaleiros e respectivas montadas. A cerimónia terminou com a assinatura do Livro de Honra de onde se salienta:" Ao visitar pela primeira vez o CMEFD, deparei com uma Unidade que é a imagem do seu Comandante, o Sr. Coronel de Infantaria Lourenço. Aqui senti a força anímica e subjacente ao desejo de vencer.A consciência de que as dificuldades existem para serem vencidas. Apercebi-me de um elevado espirito de missão e de sentido de dever para além, de um ambiente natural de grande coesão. A todos os que assim servem, em particular ao Comandante, manifesto o meu total apoio. Pretendo deixar acima de tudo, a amizade que nasce entre soldados a que costumamos chamar de camaradagem. Essa força moral alicerçada na comunhão dos nossos sentimentos, tradições, alegrias e sofrimentos."

UALE - Unidade de Aviação Ligeira do Exército

CERIMÓNIA COMEMORATIVA DO DIA DA UALE

Em 3 de Novembro a UALE comemorou o seu primeiro dia festivo, cuja cerimónia militar foi presidida pelo Exmº TGEN Comandante Operacional, tendo este sido também aproveitado para dar a conhecer a nova estrutura orgânica ainda para muitos desconhecida e mostrando as suas capacidades. De realçar a presença, entre outras individualidades, dos Generais Belchior Vieira e Pacheco Rodrigues, antigos pilotos aviadores do Exército, alguns antigos comandantes da BA-3 e de uma delegação das Forças Aeromóveis do Exército de Espanha.
Dos vários momentos significativos da Cerimónia Militar, merecem destaque:
– As demonstrações da Companhia de Transmissões e da Companhia de Comando e Serviços, Subunidades operacionais da Brigada de Reacção Rápida;
– A exposição estática de material da UALE e histórico-fotográfica da Unidade de Helicópteros do Exército (UHE), de Pára-quedismo com a primeira bandeira da Unidade (Galgo) e de combate a incêndios em aeronaves.

VISITAS À UALE

– No dia 20 de Setembro decorreu a visita do Tirocínio Para Oficial (TPO) de Infantaria.
– Em 3 de Outubro decorreu uma visita da Comissão de Defesa, Segurança Nacional da República de Angola. Esta comitiva foi acompanhada por deputados e assessor da Assembleia da República.
– No dia 12 de Outubro decorreu uma inspecção da *Conventional Forces in Europe*.

CAMPEONATOS DESPORTIVOS

– Decorreu na UALE a corrida anual de São Miguel Arcanjo, prova em que participaram 96 atletas.
– Enquadrado nas actividades do dia da UALE, realizou-se no dia 26 de Outubro o III Duatlo que contou com a participação de 23 atletas, pertencentes a 4 unidades (UALE, ETP, RI3, RI15).

Promoções, Nomeações e Óbitos

Promoções a:

COR Cav

FRANCISCO XAVIER DE SOUSA.

JOÃO HENRIQUE CORDEIRO DE JESUS NEVES.

TCOR Cav

JORGE MANUEL GUERREIRO GONÇALVES PEDRO.

PAULO ALEXANDRE SIMÕES MARQUES.

MAJ Cav

CELESTINO MANUEL CALDEIRA GONÇALVES SANTANA.

LOURENÇO MANUEL SIMÕES DE AZEVEDO.

CARLOS MANUEL DA COSTA GABRIEL.

HUGO DUARTE RODRIGUES PORÉM MACHADO.

JORGE MANUEL PIRES CLÉRIGO.

SMOR Cav

JOÃO CARLOS DA SILVA GODINHO.

António Vaz Charavilha Baldo.

Carlos Alberto Gomes Teixeira.

SCH Cav

VASCO XAVIER ALEXANDRE.

SAJ Cav

SÉRGIO AUGUSTO DE MATOS.

JORGE AGOSTINHO BRÁS CUNHA.

ALBERTO JOAQUIM REIS GRILO.

ANTÓNIO DO NASCIMENTO N. RODRIGUES TAVARES.

A Direcção da Revista da Cavalaria manifesta os sinceros parabéns a todos os militares de Cavalaria promovidos!

TCOR Cav FRANCISCO AMADO RODRIGUES
Academia Militar.

Nomeações:

COR Cav EMÍLIO DE OLIVEIRA DUARTE, Adjunto do Comandante da BrigMec para o Campo Militar de Sta Margarida.

COR Cav LUÍS NUNES DA FONSECA, Comandante do Regimento de Cavalaria Nº6.

COR Cav VIRIATO CEZAR COELHO DO AMARAL, Adjunto do Comandante da Brigada de Intervenção.

TCOR Cav CARLOS MANUEL DE MATOS ALVES, 2º Comandante do Regimento de Lanceiros Nº2.

TCOR Cav CARLOS NUNO GOMES E SIMÕES DE MELO, Oficial de Informações do JALC/NATO – Monsanto.

TCOR Cav JORGE FERNANDO DE ALMEIDA BRITO, Oficial Preboste do JHQ Lisbon/NATO – Oeiras.

TCOR Cav ANTÓNIO NUNO REIS CARRAPATOSO MARCOS DE ANDRADE, Oficial CIMIC do JHQ Lisbon/NATO – Oeiras.

TCOR Cav JORGE MANUEL GUERREIRO GONÇALVES PEDRO, Oficial de Operações da Brigada Mecanizada.

MAJ Cav JORGE MANUEL GASPAR, Oficial de Relações Públicas da Brigada Mecanizada.

CAP Cav BERNARDO LUÍS DA S. E L. LOPES DA PONTE, Comandante do Esquadrão de Reconhecimento da Brigada Mecanizada.

CAP Cav NUNO ANDRÉ C. N. MOTA CAVALEIRO, Comandante do Esquadrão de Reconhecimento da Brigada de Intervenção.

TEN Cav FERNANDO JORGE FERREIRA LOPES, Comandante do Esquadrão de Reconhecimento da Brigada de Reacção Rápida.

A Direcção da Revista da Cavalaria deseja as maiores felicidades a todos os militares de Cavalaria nomeados para as novas funções.

Óbitos:

COR Cav (Reforma) MANUEL FELISBERTO MARTINS RODRIGUES (F. 18Out06).

TCOR Cav (Reforma) LINO AUGUSTO C. JÚDICE DA COSTA (F. 04Jul06).

SCH Cav (Reforma) HÉLDER SILVA CORREIA (F. 22Out06).

A Direcção da Revista da Cavalaria manifesta os sentidos pêsames às famílias dos falecidos militares de Cavalaria.

PAZ ÀS SUAS ALMAS!

Patria

TECNOLOGIA DO FUTURO SOBRE RODAS

Sta. MARGARIDA 29/07/2004

TROIA 04/08/2004

HÄMEENLINNA 21/04/2005

ESTREMOZ 26/07/2004

A 4ª geração da Patria AMV
é a mais recente viatura a juntar-se à família de veículos da Patria. Construção altamente modular, com características superiores de mobilidade na estrada e em todo-o-terreno, adapta-se facilmente a uma variedade de configurações e de finalidades e opções técnicas no terreno. Ao nível de sistema, isto significa a flexibilidade em termos de motor, aquecimento, AC , NBQ ou do sistema de rodados.
E de acordo com a missão, conversão fácil em vários modelos, versões e/ou equipamento.

www.patria.fi Vehicles | Tecnologia Provada

Patria Vehicles Oy
Autotehtaantie 6
FI-13100 Hämeenlinna, Finland
Tel. +358 20 4691
Fax +358 20 469 6684
vehicles@patria.fi